

Silvio Ricardo da Silva  
Priscila Augusta Ferreira Campos  
Christian Matheus Kolanski Vieira  
(organização)



FUTEBOL  
LINGUAGEM  
ARTES  
CULTURA  
E LAZER

VOLUME 4

MERCADO®  
LETRAS

### **Conselho Editorial Educação Nacional**

- Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderon – PUC/Campinas  
Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP  
Prof. Dr. Altair Alberto Fávero – UPF/RS  
Profa. Dra. Carina Maciel – UFMS/MS  
Prof. Dr. Diego Bechi – UPF/RS  
Profa. Dra. Edineide Jezine – UFPB  
Profa. Dra. Egeslaine De Nez – UFRGS/RS  
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp/SP  
Prof. Dr. Elton Luis Nardi – Unoesc/SC  
Prof. Dr. Gildeir Carolino Santos – Unicamp/SP  
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar/SP  
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp/SP  
Prof. Dr. José Vieira de Sousa – UnB/DF  
Profa. Dra. Lara Carlette Thiengo – UFVGMG – MG  
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC/PR  
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC/SC  
Profa. Dr. Ignacio Calderon – PUCC/SP  
Profa. Dra. Maria Abadia da Silva – UnB/DF  
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp  
Profa. Dra. Maria Tereza Ceron Trevisol – Unoesc/SC  
Profa. Dra. Maria Vieira Silva – UFU/MG  
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS/RS  
Profa. Dra. Marilda Pasqual Scheneider – Unoesc/SC  
Profa. Dra. Marília Morosini – PUCRS/RS  
Prof. Dr. Paulo Almeida – UFPA/PA  
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp/SP  
Profa. Dra. Romilda Teodora Ens – PUCPR/PR  
Profa. Dra. Rosane Sarturi – UFSM/RS  
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA/PA

### **Conselho Editorial Educação Internacional**

- Prof. Dr. Adrián Ascolani – Universidad Nacional de Rosario/Conicet/Argentina  
Prof. Dr. Adrian Cammarota – IDES/Argentina  
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Espanha  
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero/Portugal  
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal  
Prof. Dr. Enrique Martinez Larrechea – Iusur/Uruguai  
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho/Portugal  
Prof. Dr. Geo Saura – Universidad de Granada – Espanha  
Prof. Dr. Jaime Moreles Vazquez – Universidade de Colima/México  
Profa. Dra. María Carmen Lopez Lopez – Universidade de Granada/Espanha  
Profa. Dra. María Cristina Parra Sandoval – Universidad del Zulia/Venezuela  
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján/Argentina  
Profa. Dra. María Verónica L. Guerrero – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile  
Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita – Universidad de Madrid/Espanha  
Prof. Dr. Norberto Lamarra – Universidad Trés de Febrero – Argentina  
Profa. Dra. Olga Cecilia Diaz Flores – Universidad Nacional Pedagógica – Colômbia  
Prof. Dr. Pablo Garcia – Universidad Trés de Febrero/Argentina  
Profa. Dra. Patricia Viera Duarte – Universidad de la Republica/Uruguai

Silvio Ricardo da Silva  
Priscila Augusta Ferreira Campos  
Christian Matheus Kolanski Vieira  
(organização)

**FUTEBOL,  
LINGUAGEM,  
ARTES,  
CULTURA  
E LAZER**

TORCIDAS  
ORGANIZADAS,  
MOVIMENTOS  
E COLETIVOS DE  
TORCEDORAS/ES  
Múltiplos Olhares

volume 4

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer [livro eletrônico] :  
torcidas organizadas, movimentos e coletivos de torcedoras/  
es : múltiplos olhares / organização Silvio Ricardo da Silva,  
Priscila Augusta Ferreira Campos, Christian Matheus Kolanski  
Vieira. -- 1. ed. -- Campinas, SP : Mercado de Letras, 2023.

ePub

Vários autores.

Edição bilíngue: português/espanhol.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-725-1

1. Artes 2. Cultura 3. Esportes 4. Futebol – Aspectos sociais  
5. Lazer 6. Torcedores de futebol – Brasil 7. Torcidas  
organizadas I. Silva, Silvio Ricardo da. II. Campos, Priscila  
Augusta Ferreira. III. Vieira, Christian Matheus Kolanski.

23-165939

CDD-796.334

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Futebol : Esportes 796.334

*capa e gerência editorial:* Vanderlei Rotta

*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

*revisão final:* dos autores

*bibliotecária:* Tábata Alves da Silva – CRB-8/9253

Esta obra contou com o apoio financeiro do  
Governo Federal, Ministério do Esporte – Secretaria de Futebol  
e Defesa dos Direitos do Torcedor – Programa Academia & Futebol  
para a sua publicação na versão ebook

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**2 0 2 3**

FORMATO DIGITAL

BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução ou armazenamento  
parcial ou total ou transmissão de qualquer  
meio eletrônico ou qualquer meio existente  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

*DEDICATÓRIA*

*Dedicamos esse livro ao pesquisador Wagner Barbosa Matias (in memoriam), idealizador e implementador do Programa Academia & Futebol, que nos deixou precocemente em virtude da Covid19.*



## SUMÁRIO

### PREFÁCIO

*Maurício Murad*

### APRESENTAÇÃO

#### EL PODER DEL TRABAJO COLECTIVO: ORGANIZACIONES DE HINCHAS EN ARGENTINA

*Verónica Moreira*

#### FUTEBOL E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DE COLETIVOS DE TORCEDORES-ATIVISTAS DO “TRIO DE FERRO” PAULISTANO

*Felipe Tavares Paes Lopes*

#### LA(S) VIOLENCIA(S) EN CONTRASTE: UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS “BARRAS BRAVAS” ARGENTINAS Y LAS “TORCIDAS ORGANIZADAS” BRASILERAS

*Nicolás Cabrera*

#### ARQUIVO EM CONSTRUÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NO ACERVO GAVIÕES DA FIEL TORCIDA

*Bernardo Buarque de Hollanda*

O LUGAR DAS TORCIDAS ORGANIZADAS, COLETIVOS  
E MOVIMENTOS DE TORCEDORES NA  
PROPOSIÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE LAZER

*Patrícia da Silva Ferreira*

QUEM PODE NÃO SE ORGANIZAR PARA TORCER?  
CONSIDERAÇÕES SOBRE TORCER, POLÍTICA E  
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

*Marina de Mattos Dantas*

AÇÃO POLÍTICA E FUTEBOL: APONTAMENTOS SOBRE AS  
FORMAS ORGANIZATIVAS DOS TORCEDORES

*Irlan Simões Santos*

SOBRE OS AUTORES



## PREFÁCIO

O futebol é um dos maiores patrimônios de nossa cultura coletiva, simbologia e representação que apontam para as raízes históricas e sociais da formação brasileira. E não somente brasileira, mas de múltiplos e variados países e idiomas, em nosso continente e em outros deste tão sacrificado planeta.

Quase todos os países do mundo têm o futebol como paixão popular, esporte de massas e expressiva tradução de suas realidades e contradições. E aqueles que não têm no futebol essa forte significação, estão trabalhando, investindo para que essa conjuntura seja superada e que a sua inserção ao “mundo do futebol” seja mais veloz.

São investimentos múltiplos, variados e convergentes, planos e programas em áreas articuladas de economia, finanças, educação, esportiva, marketing e outras mais envolvendo pesquisas científicas, tecnológicas e inovação.

O fenômeno futebol se apresenta como múltiplos “objetos” de investigação, análise e intervenção institucional. As universidades estão inseridas nesse contexto e a cada dia com mais vitalidade e consistência. O presente e o futuro são promissores, com o volume de trabalhos, trabalhadores e trabalhadoras desse campo de observação, de sondagens, de interpretações em processo de crescimento inegável.

Mas, veja bem, se o futebol é um dos mais importantes patrimônios da cultura coletiva de nossa contemporaneidade, e quanto a isto parece não haver dúvida, o maior patrimônio do futebol enquanto expressão de nossos fenômenos sociais é a sua *dimensão torcedora*. É o torcedor e a torcedora que são o corpo vivo e maior do futebol, como cultura, como simbologia, como representação, como tradução juramentada de nossos fundamentos e, quem sabe, de nossas perspectivas, pelo menos de algumas delas.

Coletivos integrados, autônomos, espontâneos, democráticos, criativos em cânticos, alegorias, cores e estruturas inclusivas de mando e comando, de difusão ideológica e consciência política. Sim, e coletivos pacíficos em sua imensa maioria, não podemos esquecer e deixar de registrar. Ações do público que podem se transformar em ações públicas, de um necessário e intransferível processo de reeducação coletiva. Podem e devem. Seria um ganho incomensurável, se as experiências concretas e consolidadas que nascem da chamada “cultura popular” – do futebol e de outras - fossem incorporadas ao cotidiano de nossas vidas grupais.

Síntese número um: o futebol é um patrimônio fundamental, por isso tem que ser muito estudado e obviamente também pelas universidades.

Síntese número dois: o futebol só conquistou esse patamar de patrimônio coletivo de nossas culturas (assim mesmo no plural), por conta de suas torcidas, que alcançam todos os grupos, gêneros, opções, etnias, segmentos e classes sociais, de escolaridade e renda, de valores, de projetos, de perspectivas.

Então, o futebol e suas torcidas devem merecer a atenção concentrada das universidades e em caráter permanente, preocupação constante e não bissexta. Levantamentos, sondagens, ensaios, pesquisas, eventos, publicações.

E outra coisa não foi o que a UFMG, através do GEFuT, fez com as investigações, o evento internacional e a publicação que agora tenho o prazer e a honra de prefaciá-las. O GEFuT é um sólido

grupo de trabalhos acadêmicos e não só, mas também de intervenção social, que ao longo do tempo vem mantendo e amplificando sua produção intelectual ao redor dessas temáticas: o futebol e suas torcidas. Exatamente dessas temáticas e de outras adjacentes.

Em língua portuguesa e em espanhol, o livro é composto por vários capítulos de qualidade indiscutível, tanto nas formas de apresentação quanto nos conteúdos, bastante informativos, esclarecedores e ricos em possibilidades de novos desdobramentos, novos trabalhos e novas publicações. Seus autores e autoras são experientes na ocupação de pesquisar, socializar os resultados e reflexões em eventos nacionais e internacionais, bem como publicar obras como esta, que agora temos em mãos.

*Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer - volume IV – Torcidas Organizadas, movimentos coletivos de torcedoras/es: Múltiplos Olhares.* Somente o título do livro já é estimulante, atraente e desperta a vontade de ler.

E o *Sumário* demonstra a amplitude internacional do evento, da obra em consequência, e aponta igualmente para os *Múltiplos Olhares*, conceituação essencial para um trabalho como esse, e parte que fecha o subtítulo da publicação.

Muitos parabéns aos organizadores, Silvio Ricardo, Priscila Augusta e Christian Matheus, e os meus melhores agradecimentos, pelo honroso convite para prefaciar estas páginas.

Então: à leitura, como convém!

*Mauricio Murad*  
Sociólogo



## APRESENTAÇÃO

O livro que aqui apresentamos é fruto do Programa Academia & Futebol da Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (SNFDT), do Ministério da Cidadania. Em 2019, participamos de um edital que nos contemplou com recursos para o desenvolvimento de três eixos: o primeiro era relativo à intervenção com aulas de futebol e futsal; o segundo, referente à elaboração de uma pesquisa e o terceiro, à realização de um evento científico.

Pensando no tripé universitário, nas áreas de atuação do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT) e que o conhecimento não é dissociando em pesquisa, ensino e extensão, optamos em ensinar futebol e futsal para crianças, jovens e adultos, homens e mulheres nas dependências do Centro Esportivo Universitário da UFMG e na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. Concomitante, tomando como ponto de partida as modificações nos modos do torcer e nas associações torcedoras ocasionadas pelas alterações da própria sociedade e no futebol como um todo, optamos por traçar um perfil atualizado das Torcidas Organizadas de Futebol (a última pesquisa do grupo sobre esse tema havia sido em 2009) e, ao mesmo tempo, traçar o perfil e conhecer os coletivos de torcedores e movimentos de torcedores do Brasil, buscando compreender as dinâmicas e multiplicidades frente ao contexto do Brasil atual. No que se refere ao terceiro eixo,

em consonância com o tema de nossa pesquisa, decidimos organizar o *IV Simpósio Internacional Futebol, Artes, Cultura, Linguagem e Lazer - III Futebol nas Gerais* cujo tema foi “Torcidas Organizadas, movimentos e coletivos de torcedoras/es: Múltiplos Olhares”. O objetivo do Seminário foi promover um espaço de diálogo e reflexão sobre as Torcidas Organizadas, movimentos e coletivos de torcedores, suas configurações, seus papéis e suas relações com a sociedade.

Para o evento convidamos pesquisadores e pesquisadoras brasileiros/as e estrangeiros/as que têm estreitas ligações com as Torcidas Organizadas, movimentos e/ou coletivos de torcedores, assim como membros das próprias Torcidas Organizadas, Coletivos e Movimentos de Torcedores. O evento ocorreu na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, entre os dias 12 à 14 de novembro de 2022. Para além de proferirem suas palestras e participarem dos seus respectivos debates, muitos desses convidados nos brindaram com textos que nos remetem às suas participações. O registro da participação de cada um e cada uma aqui em forma de capítulo garante um debate permanente sobre a temática que envolve o torcer e as associações de torcedores no futebol brasileiro.

Por fim, para encerrar essa breve apresentação, agradecemos ao Programa Academia & Futebol da Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor (SNFDT), do Ministério da Cidadania pelo financiamento da presente publicação. Agradecemos, mais uma vez, a todos os autores e a todas as autoras que colaboraram com os seus textos para que esse livro se materializasse e as discussões ocorridas durante o evento não se perdesse em sua presencialidade.

*Silvio Ricardo da Silva  
Priscila Augusta Ferreira Campos  
Christian Matheus Kolanski Vieira*

## EL PODER DEL TRABAJO COLECTIVO: ORGANIZACIONES DE HINCHAS EN ARGENTINA

*Verónica Moreira*

A principio de este año recibí la invitación para participar del IV Simpósio Internacional *Futebol, Artes, Cultura, Linguagem e Lazer* a realizarse en la Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional de la Universidade Federal de Minas Gerais. El tema del evento era Torcidas Organizadas, movimentos e coletivos de torcedoras/es: Múltiplos Olhares. Comenté en ese momento que ya no realizaba investigación sobre los hinchas de fútbol. Sin embargo, la invitación siguió en pie. Pasaron los meses y unos días antes de viajar comencé a preparar mi presentación sobre los y las hinchas en Argentina. Investigué y conversé con varias personas integrantes de distintas agrupaciones. Confirmé algunas ideas que había propuesto en trabajos anteriores y también aprendí cosas nuevas. Reuní fotos que generosamente me enviaron los hinchas. Y, en el marco de este breve proceso de investigación, después de la presentación en el auditorio de la universidad, me di cuenta que había vuelto a mi primer amor: el trabajo con los y las hinchas de fútbol. Si bien nunca me distancié de los estudios del deporte

-actualmente estoy dedicada a una investigación sobre boxeo-, los y las fans habían dejado de ser el principal foco de atención.

El panel en el que participé buscaba analizar los diferentes formatos y actividades habituales de los grupos de hinchas, que trascendían el universo de los estadios y gradas. El eje del panel era conversar sobre grupos que realizaban algún tipo de intervención a favor de las demandas sociales de las comunidades cercanas a sus clubes.

Antes de presentar los casos que ilustran esta situación, como punto de partida es pertinente describir las características de los clubes de fútbol como asociaciones civiles sin fines de lucro en Argentina. ¿Qué aspectos habilita este tipo de modelo jurídico? Desde su creación a principios del siglo XX, los clubes han buscado –no sin contradicciones- el bien común de las personas que los integran, al tiempo que también han tratado de establecer lazos con la comunidad que los rodea. En este tipo de instituciones, un deporte hiperprofesional como el fútbol convive con deportes amateurs y actividades sociales y culturales muy diversas. Los clubes pueden ofrecer hockey, vóley, karate, patín, gimnasia artística, yoga, handball, natación, danzas nativas, etc. Además, es bastante común que dicten distintos niveles de enseñanza formal: desde jardín de infantes, pasando por la primaria y secundaria, hasta la educación terciaria. En este sentido, se dice que los clubes muchas veces han desarrollado un papel abandonado por el Estado.

A su vez, los clubes son un espacio para el desarrollo de la política. Desde sus orígenes, tales instituciones funcionaron como centros de reunión donde los socios varones debatían diferentes asuntos. Este carácter colectivo del funcionamiento de los clubes se sumó a la corriente asociativa de las primeras décadas del siglo XX, que incluyó la formación de sociedades de fomento barriales, las bibliotecas populares, los sindicatos de los trabajadores o las sociedades de socorros mutuos de los inmigrantes. Frydenberg (1997) señala que tales instituciones eran centros de reunión donde los socios debatían en conjunto problemas prácticos vinculados



al nombre del club, el color de la camiseta, el campo de juego, el cobro de la cuota social o la formación de los equipos. Transcurridas varias décadas, el asociacionismo es un modelo que hoy continúa valorándose, siguiendo a Putman (1999), por su potencial para el intercambio de ideas disímiles o afines, la convivencia de ciudadanos de diferentes orígenes y opiniones, el desarrollo de virtudes cívicas, el entrenamiento en la vida social y democrática, y el despliegue de reglas que deben ser respetadas por los participantes a la manera de un sistema político. Desde luego que este sistema político tiene sus límites y restricciones si consideramos la falta de oportunidades para las mujeres y las diversidades sexuales para ejercer cargos significativos en la conducción.

A diferencia de la sociedad anónima, la asociación civil condiciona favorablemente el despliegue de prácticas políticas. Los clubes de fútbol tienen un estatuto social que detalla las maneras de llevar a cabo la elección de los dirigentes, la constitución de las asambleas de socios/as y las reuniones de la comisión directiva. El estatuto detalla quiénes votan, cómo deben hacerlo, cuáles son los requisitos para presentarse como electores o candidatos. Meses antes de una elección, durante la campaña electoral de los candidatos, la política adquiere mayor visibilidad e invade los espacios cotidianos de las instituciones. Los políticos aparecen en el ámbito público, despliegan estrategias para capturar la atención, organizan reuniones abiertas, participan en los medios de comunicación. Una parte de los socios y las socias muestran interés en el programa de gobierno de los candidatos y aprovechan la ocasión para presentar sus demandas.

Como todo espacio político, también hay resistencias. Es bastante común que los socios/as e hinchas se organicen para discutir los proyectos oficiales cuando estos no coinciden con la ideología popular, con los modos de hacer y ser de larga data. Por ejemplo, un hecho que generalmente produce controversias refiere a la remodelación o la construcción de un nuevo estadio en otro barrio. El estadio es un espacio que ha sedimentado a lo largo de

los años experiencias individuales y colectivas, tradiciones de toda la vida, recuerdos familiares y vivencias afectivas. No es sólo un patrimonio material, también representa un patrimonio intangible. Por eso cualquier proyecto de construcción de uno nuevo en un barrio distinto o su remodelación distante de los ideales (en pos de una elitización) conduce a la organización y a las actividades de resistencia.

Como señala el sociólogo Rodrigo Daskal, algunas movilizaciones o reclamaciones se vuelven multitudinarias y exponencialmente visibles en el tejido urbano. En 2012, miles de socios/as e hinchas del Club San Lorenzo de Almagro se movilizaron a la Plaza de Mayo, en el centro de la Ciudad de Buenos Aires, reclamando una ley de restitución histórica para “regresar a Boedo”, pretendiendo reubicar nuevamente en dicho barrio porteño su estadio, expropiado por la última dictadura militar en Argentina (1976-1983). En este caso, los directivos del club se sumaron y encabezaron las demandas dirigidas al poder legislativo de la ciudad para solicitar el tratamiento de la ley para comenzar a negociar la venta de los terrenos que ocupaba un supermercado de la empresa Carrefour, donde antiguamente se encontraba el viejo estadio.<sup>1</sup>

De este modo, pensar en los clubes de fútbol como espacios políticos en torno a los cuales los socios/as e hinchas se organizan para luchar por sus ideales no es un dato menor si consideramos la etapa actual del neoliberalismo, que segrega a miles de personas debajo de la línea de pobreza, que exalta el individualismo y valora la meritocracia como una salida de la desigualdad estructural. En este contexto, siempre es bienvenida la pregunta sobre el margen de acción colectiva. En esta oportunidad, presento cuatro casos de agrupaciones que muestran la importancia del trabajo colectivo, la articulación entre sí y con otros sectores de la sociedad civil con el objetivo de ampliar el margen de organización y acción en el campo del poder.

---

1. Disponible en: <https://www.sanlorenzoprimerio.com.ar/noticias/a-ocho-a-nos-de-la-marcha-a-plaza-de-mayo/>.

## *Peña Negro Galván*

La peña Negro Galván<sup>2</sup> del Club Atlético Independiente, ubicada en el partido de Quilmes, en el Conurbano Bonaerense, se creó en 2017. Como toda peña, de las 321<sup>3</sup> que representan a Independiente en Argentina y en otros países en el mundo, refiere a una agrupación de hinchas que realiza actividades sociales y culturales que están destinadas al bienestar de la comunidad cercana. La peña lleva el nombre Rubén Galván, jugador que realizó casi toda su carrera en la institución y que fue parte del equipo que ganó 4 veces consecutivas la copa Libertadores de América entre 1972 y 1975. Galván además fue campeón del mundo con la selección argentina en la copa mundial de fútbol de 1978. En palabras de Killi, su presidente, “una peña es una gran familia de hinchas del rojo que nos comprometimos a llevar bien alto el nombre de Rubén Galván y de Independiente a través de actividades sociales ayudando donde más se necesite”.

El grupo inicialmente estaba conformado por 10 personas, hoy cuenta con 50 que aportan 400 pesos argentinos cada mes para solventar algunos gastos. La peña no tiene un local propio de funcionamiento, pero sus integrantes se las ingenian para organizar actividades en distintos barrios carenciados y vulnerables de la localidad de San Francisco Solano del partido de Quilmes, buscando la colaboración de otras instituciones del lugar. Un objetivo de la peña es “ayudar donde haga falta”. Para esto cuenta con un

---

2. Disponible en: [https://www.instagram.com/peniaroja\\_negroalvan\\_quilmes/](https://www.instagram.com/peniaroja_negroalvan_quilmes/).

3. Las peñas tienen un nombre y una bandera; mantienen el modelo de organización del club con una comisión directiva, con personas que cumplen distintos roles y un reglamento donde se pautan los derechos y las obligaciones de sus integrantes. En la página oficial del Club Atlético Independiente se encuentran los nombres y las ciudades de las peñas. Disponible en: <https://clubaindependiente.com.ar/penias/mapa>.

cronograma. El año comienza con la campaña “vuelta al cole” en la que compran y reciben donaciones de útiles escolares para distribuir entre los niños y niñas. Continúa con la celebración de la Pascua, momento en el que reparten huevos de chocolate. El Día del niño, que se festeja en el mes de agosto, es una fecha especial porque los integrantes de la agrupación reciben donaciones de dinero y también de juguetes, que ellos mismos lavan, arreglan y envuelven en papel de regalo. Llegaron a entregar 300 juguetes. En el mes de octubre festejan el aniversario de la peña y en diciembre Navidad.

La peña también organiza actividades según las situaciones y coyunturas. Para los incendios de los campos, montes y humedales de reservas naturales de la provincia de Corrientes a principios de 2022, la peña entregó productos de primeros auxilios. Cuando el gobierno nacional dispuso el Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio (ASPO) debido a urgencia sanitaria producida por la pandemia del covid y muchas personas no podían trabajar ni salir a buscar el sustento diario, la peña preparó ollas populares para entregar comida a las familias. Llegaron a repartir unas 150 porciones.

Primera olla popular en pandemia en el Club Solano Jrs. en la localidad de San Francisco Solano, partido de Quilmes, en julio de 2020.



Fuente: archivo personal de Cristian Casasola, presidente de la peña.

Bandera actual de la Peña Negro Galván en el estadio Libertadores de América-Ricardo Enrique Bochini.



Fuente: archivo personal de Cristian Casasola, presidente de la peña.

Ahora bien, si de fútbol estrictamente se trata, la peña renta un micro para que sus integrantes viajen todos juntos al estadio de Independiente. Como el club tiene una persona destinada al trato con los referentes de las peñas, el presidente de la peña Negro Galván le entrega un listado de acciones y recomendaciones para mejorar la situación de los socios/as e hinchas. Las propuestas incluyen la posibilidad de acceder a la platea del estadio; realizar visitas a los entrenamientos y a la cancha: conseguir entradas para ir a otros estadios;<sup>4</sup> repartir entradas para personas que no están asociadas a Independiente pero que después de la experiencia de un día de partido tienen el deseo de afiliarse; entregar camisetas oficiales del equipo de fútbol para realizar sorteos y cubrir los gastos de viaje; habilitar un lugar del club para organizar una reunión anual con todas las peñas.

4. Aunque en Argentina desde 2013 existe la prohibición del público visitante.

Un aspecto que el presidente de la peña señaló fue el predominio de la vida grupal, de lo colectivo sobre lo individual. “Si llegara a tener un problema una persona, se da una mano porque es una gran familia”. La peña representa un caso tradicional de agrupamiento de hinchas de un mismo equipo de fútbol, que tiene una extensa trayectoria en el fútbol argentino. A continuación, presento grupos que son emergentes de los últimos años que congregan a hinchas de diferentes instituciones deportivas, que trascienden los hinchismos y las rivalidades.

### *Coordinadora de Hinchas*<sup>5</sup>

Desde la década de los noventa del siglo pasado hasta la actualidad, un sector constituido por dirigentes deportivos, empresarios y políticos ha impulsado la sanción de una ley para habilitar la transformación de las asociaciones civiles deportivas en empresas, usando el argumento de la poca transparencia en la administración de las instituciones (muchas entidades han tenido y tienen deudas millonarias) y la falta de experiencia para afrontar las innovaciones de un proceso modernizador. El primer intento para realizar este cambio en el fútbol argentino se dio de la mano del entonces presidente del Club Atlético Boca Juniors, Mauricio Macri (1995-2007). Cuando Macri asumió la presidencia del gobierno nacional en 2015, instaló nuevamente la idea en la agenda política y en los medios de comunicación. Este hecho produjo un fenómeno inédito en Argentina: la reunión de hinchas de distintos equipos de fútbol en el grupo que se dio en llamar Coordinadora de hinchas.

La particularidad del colectivo fue la creación de un mismo frente con hinchas de diversas identidades futbolísticas, un fenómeno

---

5. Disponible en: <https://www.facebook.com/CoordDeHinchas>; <https://www.instagram.com/coorddehinchas/>.

que es difícil de encontrar en un deporte estructurado en base a la cultura del aguante. “Somos rivales, no enemigos” fue el mensaje que quisieron transmitir sus integrantes para romper con la lógica de la polarización de las hinchadas y la radicalización de la rivalidad.<sup>6</sup>

Reunión de hinchas en el hotel Bauen, julio 2017.



Fuente: <https://www.facebook.com/CoordDeHinchas>.

La organización surgió del intercambio de experiencias entre diferentes agrupaciones de cuatro o cinco clubes (a la que se sumaron hinchas de otras entidades), que coincidían en la lucha contra las sociedades anónimas deportivas (SAD). Convertir los clubes en empresas implicaba no solo la desaparición de los deportes amateurs y las actividades sociales que no generaban ganancias económicas sino también la eliminación de la sociabilidad cívica y comunitaria tan característica de estas instituciones. Entre los objetivos de la Coordinadora se encontraban la búsqueda de firmas de los sectores

6. Según la organización Salvemos al Fútbol (<https://salvemosalfutbol.org/>), las muertes en el fútbol argentino ascienden a 324.

políticos de los clubes para apoyar el formato tradicional de los clubes como asociaciones civiles, a la vez que la organización de charlas públicas para concientizar sobre esta necesidad. Socios/as e hinchas tenían la intención de seguir una agenda de reuniones y trabajo con diferentes dirigentes políticos y deportivos para establecer una posición firme contra la posible presentación de una ley de las SAD.

Logo representativo de la agrupación.



Fuente: <https://www.facebook.com/CoordDeHinchas>.

La Coordinadora de Hinchas es una organización política que se ha enfrentado a un sector poderoso compuesto por empresarios, políticos, dirigentes, dueños de medios de comunicación que prefieren una Sociedad Anónima como alternativa superadora del modelo tradicional en el contexto actual del capitalismo. Si bien la Coordinadora busca el apoyo de referentes del ámbito de la política tradicional y varios de sus miembros son militantes de partidos políticos, sus integrantes aclaran que el grupo es a-partidario, no se alinea con ninguna fuerza política en particular.

La Coordinadora de Hinchas realizó su acto de presentación en el hotel Bauen en Buenos Aires con la presencia de personalidades de distintos ámbitos (político, periodístico, académico y deportivo) en



noviembre de 2016. Organizó reuniones en sedes de la Universidad de Quilmes y Universidad de Avellaneda durante el verano de 2017. Y, posteriormente, en abril de 2018 tuvo lugar el primer plenario de hinchas del país para discutir distintos ejes: “lograr una mayor implicación de socios/as”, “combatir por conservar el carácter popular de las instituciones que no son sólo clubes de fútbol profesional” y “denunciar los abusos de las corporaciones pasando por encima de los aficionados” (en relación con la represión policial en los estadios y los precios abusivos de las entradas). El plenario también llamó la atención sobre los problemas de género y el rol de las mujeres en el deporte; tema que comenzó a cobrar visibilidad y masividad a partir de un hecho que significó un cambio cultural en el país: la primera marcha “Ni una menos”<sup>7</sup>. Durante el mismo período, la Coordinadora de Hinchas lanzó una campaña en Twitter con el hashtag #NoALasSAD que llegó a convertirse en trending topic.

Campaña en Twitter contra la Sociedad Anónima.

**SUMATE AL TUITAZO**  
10/04 - 12HS.

**#NoALasSAD**  
**#TodxsSomosHinchas**

**¿SABÍAS QUE EL GOBIERNO PROMUEVE REEMPLAZAR LAS ASOCIACIONES CIVILES SIN FINES DE LUCRO POR SOCIEDADES ANÓNIMAS DEPORTIVAS (SAD)?**

**¿SABÍAS QUE LOS DEPORTES AMATEURS SE ELIMINARÍAN POR NO SER REDITUABLES. EXPULSANDO A DEPORTISTAS Y SOCIAS/OS DE NUESTRO CLUB?**

**¿SABÍAS QUE LAS/OS SOCIAS/OS DEJARÍAN DE TENER PARTICIPACIÓN EN LAS DECISIONES DE LOS CLUBES?**

Fuente: <https://www.facebook.com/CoordDeHinchas>. Acceso en: 10/04/2018.

7. La primera marcha se realizó el 3 de junio de 2015 para poner en evidencia la violencia de género y la cantidad de feminicidios en el país. El detonante fue el asesinato de Chiara Páez, una adolescente de 14 años que estaba embarazada y fue asesinada por su novio en la provincia de Santa Fe.

El 29 de octubre de 2018, el Comité Ejecutivo de la Asociación de Fútbol Argentino había planificado realizar el debate sobre el ingreso de la SAD al fútbol nacional, pero finalmente esto fue desestimado debido a la presión que ejerció la Coordinadora de Hinchas que logró más de treinta declaraciones públicas de dirigentes de clubes que estaban en contra de dicho proceso. Un grupo de clubes que hasta el momento había permanecido al margen, sin dar una postura clara en torno al debate, comenzó a enviar comunicados mediante sus redes sociales (páginas oficiales, Twitter, Facebook, Instagram) rechazando el nuevo formato jurídico. El hecho fue considerado un triunfo por la organización.

### *Coordinadora de Derechos Humanos del Fútbol Argentino*<sup>8</sup>

Este colectivo se constituyó durante el gobierno de Mauricio Macri en 2017. El impulso inicial estuvo a cargo de militantes de organismos de derechos humanos y antirrepresivos, organizaciones sociales, partidos políticos y ONGs con extensa trayectoria en actos de lucha y resistencia. Algunos de sus integrantes además eran parte de la Coordinadora de Hinchas presentada anteriormente. Según un documento de la Coordinadora: “Tenemos como horizonte abonar a la construcción de una sociedad distinta desde una trinchera específica: el fútbol” apuntando a construir “una herramienta federal que sirva de apoyo para el surgimiento y la constitución de agrupamientos que entiendan a los clubes de fútbol como espacios comunitarios de disputa, donde la defensa, promoción y ampliación de los Derechos Humanos sea un objetivo estratégico”.<sup>9</sup> Actualmente, la Coordinadora está compuesta por hinchas de 35 instituciones de todo el país, cada una con experiencias y realidades diversas.

---

8. Disponible en: <https://twitter.com/futbolyddhh>; <https://www.instagram.com/coordinadoraddhh/>; <https://www.facebook.com/Coordinadora-DDHH-del-F%C3%BAAtbol-Argentino-1983857631941948>.

9. Documento de presentación del espacio.

Germán, un integrante de la Coordinadora de Derechos Humanos, explicó: “Un eje central en la Coordinadora es analizar el camino recorrido para lograr reconocimiento institucional. Como bien te comenté, esta organización colectiva se formó “desde afuera” del fútbol, es decir por fuera de lo institucional y, en algunos casos, luego se fue metiendo dentro de lo orgánico de las instituciones deportivas con la creación de comisiones y subcomisiones.<sup>10</sup> En ese sentido, se tuvieron que ir “ganando un lugar” y tejiendo distintas estrategias”.

La situación de los clubes es distinta. En algunas instituciones los espacios de búsqueda de la memoria consiguieron un reconocimiento, como el Club Deportivo Morón que tiene una subcomisión de derechos humanos; o el club San Lorenzo que está atravesado por la última dictadura militar (por la pérdida de su estadio), que creó un departamento desde el cual realiza homenajes y conmemoraciones a deportistas desaparecidos. También puede suceder que los clubes no tengan un área específica en su organigrama oficial, pero esto no es un impedimento para realizar acciones concretas de reparación de la historia, como la expulsión del padrón de socios/as de militares que actuaron en el último proceso militar.

En determinadas instituciones se logró la modificación del estatuto para incorporar la categoría de socio/a “detenido/a desaparecido/a”.<sup>11</sup> Cuando una persona muere o deja de pagar la cuota mensual, se la borra del padrón o listado activo de socios y socias en cualquiera de sus categorías. Las personas que eran

---

10. Un club cuenta con distintas comisiones y subcomisiones de trabajo divididas según áreas. Por ejemplo, “comisión de prensa y comunicación”, “comisión de fútbol infantil, futsal y fútbol femenino”, “comisión de deportes amateurs”. La creación de una comisión, subcomisión o departamento de Derechos Humanos es una novedad de los últimos años.

11. Existen diferentes grupos de socios/as. Para mencionar un caso, la clasificación del Club Atlético Banfield está compuesta por: socio activo, damas, cadete, menor, socio de cancha, socio de interior.

socias y fueron desaparecidas durante la dictadura militar fueron incorporadas bajo el nombre de “detenido/a desaparecido/a”. En las instituciones donde no fue posible un cambio de estatuto, como en Independiente y Racing, se realizó la entrega de carnets (identificaciones) a los familiares de personas que eran socias y que fueron víctimas del terrorismo de estado.

La participación en la Marcha de la Memoria por la Verdad y la Justicia de cada 24 de marzo a la Plaza de Mayo es una de las actividades de esta Coordinadora. Los y las hinchas asisten con la casaca del club de pertenencia. Algunos portan una pancarta que simular ser un carnet, con el nombre, una foto, el escudo del club, la edad y la fecha de la desaparición de la persona que quieren recordar.

24 de marzo de 2019 en la histórica marcha de la Memoria por la Verdad y la Justicia en Buenos Aires



Fuente: Germán Roitberg.

También realizan intervenciones en los estadios de fútbol sumándose a la campaña de las Abuelas de Plaza de Mayo en la búsqueda de los 500 niños y niñas apropiados durante la última dictadura militar.

Campaña de búsqueda de nietos y nietas apropiados durante la última dictadura militar (1976-983) en octubre de 2018.



Fuente: Germán Roitberg.

Un logro de la Coordinadora fue llevar el 24 de marzo de este año un “Proyecto de reparación histórica y construcción de conciencia en derechos humanos en el Fútbol Argentino” al presidente de la AFA. Para darle sustento y fuerza a este proyecto, un grupo de hinchas armó una comisión<sup>12</sup> dentro de la Coordinadora con el objetivo de realizar reuniones con Horacio Pietragalla Corti y Matías Moreno (Secretario de DDHH de la Nación y de la Provincia de Buenos Aires, respectivamente) y con Matías Lammens (Ministro Nacional de Turismo y Deportes). Los y las hinchas explicaron el proyecto a los funcionarios y les pidieron una adhesión al pedido que le iban a realizar a la AFA. Según un integrante de la Coordinadora: “Este hecho no sólo habla del sentido de la organización, sino también de la necesidad de tejer estrategias para ir ensanchando cada vez más el compromiso político y que todos los ámbitos estén

12. La Coordinadora cuenta con otras comisiones de trabajo: comité de bienvenida, comisión de género, reconocimiento a los soldados de Malvinas, grupo de trabajo “pelotas por Palestina”.

atravesados nodalmente por una mirada basada en el respeto a los derechos humanos”.

Un objetivo que quieren llevar a cabo en el marco de una acción junta con la Coordinadora de Hinchas y otras organizaciones refiere a pedir a la CONMEBOL el cambio de nombre del torneo continental de clubes por “Copa Libertadoras de América” para empezar a visibilizar la gesta de las mujeres. La figura de la campaña es Juana Azurduy, nombrada teniente coronel en 1814 por encabezar la derrota de las tropas españolas en Bolivia y liberar a su esposo el general Manuel Ascencio Padilla.

Campaña de cambio de nombre de la Copa Libertadores Femenina a Copa Libertadoras de América.



Fuente: <https://www.instagram.com/coordinadoraddhh/>.

### *Coordinadora sin Fronteras del Fútbol Feminista*<sup>13</sup>

La Coordinadora Sin Fronteras de Fútbol Feminista nació el 14 de octubre de 2018, en el marco del primer taller de fútbol y mujeres en el 33° Encuentro Nacional de Mujeres<sup>14</sup> en Trelew, provincia de Chubut. Esta Coordinadora es una red que agrupa jugadorxs, equipos, organizaciones sociales, agrupaciones de hinchxs, dirigentxs y trabajadorxs de clubes, miembrxs de equipos técnicos, periodistxs y personas vinculadas a medios que abordan temáticas del fútbol con perspectiva de género.<sup>15</sup>

La Coordinadora es un espacio abierto, amplio y heterogéneo que pretende tener una incidencia pública, de acción política y construcción colectiva. Las acciones de este colectivo buscan promocionar el fútbol de mujeres y disidencias, y visibilizar experiencias, problemáticas y reclamos de este sector en articulación con la agenda feminista.

En estos años, la Coordinadora ha realizado actividades y acciones novedosas en el mundo del fútbol. Por ejemplo, la creación

---

13. Disponible en: <https://www.instagram.com/coorfutem/>.

14. El Encuentro Nacional de Mujeres (ENM) es un encuentro feminista que se realiza anualmente desde 1986. Los encuentros se caracterizan por ser autónomos, auto-convocados, democráticos, pluralistas, federales y horizontales. Se llevan a cabo en distintas ciudades del país cada año, eligiéndose la nueva sede democráticamente en la asamblea de cierre donde se lee además el documento final. En el 35° Encuentro Plurinacional de mujeres, lesbianas, trans, travestis, bisexuales, intersexuales y no binaries, realizado en la ciudad de San Luis en 2022, se desarrollaron más de 110 talleres que abordaron diferentes temáticas, donde se intercambiaron posiciones en torno a las desigualdades estructurales que afectan a mujeres y personas del colectivo LGBTQI+.

15. El uso de la x responde a la inclusión de todas las identidades de género, es el método nativo que tiene este colectivo. En este trabajo, usé principalmente otra fórmula para agilizar la lectura, sin desconocer la diversidad de identidades sexo-génericas.

del Cancionero Feminista. Esto es: la confección de canciones para entonar en los estadios de fútbol manteniendo la melodía tradicional, pero cambiando la letra para evitar el sexismo, el machismo, la xenofobia, la homofobia, el racismo de los clásicos cantos de cancha (anexo esto más adelante). La Coordinadora confeccionó una bandera y asistió al estadio de Arsenal, en el partido de Avellaneda, para alentar a la selección femenina de fútbol en el partido repechaje que jugó contra Panamá por un lugar en el Mundial de Fútbol de Francia de 2019. En dicho estadio, sus integrantes difundieron información y cantaron las canciones del nuevo repertorio. También crearon figuritas del álbum de las jugadoras y un fixture.<sup>16</sup>

Figuritas de las jugadoras como pieza comunicacional para el Mundial de Fútbol Femenino 2019



Fuente: <https://sites.google.com/view/museodelfutbolfeminista/inicio?authuser=0>.

Por otra parte, la Coordinadora organizó lo que dieron en llamar el #PicaditoAbortero (juego improvisado) en las jornadas de la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro

16. Esta información se puede ampliar en la página web Museo del Fútbol Feminista, en una sala virtual dedicada a la Coordinadora sin Fronteras de Fútbol Feminista.



y Gratuito frente al Congreso de la Nación, que se replicó en otras ciudades como Córdoba y Santa Fe. Para el 34° Encuentro Plurinacional realizado en la ciudad de La Plata, la Coordinadora organizó el taller sobre Fútbol y Feminismos. Además, dio impulso a la presentación de la ley que consagra el 21 de agosto el día de las futbolistas en conmemoración del triunfo que la selección argentina de fútbol femenino obtuvo en un encuentro épico contra Inglaterra en el estadio Azteca de México en 1971 ante más de 100.000 espectadores.

Algunas personas integrantes de esta agrupación realizaron un informe sobre los cargos directivos de los clubes de AFA para visibilizar la dificultad que tienen las mujeres para acceder a los puestos de dirección (6%, la mayoría además ocupa puestos de poca relevancia). Otro dato importante es que algunxs socixs de la Coordinadora fueron artífices de la creación de los espacios de género en sus propios clubes; espacios que llevan distintos nombres en el organigrama de la institución (área, comisión, subcomisión, departamento), que promueven la equidad entre los géneros y el respeto por las diversidades sexuales en el ámbito del deporte; que pretenden la erradicación de todo tipo de violencia basada en las desigualdades entre géneros y la orientación sexual; que cuestionan la mirada binaria y reconocen la centralidad de abordar la articulación entre el género, el deporte y la comunicación como un problema cultural y social. Por otra parte, la participación en estos espacios ha dado como resultado la formulación de protocolos de prevención, sanción y erradicación de la violencia de género en muchas instituciones deportivas.

Canciones de cancha elaboradas por la agrupación durante la clasificación para el Mundial de Fútbol Femenino de 2019.

# CANCIONERO

DE LA COORDI



**LOS RODRÍGUEZ – PARA NO OLVIDAR**

Qué pasó barrabrava  
que la hinchada está libre de machos  
Qué pasó barrabrava  
que al final eran todo unos fachos  
Van pasando los años  
jugadores también dirigentes.  
¿Qué pasó con las pibas?  
Es lo que se pregunta la gente  
Y las pibas te copamos la parada, Oh oh  
En las calles, en las canchas y en las camas, Oh oh  
Si tu fútbol lo cuida la policía  
y nuestro fútbol es alegría  
es disidente, es feminista.

---

♻️

**FITO PÁEZ – Y DALE ALEGRÍA A MI CORAZÓN**

Y dale alegría alegría mi corazón  
una cancha disidente es mi obsesión  
que entren todos los cuerpos gritemo' gol  
un caño al patriarcado y la opresión  
ya vaaas a ver  
el fútbol va a ser de todes o no va ser  
y sí, chabón,  
llevamo en los botines revolución

---

♻️

**MARCHA PERONISTA**

Te lo dijimos mil veces  
AFA ¿por qué no entendés?  
si nos sacan la pelota...  
les tomamos el poder  
¡Que sea ley!  
¡Que sea ley!

**LOS FANTASMAS DEL CANIDE – MUCHACHA TRISTE**

Desde pendeja yo quiero jugar  
Y me persigue el patriarcado  
No se dan cuenta ya van a entender  
La pelota no tiene heteronorma  
¡Vamo' las pibas!  
Copando la cancha  
Somos hermanas  
¡Jugamos en manada!

---

♻️

**CREEDENCE – BAD MOON RACING**

AFA decime que se siente  
que te copemos Arsenal  
Te juro que aunque pasen los años,  
nunca nos vamos a olvidar  
Que jugamos de local,  
por un pase al mundial  
Chiqui Tapia ¿las entradas donde están?  
A Banini vas a ver  
gambetear la Torre Eiffel  
¡Yo te juro que pronto se va a caer!

---

♻️

**YOODO SABIAAA**

Es sabido, es sabido,  
con los genitales,  
no se ganan los partidos



Fuente: <https://sites.google.com/view/museodelfutbolfeminista/inicio?authuser=0>.

### *Palabras finales*

Los casos que he presentado dan cuenta de un hecho que es significativo en esta coyuntura: la salida de la individualidad a través de la organización colectiva. En tiempos de crisis de construcción de identidades colectivas, en el marco del capitalismo

que avanza y empobrece, estas agrupaciones de socios, socias e hinchas demuestran la potencia de un trabajo conjunto. También son una entrada para pensar un tipo de funcionamiento horizontal en el seno de un fútbol hiperprofesional que se rige con las reglas del mercado, que aún convive con deportes amateurs y actividades sociales y culturales. Que esto suceda en instituciones deportivas que siguen siendo asociaciones civiles no es un dato menor. Allí tiene lugar un sistema político (con sus propios límites, controversias y restricciones) en el que sus socios/as todavía deciden y mantienen un margen de acción como los verdaderos “dueños/as” de los clubes.

La organización de las acciones colectivas contra los sectores de poder que pretenden alejarse de los ideales tradicionales y/o limitar la progresión de los derechos por la igualdad cobra fuerza en la articulación con agrupaciones políticas y sociales que nacieron fuera del fútbol. Esto ha sucedido particularmente con los militantes de los derechos humanos con experiencias en organizaciones distantes del deporte; o con los feminismos que empezaron a pensar tardíamente (hacia 2018) que el fútbol era una trinchera para derrotar el machismo y patriarcado. “Desde abajo y desde afuera” se ha impulsado la incorporación progresiva de tópicos que antes no gozaban de legitimidad en la agenda de discusión y análisis de los dirigentes del fútbol argentino.

Por otra parte, la fuerza del colectivo se ha potenciado por la articulación entre las mismas Coordinadoras. La doble o triple pertenencia de algunas personas que participan en varios espacios a la vez ha facilitado esta relación. Para mencionar un caso significativo, la marcha Ni una menos reúne a las tres Coordinadoras para realizar actividades y transitar por la ciudad bajo un mismo frente.

Finalmente, aunque la peña Negro Galván refiere a un grupo más tradicional en cuanto a su organización con hinchas de una sola institución, el modelo se repite en Independiente y en los numerosos clubes del fútbol nacional. En cada una, el ideal que el mercado aún no ha podido borrar conjuga la solidaridad y la conexión con la comunidad.

## *Referencias*

- FRYDENBERG, J. “Prácticas y valores en el proceso de popularización del fútbol, Buenos Aires, 1900-1912.” *Entrepasados – Revista de Historia*, año VI, n° 12, Buenos Aires, pp. 7-29, 1997.
- MOREIRA, V. “Fútbol, modelos jurídicos y mercado: el dilema de los clubes en Sudamérica.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 2, n° 116, Coimbra, pp. 135-154, 2018.
- PUTMAN, R. “Jugar al bowling sólo: el deterioro del capital social Norteamericano.” *Lecturas: Educación Física y Deportes*, vol. 5, n° 16, Buenos Aires, pp. 1-3, 1999.

# FUTEBOL E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DE COLETIVOS DE TORCEDORES ATIVISTAS DO “TRIO DE FERRO” PAULISTANO

*Felipe Tavares Paes Lopes*

## *Introdução*

Neste capítulo, apresento os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sobre ativismo esportivo no contexto da cidade de São Paulo, que aborda três coletivos de torcedores(as)<sup>1</sup> do chamado “trio de ferro”: o Coletivo Democracia Corinthiana (CDC), constituído por torcedores do Corinthians, o Bloco Tricolor Antifa (BTA), constituído por torcedores do São Paulo, e o Porcomunas (PC), constituído por torcedores do Palmeiras. Mais exatamente, a fim de ampliar o conhecimento disponível sobre esses coletivos e sobre o ativismo torcedor em geral, desenvolvo aqui uma (breve) análise sobre: 1 – o contexto sócio-histórico de emergência desses coletivos; 2 – algumas de

---

1. A partir daqui, a fim de aliviar o corpo do texto, abandonarei a fórmula “o(a)” e adotarei o genérico masculino.

suas principais diferenças em relação a outros agrupamentos, como as torcidas organizadas de futebol e as organizações antifascistas “tradicionais” e 3 – os discursos de seus integrantes sobre o fascismo e sobre o “futebol moderno”.

Antes de desenvolver essa análise, é relevante observar que ela se amparou nas informações obtidas por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: primeiro, revisão da literatura pátria sobre torcidas de futebol e ativismo político. Segundo, análise temática do conteúdo divulgado nas páginas oficiais do Facebook dos três coletivos pesquisados durante um período de 4 meses. Terceiro, observação direta de comportamentos e situações vivenciadas por integrantes desses coletivos, tais como: “faixas”, protestos de rua, marchas antirracistas e festivais de futebol. Quarto, aplicação de questionário com o objetivo de obter informações sobre o perfil desses integrantes. E quinto e último, realização de entrevistas individuais e em grupo com o “núcleo duro” dos coletivos em questão. Feito esse esclarecimento, apresento a seguir, ainda que de forma muito breve e seletiva, o contexto sócio-histórico de formação desses coletivos.

### *Contexto sócio-histórico de emergência dos coletivos pesquisados*

Em 2020, no auge da pandemia de Covid-19, o Brasil assistiu a uma série de manifestações de rua a favor da democracia e contra o avanço da extrema direita em algumas de suas principais cidades, como São Paulo. Para a surpresa de muitas pessoas, essas manifestações não foram capitaneadas pelos sindicatos, pelos partidos políticos e/ou pelos movimentos sociais, mas por setores progressistas das torcidas organizadas de futebol<sup>2</sup> e por uma série

---

2. Por medo de sofrer possíveis retaliações por parte do poder público e para não alimentar conflitos internos, essas torcidas optaram por não participar oficialmente de tais manifestações.

de novos coletivos de torcedores (Lopes e Marcello 2021). Com frequência, esses coletivos são chamados – tanto pela imprensa quanto pela literatura especializada – de “torcidas antifascistas” ou, simplesmente, de “torcidas antifas”, a despeito de só alguns desses coletivos participarem efetivamente do circuito antifascista “tradicional” e de, por conseguinte, assumirem mais diretamente sua plataforma política e táticas de enfrentamento de organizações nazifascistas. Na verdade, esses rótulos, quando aplicados de forma generalizada, tendem a criar uma unidade simbólica que interliga agrupamentos distintos numa mesma identidade coletiva, independentemente das diferenças que os separam (Thompson 2000).

Certamente, um olhar mais atento nos indica que, hoje em dia, há, na cidade de São Paulo, uma ampla variedade de coletivos de torcedores, que possuem diferentes perfis de pessoas, objetivos e modos de operação distintos. Entre esses coletivos, há: 1 – aqueles que buscam intervir nas pautas mais diretamente ligadas à política interna dos clubes; 2 – aqueles que privilegiam as lutas contra o racismo, o sexismo e a LGBTQIA+fobia no futebol; 3 – aqueles que, conforme já antecipei, participam da militância e do circuito antifascista autônomo e global; 4 – aqueles que se identificam com projetos do campo progressista em geral, com uma atuação mais voltada aos ambientes da “esquerda institucionalizada” (Zaramella 2022) e 5 – aqueles que se identificam com esses projetos e são vinculados, de alguma forma, a torcidas organizadas. Em comum, podemos afirmar que esses diferentes coletivos surgiram, em sua grande maioria, na última década e, desde então, têm militado na internet, nas ruas e, por vezes, nos estádios.

A emergência desses coletivos de torcedores está relacionada a vários processos e fatores. Sem nenhuma pretensão de exaustividade, cito cinco particularmente relevantes. O primeiro foi a própria ascensão da extrema direita no Brasil, que começou a disputar espaço nas ruas com a militância de esquerda já na segunda metade das Jornadas de 2013, e que levou a uma reação por parte da

esquerda, que saiu às ruas, por exemplo, para se manifestar contra o *impeachment* da Dilma Rousseff, em 2016. O segundo foi a formação e mobilização de novos coletivos de jovens autonomistas a partir dos anos 2010, que possuem linguagens, performances e repertórios distintos dos movimentos sociais tradicionais e adotam uma postura crítica frente às formas tradicionais de se fazer política (Gohn 2008). O terceiro foi o desenvolvimento de novas formas de comunicação móveis e em rede, que vêm impactando as formas de ação social e contribuindo para reformular os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política (Di Felice 2013). O quarto foi a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, que reforçou o processo de elitização do futebol brasileiro iniciado nos anos 1990, além de contribuir para a ampliação dos mecanismos de controle panóptico dos torcedores (Lopes e Hollanda 2018). E o quinto foi o desgaste da imagem das torcidas organizadas motivado pelos conflitos violentos entre elas e pelo engajamento sistemático de (parte de) seus integrantes em práticas sexistas e homofóbicas, que são incompatíveis com a agenda dos novos coletivos de torcedores.

No caso específico do CDC, este foi formado, em 2016, por um grupo de corintianos, que gostavam de discutir política e futebol, e que se conheciam de diversos lugares, tais como: a Barbearia Battaglia, a Brigada Miguel Battaglia, o Núcleo de Estudos do Corinthians (NECO) e o Projeto República Popular do Corinthians. A Barbearia é uma comunidade de Facebook, que existe até hoje. Já a Brigada era constituída por pessoas progressistas que frequentavam o estádio do Pacaembu há muitos anos e se encontravam na Praça Charles Miller antes dos jogos. Por sua vez, o NECO é uma instância oficial do Departamento Cultural do Corinthians, que busca colaborar para a construção de um acervo de conhecimentos relativos à “experiência corintiana”. E o Projeto República Popular do Corinthians foi uma iniciativa do clube que tinha como objetivo se aproximar do torcedor e dar voz a ele.



Antes de um ato contra o *impeachment* da Dilma, o grupo em questão resolveu fazer uma vaquinha para confeccionar uma grande faixa, com a seguinte mensagem: “Democracia Corinthiana Contra o Golpe”. Tal faixa fez muito sucesso no ato e muitas pessoas perguntaram se era um movimento e, se sim, qual que era seu propósito. Com isso, o grupo começou a consolidar a ideia de fundar um coletivo, que acabou sendo oficializado pouco tempo depois no Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, no centro de São Paulo. Desde então, o CDC tem participado de praticamente todas as manifestações de rua promovidas pelo campo das esquerdas e desenvolvido uma série de ações e projetos, tais como: realização de campeonatos com menores em liberdade assistida; produção de *lives* e *podcasts*; reprodução gratuita de filmes com mensagem “política” acompanhada de debates; arrecadação de dinheiro para a distribuição de “marmitas” para pessoas em situação de rua; promoção de campanhas de doação de sangue; preparação de pratos para o “Natal Sem Fome” e organização de jogos de futebol e oficinas (de poesia, jornalismo, fotografia, teatro, saúde etc.) em escolas públicas.

No caso específico do PC, sua formação também se deu contexto de tramitação do *impeachment* da Dilma, o que revela a importância desse evento para a formação dos coletivos de torcedores-ativistas de São Paulo. De acordo com Zaramella (2022: 155), a criação do coletivo partiu de “[...] um esforço mais amplo, comum a torcedores/as de clubes diversos, em articular a presença dos símbolos dos diversos clubes às causas políticas do campo da esquerda, especialmente nas grandes manifestações de rua ocorridas entre 2016 e o presente momento”. O PC começou de forma dispersa, ganhando mais unidade e adesão a partir do momento em que o seu fundador desenhou seu logotipo e começou a fazer camisetas do grupo. Importante notar aqui que a imagem do PC está muito atrelada à figura desse fundador, que é um histórico militante de esquerda e sócio e conselheiro do Palmeiras, sendo conhecido pela torcida justamente por conta de seus esforços em prol da consolidação do

coletivo. Em 2016, o PC se fez publicamente presente pela primeira vez, levando faixas com mensagens como “Palmeirenses contra o golpe” e “Palmeirenses pela democracia” em manifestações contra o *impeachment* da Dilma. A partir daí, o PC passou a participar, de forma sistemática, de atos e protestos de rua, além de se fazer presente nas arquibancadas palmeirenses – seja por meio de ações pontuais, geralmente realizadas em conjunto com outros coletivos de esquerda, seja “[...] através de bandeira e faixas dispostas no estádio a partir de uma aproximação com membros de organizadas” (Zaramella 2022, p. 156). O coletivo também tem organizado – tanto de forma autônoma como em aliança com outros coletivos e movimentos sociais – uma série de ações sociais, como o preparo e a distribuição de marmitas para a população em situação de rua.

Já no caso específico do BTA, este estreou oficialmente nas ruas no Ato Fora Bolsonaro do dia 03/07/2021 e organizou sua primeira reunião presencial cerca de um mês depois. Apesar de ter estreado apenas em 2021, ele é o produto de conversas que vinham sendo feitas desde meados de 2018, em um grupo de WhatsApp chamado “São Paulinos Contra a Extrema Direita”. Desde sua fundação, tem se feito presente, de forma ativa e sistemática, em manifestações de rua organizadas pelo campo das esquerdas, participando de marchas antirracistas e de protestos contra o governo Bolsonaro. Entre outras manifestações, destacam-se os “faixões”, organizados pelo coletivo – às vezes, em articulação com outros agrupamentos, como o CDC – e realizados em uma passarela no centro de São Paulo. Nesses eventos, seus integrantes ascendem sinalizadores e desfraldam faixas com mensagens como: “Se você é fora Bolsonaro, buzine!”. Mensagens que contribuem para converter um espaço de circulação de carros em um espaço de resistência política (Lopes, Dias e Pentead s/d).

Uma vez esclarecido o contexto de emergência dos coletivos pesquisados, apresento, nos tópicos subsequentes, algumas de suas principais diferenças em relação às torcidas organizadas de futebol e às organizações antifascistas “tradicionais”, pois, conforme

já antecipei, esses coletivos são habitualmente denominados de “torcidas antifascistas”, o que acaba gerando confusões e mal-entendidos.

### *Coletivos pesquisados x torcidas organizadas de futebol*

As torcidas organizadas de futebol (ou uniformizadas, como eram chamadas pela imprensa no período) surgiram no fim da década de 1930 e início da década de 1940, enquanto o Brasil atravessava a terceira fase da Era Vargas: o Estado Novo (1937-1945). Esses primeiros agrupamentos de torcedores eram compostos majoritariamente por jovens de classe média associados dos clubes. Estes se inspiravam nos jovens das universidades dos Estados Unidos, cuja padronização das roupas era um dos elementos distintivos da associação. Em geral, tais agrupamentos possuíam bandas próprias – chamadas de “charangas” – e gozavam de prestígio junto à imprensa, pois eram considerados ordeiros. Nesse contexto, o chefe de torcida tinha “[...] o papel de moralizador e de refrear as paixões da multidão que comparecia aos espetáculos esportivos, impedindo o caos e conduzindo-a a uma uniformidade de comportamentos” (Hollanda e Chaim 2020, p. 657). Todavia, ainda na década de 1940, essa primeira geração de torcidas organizadas foi entrando em declínio. Por conta das pressões da vida adulta, como filhos e casamento, muitos integrantes acabaram impossibilitados de se dedicarem a elas. Ademais, parte das lideranças assumiu cargos diretivos nos clubes.

A segunda geração de torcidas organizadas de futebol surgiu, por sua vez, na segunda metade da década de 1960 e no início dos anos 1970, nos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar (1964-1985) – quando o Brasil crescia economicamente ao mesmo tempo em que os militares cassavam o mandato dos parlamentares contrários a suas posições e suspendiam quaisquer garantias constitucionais.

Paralelamente, o futebol brasileiro tornava-se mais profissional e midiático. Além de adotarem um estilo mais participativo de torcer, os agrupamentos da segunda geração passaram a reivindicar autonomia face aos dirigentes esportivos, operando como um mecanismo de pressão no universo do futebol – o que os levaram a realizar diversos protestos ao longo de sua história, sobretudo contra o mau desempenho do time e contra o alto valor do preço dos ingressos. Por vezes, também participaram (e ainda participam) de lutas políticas mais amplas, como as “Diretas Já!” (Hollanda 2009; Canale 2020).

Hoje em dia, as torcidas organizadas de futebol formam um campo de interações relativamente autônomo, caracterizado por conflitos e concorrências, que fazem com que muitas de suas tomadas de posição sejam baseadas nas de suas rivais (Lopes e Teixeira 2021). Se engana, porém, quem crê que essas torcidas formam um bloco homogêneo. Na verdade, faz-se presente, nas arquibancadas brasileiras, uma ampla variedade de associações torcedoras, com diferentes tamanhos, identidades e formas de atuação. Há aquelas que tendem a buscar o enfrentamento físico – as chamadas “torcidas de pista”; há as que se autodenominam “torcidas chopes” e as que se autointitulam “torcidas rastas” – que, em geral, são consideradas menos “belicosas” e associam o amor ao clube a um segundo elemento identitário (o consumo de bebida alcoólica e a cultura rastafari, respectivamente); há os agrupamentos que adotam um estilo de torcedor inspirado na cultura de arquibancada argentina – as chamadas *barras*; há as associações que também são escola de samba e participam dos desfiles oficiais durante o período do Carnaval e há, ainda, as torcidas consideradas de primeiro, de segundo e de terceiro escalão, dependendo de seu tamanho, tradição e reconhecimento. De qualquer modo, independentemente das diferenças, podemos afirmar que o principal objetivo das torcidas organizadas de futebol é apoiar o clube e, para tanto, fazem do estádio um local privilegiado para a realização de suas performances, afirmação de suas identidades e socialização de seus integrantes.

No caso dos coletivos pesquisados, nenhum deles afirma ser uma torcida organizada. Embora já tenham realizado ações nas arquibancadas – levando faixas e bandeiras com conotação “política” –, seus integrantes costumam acompanhar os jogos como torcedores “avulsos”, misturando-se à massa torcedora. Na verdade, é na rua – mais exatamente, em marchas, protestos e passeatas – que costumam atuar coletivamente, andando juntos e demarcando seu território com faixas, bandeiras e sinalizadores. Isso deve-se justamente ao seu objetivo principal, que não é apoiar um clube de futebol, mas agregar apoiadores de um mesmo clube a fim de lutar por uma sociedade mais justa e democrática, militando a favor de uma série de pautas econômicas, culturais e sociais tradicionalmente caras ao campo das esquerdas. Notemos, portanto, que a identidade dos coletivos pesquisados é construída a partir de duas identidades preexistentes: uma clubística e outra política.

Vale destacar, ainda, que os coletivos pesquisados costumam ser agrupamentos significativamente menores do que as torcidas organizadas de futebol e possuem uma estrutura mais horizontal e descentralizada. Ademais, têm forte presença no mundo *online* e atuam em rede e de forma solidária, articulando ações conjuntas. Em outras palavras, no contexto desses coletivos, a rivalidade clubística não é um fator desagregador, que produz inimizade e conflitos violentos.

### *Discursos sobre o “futebol moderno”*

Um ponto comum entre os coletivos pesquisados e as torcidas organizadas de futebol é a sua luta contra o “futebol moderno”. Assim como fazem essas torcidas, tais coletivos pautam e criticam o processo de hiper mercantilização do futebol. Ainda que geralmente vinculado a esse processo, o termo “futebol moderno” não corresponde, todavia, a um objeto claramente delimitado, fixo

e estável. Na verdade, no contexto dos coletivos pesquisados, ele é empregado para criticar um amplo leque de condições, tais como: a exclusão do torcedor pobre dos estádios, o fim do futebol de várzea, a falta de jogadores que possam servir de exemplo para os jovens, o racismo e a homofobia nas arquibancadas, a transformação dos clubes em empresas, a impermanência dos jogadores nos clubes, o horário das partidas noturnas e o processo de arenização dos estádios. Nesse sentido, podemos afirmar que, no contexto em questão, o referido termo serve para unificar uma série de experiências vivenciadas como negativas, contribuindo para simplificar a enorme complexidade da vida social.

Da mesma forma como ocorre no universo das torcidas organizadas de futebol, o discurso dos integrantes dos coletivos pesquisados sobre o “futebol moderno” é revestido por certo sentimento de saudosismo e nostalgia. Na narrativa desses integrantes, há uma espécie de superioridade moral do velho sobre o novo. O futebol de ontem é visto como autêntico e popular; enquanto o de hoje, como corrompido pelo dinheiro. Em outras palavras, há uma valorização da “simplicidade” e da “autenticidade” do passado ao mesmo tempo em que há uma inconformidade com o presente. Por um lado, essa narrativa sobre o futebol mobiliza ações que visam à democratização do acesso ao espetáculo futebolístico, tornando-o menos excludente. Por outro lado, ela, com certa frequência, idealiza e romantiza o passado. Ainda que a denúncia de que a mercantilização do futebol tenha se tornado mais extensa e intensa seja fundamentada (Nicolau Neto e Cavalcanti 2020), ela pode desviar a nossa atenção de situações que eram experimentadas como insatisfatórias. Ademais, tal narrativa, às vezes, inclui processos de longa data, como a homofobia e o racismo, no rol de problemas do “futebol moderno”.

Importante notar que a incorporação da bandeira contra os diversos tipos de preconceito e opressão na luta contra o “futebol moderno” não é consensual dentro do universo torcedor. Na verdade, há uma disputa discursiva em torno da questão. Afinal,

para alguns torcedores organizados, o “futebol moderno” seria o responsável por ter tornado o futebol “politicamente correto”, limitando manifestações torcedoras que fariam parte da “cultura da arquibancada” e que seriam provocações legítimas. Neste ponto, é importante observar que, na Europa, grupos de torcedores neofascistas também se posicionam contra o referido futebol. Vale recordar, inclusive, que, no primeiro manifesto contra o “futebol moderno”, uma das pautas era a limitação de jogadores estrangeiros, porque ocupariam o lugar de jovens jogadores nacionais (Gomes 2020). Sendo assim, podemos afirmar que a referida luta atravessa campos político-ideológicos distintos. Luta que, ainda que seja ressignificada de acordo com o contexto, é, quase sempre, envolta em um discurso antissistema e anti burguês (Lopes e Hollanda 2018).

No entanto, a despeito de o discurso contra o “futebol moderno” assumir uma postura antissistema e anti burguês, ele pressupõe uma perspectiva reformista de futebol. Afinal, este não seria, na visão dos críticos do “futebol moderno”, uma atividade intrinsecamente alienante, que possuiria uma relação umbilical com o modo de produção capitalista. Mas, sim, uma atividade popular, que teria sido desvirtuada pela força do “vil metal”. Em uma leitura intertextual, podemos afirmar que tal perspectiva, por um lado, ressoa a voz de autores progressistas, como Galeano (2013), que lamentam a espetacularização e comercialização do futebol. E que, por outro lado, ela se choca com a posição de autores e movimentos revolucionários de esquerda, que interpretam o futebol pela chave da alienação. Por exemplo, para Brohm (1993), o esporte contribui para formar estruturas de personalidade autoritárias, agressivas, narcisistas e obedientes, preparando a juventude para funcionar como uma máquina alienada no mercado capitalista e, por conseguinte, permitindo com que ditadores nazistas e fascistas – como Hitler, Mussolini e Franco – a recrutassem para seus fins. O esporte também contribuiria para canalizar a energia da massa trabalhadora para a reprodução da ordem estabelecida e operaria

como um poderoso fator de repressão sexual. Por essa razão, ele não poderia abrir nenhuma perspectiva de libertação da humanidade, que só poderá ocorrer, segundo o autor, com a chegada do comunismo.

Evidentemente, a espetacularização do futebol também é concebida, dentro desse esquema de pensamento, como um “problema”, pois ela serviria para popularizá-lo e, conseqüentemente, para desviar a atenção da massa trabalhadora da luta de classes, servindo, assim, de fuga da realidade política. Por exemplo, o interesse nas tabelas dos campeonatos, nos ídolos futebolísticos, nas possibilidades de contratação etc. fariam com que os torcedores não se atentassem aos problemas das sociedades, dificultando a emergência de uma consciência crítica, o que, por sua vez, limitaria seu engajamento político. Mas a espetacularização seria um problema secundário, pois o futebol carregaria em si mesmo o “germe” da alienação, na medida em que seria uma atividade competitiva, que, como sabemos, constitui o alfa e o ômega do modo de produção capitalista. Isto é, para estar a serviço da classe trabalhadora, sua estrutura teria de ser radicalmente transformada, perdendo sua “essência” competitiva. Neste caso, podemos, inclusive, nos perguntarmos se restaria alguma coisa dele. Afinal, como observa Lovisoló (2011), alguma coisa de central estaria sendo mudada na sua própria definição.

### *Coletivos pesquisados x organizações antifascistas “tradicionais”*

Mas se os coletivos pesquisados não se confundem com as torcidas organizadas de futebol, eles tampouco operam exatamente a partir da lógica da militância antifascista “tradicional”, que possui uma longa história. Oficialmente, o fascismo nasceu em 1919, na Itália, com a criação da organização paramilitar *Fasci Italiani di Combattimento*, de Benito Mussolini. Com o rápido crescimento da organização e com o risco que ela representava, anarquistas



fundaram, em 1921, a primeira organização antifascista que se tem notícia: os *Arditi del Popolo* (Bray 2017). No Brasil, o fascismo e o antifascismo também começaram a se confrontar já na década de 1920, com a importante participação de antifascistas italianos. No entanto, foi apenas em 1932, com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que se inspirava no regime fascista de Mussolini, que a disputa entre eles ganhou relevo. Tanto que, dois anos mais tarde, em 1934, integralistas e antifascistas protagonizaram a célebre “Batalha da Sé”, que ocorreu no centro da cidade de São Paulo e resultou em cerca de trinta feridos e sete mortos (Castro 2002).

Diferentemente do que somos, às vezes, levados a acreditar, a história do fascismo (e, por conseguinte, do antifascismo) não se encerrou com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, em 1945. Longe de fazer parte de um passado distante e superado, o fascismo segue presente ainda hoje, em diferentes lugares. Isso não significa, contudo, que não tenha passado por mudanças, mas que alguns de seus elementos centrais são reproduzidos em outros contextos além daquele em que se consolidou. Cientes disso, ativistas antifascistas de várias partes do mundo têm, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, se organizado para fazer frente às organizações de extrema direita. Tais ativistas costumam desconfiar da capacidade das instituições governamentais da democracia parlamentar de controlar a violência da extrema direita e de o debate racional de ideias neutralizar as ideias fascistas, rechaçando, assim, a defesa (liberal) da liberdade de expressão, manifesta na célebre frase: “não concordo com o que dizes, mas defenderei até a morte seu direito a dizê-lo”. Afinal, depois de Auschwitz, os antifascistas passaram a lutar, com todas as suas forças, contra a capacidade das organizações nazistas e fascistas de dizerem qualquer coisa, empregando as mais diversas estratégias para silenciá-las (Bray 2017).

Assim como as organizações antifascistas “tradicionais”, os coletivos pesquisados avaliam que o fascismo não é “letra morta”. Ao contrário, consideram que ele está presente nas sociedades atuais, representando uma grave ameaça para as “minorias” e para

o sistema democrático – não à toa, o BTA leva o acrônimo “antifa” no nome e o CDC afirma ser “antifascista” no seu estatuto. Assim, a fim de conscientizar a população dos perigos representados pela extrema direita, apostam na difusão do pensamento político de esquerda e na construção do poder popular nas comunidades. Aposta objetivada na realização de uma série de atividades de formação política, tais como: organização de oficinas nas periferias das cidades, promoção de debates sobre problemas sociais, exibição de filmes com conteúdo “político” e participação em passeatas, marchas e protestos. Além de desenvolverem essas atividades de formação política, os coletivos pesquisados, conforme já antecipei, engajam-se em atividades solidárias (como campanhas de doação de sangue e de distribuição de comida) e de inclusão (como campeonatos de futebol com refugiados). Esses três tipos de atividades também são realizados pelas organizações antifascistas “tradicionais”. A diferença principal é que elas também adotam táticas de enfrentamento direto para neutralizar a violência e as ideias fascistas. Entre outras coisas, buscam se infiltrar nos grupos de extrema direita para semear a discórdia, impedir fisicamente suas manifestações, abafar os discursos de suas lideranças e destruir suas pretensões de anonimato (Bray 2017).

De acordo com Bray (2017), essas táticas de enfrentamento direto parecem, no entanto, ser menos eficazes para enfrentar um fenômeno novo: o “fascismo engravatado”. Este impõe novos desafios ao antifascismo militante, pois busca dar uma aparência respeitável a suas pautas (fascistas) – por exemplo, a extrema direita alemã costuma dar grande ênfase à violência dos setores mais autoritários do islamismo a fim de justificar sua islamofobia. Ademais, justamente porque busca (e, com frequência, consegue) dar essa aparência, ela está muito mais espalhada pelas sociedades, o que cria um problema logístico. Afinal, uma coisa é buscar silenciar uma manifestação de uma pequena organização neonazista; outra,

muito diferente, é fazer oposição a milhões de fascistas, que, muitas vezes, sequer se enxergam como tais.

Independentemente da eficácia das táticas de enfrentamento direto nesse novo cenário, elas são coerentes com o viés revolucionário e antiestatista da maior parte das organizações antifascistas, que abrigam, em seus quadros, muitos autonomistas e anarquistas. Esta é outra diferença relevante em relação aos coletivos pesquisados. Embora estes não sejam ideologicamente “fechados” e uniformes, comportando integrantes de diversas correntes de esquerda (inclusive o PC, apesar da referência ao comunismo no seu nome), eles possuem um viés mais “institucional”, no sentido que não rechaçam as vias institucionais tradicionais e a mediação política de forma geral. Ao contrário, parte considerável de seus integrantes milita em partidos políticos. Ademais, (eventuais) alianças com o Estado não parecem ser um problema. Tanto que o CDC, por exemplo, já desenvolveu uma ação em parceria com a prefeitura de São Paulo.

Os coletivos pesquisados tampouco se caracterizam por uma aproximação mais direta com o circuito antifascista “tradicional”. Mesmo o BTA, que leva o acrônimo “antifa” no nome, quase não faz menção a esse circuito em suas redes sociais digitais, veiculando apenas ocasionalmente alguns símbolos globais da luta antifascista e da luta anticapitalista. Na análise que realizei de 81 postagens do coletivo, identifiquei, por exemplo, apenas uma referência a manifestações antifascistas em outras partes do mundo. Ademais, não identifiquei nenhuma menção aos confrontos entre grupos de torcedores de extrema direita e de extrema esquerda, recorrentes na Europa e que costumam ter visibilidade em páginas dedicadas aos torcedores “antifas”. Na verdade, o BTA constrói sua identidade (“antifa”), quase sempre, de forma indireta: por meio da vinculação do coletivo à oposição ao governo Bolsonaro e a lutas caras ao movimento antifascista, como o enfrentamento do racismo, do machismo e da homofobia (Lopes, Dias e Pentead s/d).

Essa forma de atuar dos coletivos pesquisados está, certamente, relacionada com a forma como seus integrantes percebem e avaliam o próprio fenômeno do fascismo. Grosso modo, eles o compreendem como um “monstro”, como uma “doença”, como “todo tipo de desumanidade”, ou seja, o compreendem como um “agente externo”. Compreensão que pressupõe que a sociedade é, essencialmente, harmônica, como se ela não fosse caracterizada por contradições e conflitos estruturais. Essa perspectiva remete-nos, implicitamente, a uma visão funcionalista de mundo, centrada na explicação do equilíbrio e da ordem, que tende a ver o conflito como uma “patologia social”, como uma disfunção, e não como o motor da transformação social, como habitualmente defende a tradição marxista (Burrell e Morgan 1979).

Além de compreenderem o fascismo como um “agente externo”, vários integrantes dos coletivos pesquisados entendem que o fascismo é mobilizado pelo medo. É interessante notar que esse entendimento ecoa a voz de estudiosos sobre o assunto, resgatando uma longa tradição filosófica que joga luz sobre as imbricações entre política e afeto. Também é relevante destacar que o medo tem sido historicamente compreendido como um dispositivo da irracionalidade. Sendo assim, a crença no valor da razão para o desenvolvimento da civilização parece estar na base da explicação sobre o fascismo no contexto estudado. Tanto que, conforme pude observar na análise das entrevistas realizadas, alguns entrevistados culpabilizaram a escola e a mídia pelo fortalecimento do fascismo, uma vez que elas não estariam cumprindo com o seu dever de fornecer informação de qualidade e de, assim, fomentar a reflexão crítica sobre o fenômeno.

Diante disso, podemos afirmar que os integrantes dos coletivos pesquisados (ou, ao menos, parte significativa deles) adotam o que, inspirado nas análises de Lovisolo (2011), chamarei

aqui de perspectiva iluminista crítica do fascismo. Ela é iluminista porque retoma a crença na razão como instrumento civilizatório. Nesse contexto, a irracionalidade é tomada como o que embrutece, como aquilo está na raiz da barbárie. E ela é crítica porque retoma a preocupação, muito presente nas teorias críticas, com as múltiplas formas de opressão, dominação e exploração humana. Nesse contexto, a emancipação é tida como um ideal a ser perseguido.

Não à toa, com frequência, o fascismo é associado pelos integrantes dos coletivos pesquisados ao capitalismo. Associação que rompe com o discurso habitual da “grande imprensa” brasileira, que tende a dissociar o neoliberalismo do fascismo, como se fossem fenômenos distintos. A ideia de que o capitalismo e fascismo são fenômenos coligados, no entanto, não é nova, ela povoa o imaginário das esquerdas desde a emergência do fenômeno. Basta recordar aqui a posição do Comintern, que via na emergência do fascismo parte da escalada das forças reacionárias e imperialistas, motivada pela crise econômica capitalista.

### *Considerações de prosseguimento*

Neste texto, examinei o contexto sócio-histórico de formação de três coletivos de torcedores-ativistas do chamado “trio de ferro” da cidade de São Paulo. Também indiquei algumas de suas principais diferenças em relação a outros agrupamentos, além de analisar os discursos de seus integrantes sobre dois fenômenos: o fascismo e o “futebol moderno”. As informações obtidas por meio dessa análise permitem, de alguma forma, tensionar e problematizar aspectos relevantes de algumas das principais abordagens das relações entre futebol e poder, como a marxista-althusseriana, defendida por Brohm (1993). Certamente, esse tensionamento e essa problematização merecem ser tratados, de forma muito mais aprofundada, em trabalhos futuros. Nestas linhas finais, limito-me,

portanto, a tecer apenas algumas (breves) considerações sobre alguns desses aspectos, a fim de indicar possíveis linhas de investigação a partir da discussão feita aqui.

Grosso modo, podemos afirmar que a perspectiva marxista-althusseriana compreende o futebol como um aparelho ideológico de Estado (AIE), que opera, ao mesmo tempo, por meio da unificação e da fragmentação. Afinal, por um lado, ele contribuiria para construir uma unidade simbólica capaz de interligar opressores e oprimidos em identidades coletivas (clubísticas ou nacionais), independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los; por outro lado, ele fragmentaria os oprimidos por meio da construção dessas mesmas identidades (transformando uns em corinthianos e outros em palmeirenses, por exemplo), minando, por conseguinte, sua capacidade de organização coletiva e de se transformarem num desafio real aos opressores. Nesse sentido, conforme já antecipei, o futebol serviria de arma para as classes dominantes por conta da sua própria “essência” competitiva. Graças a ela, seria possível construir um “nós-amigos”, que integraria dominantes e dominados, e um “eles-inimigos”, que fragmentaria a classe trabalhadora. Nas palavras de Bracht (2003, p. 38), desse ponto de vista, “todo gol comemorado no esporte é, na verdade, um gol contra a classe trabalhadora”.

No entanto, no contexto pesquisado, ao invés de segmentar os indivíduos que podem se transformar num desafio real às forças dominantes, o futebol serve, como busquei mostrar, para interligá-los, municinando a dissidência política. É claro que a capacidade dos grupos de torcedores dissidentes de, efetivamente, fazer frente ao *status quo* é uma questão em aberto. Para respondê-la, seria necessária uma análise bem mais prolongada das atividades desses grupos e das maneiras como elas podem transformar a vida das pessoas. De qualquer modo, não deixa de ser significativo o fato de que as últimas grandes ondas de protestos globais – como as manifestações em 2013 em Istambul – tenham contado com uma ampla e intensa participação de grupos organizados de torcedores

de futebol em suas linhas de frente. Ainda que essas ondas possam, como bem sabemos, despertar expectativas exageradas e até mesmo provocar a sua própria contradição, fortalecendo as estruturas de dominação que justamente buscavam transformar, a experiência mesmo de sair às ruas não deve ser subestimada. Afinal, não é possível viver as mais belas utopias – sejam elas a praia dos estudantes de 1968, sejam elas a grama de um futebol melhor (Peinado 2017) – sem arrancar os paralelepípedos que as oprimem.

### Referências

- BRAY, Mark. *Antifa: el manual antifascista*. Madrid: Capitán Swing, 2018.
- BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 4ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.
- BROHM, Jean-Marie. “20 tesis sobre el deporte”, in: BARBERO, Jose Ignacio (ed.) *Materiales de sociología del deporte*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, pp. 47-55, 1993.
- BURREL, Gibson e MORGAN, Gareth. *Paradigms and organizational analysis*. London: Heineman, 1979.
- CANALE, Vitor. *Um movimento em muitas cores: O circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 – uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)*. Tese de Doutorado em História, Política, Bens Culturais e Projetos. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2020.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934).” *Topoi*, 2002, pp. 354-388.

- DIFELICE, Massimo. “Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares.” *Contemporânea: cultura e comunicação*, nº 11, vol. 2, pp. 267-283, 2013.
- GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOMES, Vitor. *A militância político-torcedora no campo futebolístico brasileiro*. De Dissertação em Sociologia. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, 2020.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de e CHAIM, Aníbal. “Ordem & Progresso nas arquibancadas: jornalismo esportivo e a gênese das torcidas uniformizadas de futebol durante o regime do Estado Novo (1937-1945)”, in: GIGLIO, Sérgio Settani e PRONI, Marcelo Weishaupt (orgs.) *O futebol nas Ciências Humanas no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, pp. 652-679, 2020.
- LOPES, Felipe Tavares Paes e HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “‘Ódio eterno ao futebol moderno’: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios de São Paulo.” *Tempo*, vol. 24, nº 2, pp. 207-232, 2018.
- LOPES, Felipe Tavares Paes e MARCELLO, Murilo Aranha Guimarães. “Comunicação, futebol e antifascismo: a cobertura jornalística das manifestações políticas de rua de torcedores organizados em 2020.” *Logos*, vol. 28, pp. 60-74, 2021.



- LOPES, Felipe Tavares Paes; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo e DIAS, Camila Caldeira Nunes. “Torcedores de futebol e ativismo esportivo: uma análise da agenda política e das formas de atuação do Bloco Tricolor Antifa.” *Recorde: Revista de História do Esporte*. no prelo.
- LOPES, Felipe Tavares Paes e TEIXEIRA, Rosana da Câmara. “No campo das torcidas organizadas de futebol: interações sociais e aprendizagens”, in: TEIXEIRA, Rosana da Câmara e MAGALHÃES, Livia Gonçalves (orgs.) *Futebol na sala de aula: jogadas, dribles, passes, esquemas táticos e atuações para o ensino de Ciências Sociais e de História*. Niterói: EDUFF, pp. 137-175, 2021.
- LOVISOLO, Hugo. “Saudosos futebol, futebol querido: a ideologia da denúncia”, in: HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, pp. 13-50, 2001.
- NICOLAU NETTO, Michel e CAVALCANTE, Sávio. “Futebol e capitalismo global: mercadorização do esporte e a formação de uma cultura neoliberal”, in: GIGLIO, Sérgio Settani e PRONI, Marcelo Weishaupt (orgs.) *O futebol nas Ciências Humanas no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, pp. 232-254, 2020.
- PEINADO, Quique. *Futebol à esquerda*. São Paulo: Madalena, 2017.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ZARAMELLA, Micael. *No gramado em que a luta o aguarda: antifascismo e a disputa pela democracia no Palmeiras*. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.



LA(S) VIOLENCIA(S) EN CONTRASTE:  
UN ANÁLISIS COMPARATIVO DE LAS  
“BARRAS BRAVAS” ARGENTINAS Y LAS  
“TORCIDAS ORGANIZADAS” BRASILERAS

*Nicolás Cabrera*

El presente trabajo sistematiza resultados, hipótesis, insinuaciones, dudas y futuras líneas exploratorias en torno a una investigación en curso que busca comparar la(s) violencia(s), dinámicas organizativas y procesos de formación social de dos actores fundamentales de los espectáculos futbolísticos masculinos y profesionales: las “barras bravas” argentinas y las “torcidas organizadas” brasileras. La pesquisa se alimenta de tres experiencias etnográficas. Un trabajo de campo desarrollado con la barra de *Los Piratas* del Club Atlético Belgrano de Córdoba (Argentina) entre 2010 y 2019 con algunos periodos de interrupción. Otra investigación realizada entre 2016 y 2018 con la torcida organizada *Ira Jovem* del Club de Regatas Vasco da Gama en Rio de Janeiro (Brasil). Y, finalmente, un tercer trabajo de campo en curso desde el 2020 que consiste en comparar ambos casos. Este texto arroja algunos resultados preliminares de esta última etapa netamente comparativa.

Mi experiencia etnográfica consistió y consiste en acompañar y registrar las vivencias de los miembros de ambos grupos – *Los Piratas* y la *Ira Jovem* –, tanto cuando acompañan al equipo profesional de fútbol masculino los días de competición como en otras situaciones cotidianas que no tienen a la cancha como epicentro: reuniones semanales, salidas nocturnas, picaditos recreativos de fútbol, momentos previos o posteriores a los partidos, actividades solidarias, redes sociales, lugares de trabajo, aniversarios, cumpleaños, velorios, juntadas en el predio de los clubes, reuniones familiares, entre otros. Realicé entrevistas semiestructuradas a esas mismas personas y a otros actores relevantes del denso entramado relacional que atraviesan a dichos colectivos. También apelé a fuentes secundarias como recortes de prensa gráfica, leyes jurídicas, películas, registros fotográficos – propios y ajenos – y datos estadísticos.

En todo esta trayectoria subyace la idea de contrastar los procesos de formación social de las barras<sup>1</sup> argentinas y las torcidas organizadas brasileras desde la etnografía comparada (Barth 2000). Se busca analizar las vivencias de los propios actores comparando “dimensiones de variación” (*ibid.*, 193) de las experiencias cotidianas que se consideran vitales para la formación colectiva, el entramado relacional y la adhesión individual a cada grupo estudiado. Algunas de esas experiencias –subrayó, no son las únicas ni necesariamente las más importante – tienen que ver con formas de violencias, delitos y transgresiones. De aquel subcampo, a los fines del presente texto, me limitaré a comparar las dinámicas de una

---

1. Apelo a la noción de *barra* porque es como se autoidentifican mis interlocutores pertenecientes a dichos grupos. Rechazo el epíteto de “barras bravas” por la carga estigmatizante y condenatoria que conlleva la adjetivación. Cuando hable en femenino – *la/s barras* – me refiero al colectivo, cuando escribo en masculino – *el/los barras* – remito a su(s) miembro(s). Para el caso brasilerero, hablaré de *torcidas organizadas*, *Ira* o *Ira Jovem*. El empleo de la cursiva se reserva para testimonios, categorías de mis interlocutores y palabras en portugués.

forma específica de violencia muy ponderada en términos nativos que en Argentina se nombra como *pelear* y en Brasil como *brigar*; me refiero a los enfrentamientos consensuados o a las agresiones unilaterales mediadas por el uso de la fuerza física – con empleo de armas o no – que protagonizan los miembros de *Los Piratas* y de la *Ira Jovem* contra otros actores que ellos definen como alteridades según un espacio y tiempo determinado. Esas alteridades también pueden incluir a otros miembros del mismo colectivo (Cabrera 2021).

Ahora bien, para entender las dinámicas del *pelear/brigar* desde una perspectiva comparativa es necesario reconstruir sus condiciones de posibilidad. En consecuencia, el texto propone una breve comparación diacrónica y sincrónica de algunas variables que nos sirven para pensar continuidades y rupturas entre las formas de pelear que protagonizan los miembros de dos referentes empíricos contextualmente distintos, pero analíticamente homologables. Compararé brevemente el contexto de surgimiento de las barras argentinas y las torcidas organizadas brasileras para entender el marco general en el que nacen *Los Piratas* y la *Ira Jovem*; cotejaré sus composiciones sociales y estructuras organizativas; y, finalmente, me detendré en las similitudes y diferencias referidas las alteridades, espacialidades, temporalidades y medios empleados que en cada pelea se ponen en juego.

### *Contexto de surgimiento de las barras y torcidas organizadas*

Tanto las “barras bravas” argentinas como las “torcidas organizadas” brasileras son hijas del pánico moral (Cabrera y otros 2018; Toledo 1996; Tavares Paes Lopez 2019). Desde sus orígenes han sido mayoritariamente descriptas, por ende prescriptas, desde una mirada más condenatoria que explicativa. El resultado es una obiedad: el fenómeno se aborda más como problema social

y menos como problema sociológico. En el caso argentino, por ejemplo, el rol de la prensa gráfica ha sido fundamental para la invención de las barras. Entre las primeras décadas del siglo pasado el fútbol – mientras el fútbol se populariza, masifica, reglamenta, masculiniza (Alabarces 2018) – aparecen los primeros registros de “incidentes”, “episodios de violencia” y víctimas fatales. Esas crecientes “incivildades” lleva a que gran parte de la prensa empiece hablar de “barras” para colectivizar – bajo una fuerte vocación moralizadora – a los “hinchas fanáticos” que protagonizaban episodios “antideportivos”, “incultos” o “vandálicos” (Reyna 2011: 179). En febrero de 1925, el diario *Crítica* titula una nota adjetivando a estos grupos de hinchas como “barras bravas” y los define como “energúmenos que sólo van a los field con el objeto de poner de manifiesto sus bajos instintos” (Frydenberg 2011). Será entre las dos primeras décadas del siglo XX cuando nace una asociación perdurable hasta hoy: las “barras bravas” serán los depositarios de todos los males que aquejan a nuestro fútbol.

No obstante, los primeros grupos de hinchas organizados que se autoreconocen como *barras* surgen entre la década del cincuenta y del sesenta. La proscripción del peronismo, la clausura de los principales canales democráticos- institucionales de participación, el autoritarismo y el surgimiento de nuevas formas de “ser joven” ligado a la acción directa, colectiva, organizada y, en algunos casos, receptiva al uso de la violencia física como repertorio de acción legítimo son un telón de fondo para la emergencia de grupos jerárquicamente organizados en torno a un club de fútbol que se autodenominan *barras*. En ese contexto, sumado a otros factores de orden local, nace el 9 de julio de 1968 la barra del Club Atlético Belgrano de Córdoba autoidentificada como *Los Piratas Celestes de Alberdi*.

En Brasil, por su parte, las primeras torcidas organizadas o torcidas uniformizadas, como se conocieron originalmente en Río de Janeiro, surgen a principios de 1940 (Buarque de Hollanda 2009). Como en el caso de Argentina, estos grupos están estructurados

alrededor de un club. Particularmente en Río de Janeiro, el modelo naciente se inspiró en una práctica de la cultura local instituida en la década del treinta: el desfile de las escuelas de samba. Hay una “carnavalización de las gradas” (Ibídem) que, al igual que el caso argentino, consiste en otorgarle al hincha – o torcedor– un rol activo. Y, en ese nuevo escenario, el rol de la barra y la torcida organizada es alentar al equipo e incentivar al resto de los hinchas para que hagan lo mismo.

En Río de Janeiro, la Charanga do Flamengo de 1942 y la Torcida Organizada do Vasco de 1944 son algunas de las pioneras en su género (Hollanda y Silva 2007). Hasta el momento corre una máxima: un club, una torcida, un líder. Sin embargo, a partir de la década del sesenta hay rispideces intergeneracionales y la sublevación juvenil llegan a las tribunas cariocas. Una prepotente juventud reclama nuevas formas de organización y participación que los viejos líderes no parecen encarnar. Brasil ya está sumergido en los primeros años de una dictadura militar que lo aterrará por veintiún años. Parece haber un escenario con algunas semejanzas al argentino: la clausura de algunas formas tradicionales de participación y expresión posibilitan la apertura de “válvulas de escape”. El fútbol, en o país do futebol, se presenta oportuno. Jóvenes ávidos de protagonismo y organización crean torcidas disidentes que se autodenominan “torcidas organizadas jóvenes”. Nace una nueva forma de “torcer” que hace de la juventud, la masculinidad agresiva, el amor al club, la solidaridad entre pares y el gusto por la pelea alguno de sus emblemas (Teixeira 2003). Estas torcidas son objetos de narrativas criminalizantes desde su nacimiento. Sin embargo, será en los noventa cuando el fenómeno impacta profundamente en la opinión pública. En un partido decisivo entre São Paulo y Palmeiras, transmitido por televisión, las dos torcidas organizadas –Mancha Verde e Independente– invaden el campo y pelean con piedras y palos. El saldo final es un muerto y una centena de heridos. La estigmatización de las torcidas organizadas crece vertiginosamente (Tavares Paes Lopez 2019).

En el Club de Regatas Vasco da Gama la principal torcida organizada es la *Força Jovem*. Nace el 19 de febrero de 1970 en el barrio de Meier (Teixeira 2006). La cobertura de la prensa y muchos de mis entrevistados coinciden en algunas caracterizaciones de esta torcida: gran puesta de escena en la tribuna, masiva concurrencia y un largo historial de peleas. Esa costumbre le vale una pena y en el año 2013 es prohibida en todos los estadios brasileiros producto de un enfrentamiento contra torcedores del Club Atlético Paranaense. El castigo se escuda en el estatuto del torcedor, un menjunje variopinto de leyes sancionado en 2003 que, al mismo tiempo que institucionaliza a las torcidas organizadas otorgándole personería jurídica; permite castigarlas penalmente en caso de cometer ilícitos (Simões 2017). Desde la prohibición de la *força jovem*, quien hegemonizaba la tribuna, las gradas del Vasco da Gama son un archipiélago de torcidas organizadas. A *Ira jovem*, nacida el 7 de enero del 2006, es una de ellas.

### *Estructura organizativa*

Tanto *Los Piratas* como la *Ira Jovem* comparten ciertas características en relación a los clivajes sociales de sus miembros. En ambos casos la mayoría de sus integrantes son varones, jóvenes y adultos que se autoproclaman heterosexuales. Esto no quiere decir que no haya mujeres, niñxs y diversidades sexuales que participen activamente de ciertas cotidianidades, pero sí es difícil que sean reconocidas como parte efectiva desde la mirada masculina de los miembros con lo que realicé trabajo de campo. *Los Piratas* son más numerosos que la *Ira Jovem*. En el primer caso hay entre 400 y 800 miembros aproximadamente dependiendo el evento o partido. La *Ira Jovem* oscila entre 100 y 400 componentes. Aunque el origen social es diverso, no podríamos hablar de colectivos policlasista: la mayoría viene de barrios populares de sus respectivas ciudades.



Tanto *Los Piratas* como la *Ira* se organizan bajo una estructura jerárquica y piramidal que se estratifica a partir de múltiples criterios, competencias, relaciones y condiciones. Hay tres que me interesa marcar. La primera es la etaria. Aunque las franjas generacionales son mucho más amplias en Argentina que en Brasil, en ambos grupos los más grandes mandan sobre los más chicos. La segunda dimensión es la territorial. Unos y otros se subdividen internamente según las pertenencias barriales de sus miembros. *Los Piratas*, internamente, se subdividen por *grupos* que responden a distintos barrios de la ciudad. La *Ira Jovem*, puertas adentro, se organizan por *provincias* que también corresponden con barrios o áreas geográficas de Rio de Janeiro.

Finalmente, hay un criterio de estratificación vertical y horizontal que tiene menos que ver con condiciones y más con aptitudes. Me refiero al hacer diario que ambos colectivos suponen. Prácticas que no solo tienen que ver con lo que son, sino con lo que hacen. Me explico: para entender la formación social de estos colectivos es vital un trabajo situado sobre las experiencias cotidianas de sus miembros. En otras palabras: preguntarse por cómo toma forma una barra – o una *torcida* – supone indagar en qué hacen los barras – o *torcedores* –. Porque es a partir de múltiples vivencias en acto que sus miembros se identifican entre diferentes y se jerarquizan entre iguales. Lo hacen alentando en sus tribunas, viajando para acompañar a su equipo, saliendo por las noches entre amigos, laburando para recaudar fondos, contactando personas influyentes, arreglando permisos, amenazando voluntades, disparando armas de fuego, intercambiando bienes, servicios y favores en mercados lícitos e ilícitos, componiendo canciones, vendiendo ropa oficial, exigiendo carnets y tantos otros verbos más que exponen una membresía tan activa como cotidiana. Los enfrentamientos cuerpo a cuerpo mediante la violencia física ocupan un lugar fundamental en los procesos de adhesión a ambos colectivos. Las multiplicidades de violencias están nativamente jerarquizadas y, en aquel “ranking”, pelearse ocupa un lugar privilegiado. De ahí, la necesidad de proponer un juego de espejos entre las peleas de *Los Piratas* y las de la *Ira joven*.

## *Alteridades del pelear*

Ambos colectivos tienen como alteridad radical a los hinchas de sus respectivos clásicos rivales, es decir, los simpatizantes del Club Atlético Talleres para el caso de Belgrano; y los *torcedores* del Clube de Regatas do Flamengo para el caso del Vasco da Gama. La enemistad se acrecienta cuando hablamos de las barras y las *torcidas organizadas* de ambos contrincantes históricos. Pero las peleas entre grupos organizados de distintos clubes no se reducen a los clásicos rivales, también se extienden a otros hinchas mediante un principio que curiosamente rige en ambos países. Muchas de las peleas entre barras y *torcidas organizadas* de distintos equipos se regula por el “síndrome de beduino”, una máxima moral que profesa que “el amigo de un amigo es un amigo, el enemigo de un enemigo es un amigo; el amigo de un enemigo es un enemigo; en enemigo de un amigo es un enemigo” (Dunning, Murphy y Williams 1995, p. 308). Un mecanismo regulador que en ambos casos debe comprenderse desde la rivalidad deportiva y las divisiones territoriales por ciudades, provincias o estados.

Para el caso argentino vale ejemplificarlo con la relación entre los principales equipos cordobeses y tucumanos. La barra de Belgrano construye una férrea amistad con la de San Martín de Tucumán. Por el otro lado, los clásicos rivales de los equipos anteriormente citados hacen lo mismo. La barra de Talleres se torna amigo de la de Atlético Tucumán. Entre ambos polos la enemistad es letal. El 9 de abril de 1984 un hincha de Atlético Tucumán es asesinado por un miembro de la barra de Belgrano tras una herida de arma blanca que ocurre dentro del estadio y durante un partido disputado por ambos equipos en Tucumán. Por su parte, el 17 de marzo de 1993 dos hinchas de Talleres son asesinados por dos hinchas de San Martín de Tucumán. Esas amistades y enemistades perduran hasta hoy (Cabrera 2022). Otros ejemplos del síndrome de

beduino es la amistad entre Belgrano- River Plate y Talleres- Boca Juniors.

Algo similar ocurre entre las *torcidas organizadas* brasileras. Entre la *Ira Jovem* (Rio de Janeiro), la *Mancha Verde* del Palmeiras (Sao Paulo) y la *Galoucura* del Atlético Mineiro (Belo Horizonte) existe una amistad que se la conoce como o Trio de Ferro. En la vereda del frente está la *União do punho* cruzado que la constituyen la *Torcida Independente* del Club São Paulo, la *Torcida Jovem* del Flamengo (Río de Janeiro), *A Mafia Azul* del Cruzeiro (Belo Horizonte) y *A camisa 12* del Sport Club Internacional (Porto Alegre). Entre los miembros de ambos bloques hay diferentes intensidades e historiales de peleas pero el principio se mantiene vigente. Solo algunos ejemplos letales: en 1998 un hincha del Vasco fue asesinado por otros del São Paulo. En 2005 dos integrantes de la Mafia Azul fueron condenados por asesinar un hincha del Atlético Mineiro. En 2016, Vinicius “Birigui”, presidente da Forca Jovem, fue asesinado por dos miembros de una torcida organizada del Flamengo.

Otro contrincante recurrente para ambos casos son las policías. En el caso de *Los Piratas*, con quienes pude reconstruir sus peleas desde su fundación en 1968 (Cabrera 2021 y 2022), sorprende la perpetuidad de la tensión. Todas las generaciones entrevistadas definen a los uniformados como una alteridad radical a la hora de pelear. La constancia transgeneracional puede explicarse, en parte, porque la *yuta* es percibida por las barras argentinas como “una hinchada más” con la cuál medir fuerzas (Galvani y Palma 2005, p. 162). Inclusive, no hay dudas que es considerada la alteridad más peligrosa, por ende, la que mejor reputación otorga al interior del grupo. Todo lo dicho no quita que también la policía condense otras moralidades y sensibilidades que la tornan un contrincante más tentador que otros. Tal vez sea que en su peligrosidad radica su seducción; o que, en tanto símbolo de la autoridad y la ley, agredirla despierte la excitación que todo acto de transgresión condensa (Katz

1988); o, sencillamente, que hay una bronca u odio sedimentado a la policía en función de un cúmulo de experiencias que muchos barras viven día a día, más si hablamos de jóvenes de los sectores populares que cotidianamente sufren hostigamientos y discriminaciones.

Ahora bien, estos esporádicos pero perdurables enfrentamientos no deben llevar a negar las negociaciones, cooperaciones, intercambios y arreglos entre *barras* y *canas*. Ambos se necesitan. Cualquier altercado con la barra puede entorpecer un operativo de seguridad exitoso. Cualquier negativa policial a ingresar instrumentos, banderas, telones o los propios carnets de la barra puede arruinar una “normal” performance de *Los Piratas* en la tribuna. Durante mi trabajo de campo era recurrente ver buenos tratos entre el líder máximo de la barra y el jefe del operativo de seguridad. En estructuras verticales y jerárquicas las cabezas del orden de mando se consideran interlocutores tan legítimos como necesarios. Otras veces hay “negociaciones” que incluyen formas de violencias. Hubo una época en la que dentro de la tribuna popular –donde se ubican *Los Piratas*– los robos y arrebatos eran frecuentes. La barra decidió cortar con esa práctica a partir de una modalidad de limpieza: identificar, golpear y expulsar a las *ratas*, como se nombra a los ladrones y arrebatadores de la cancha (Cabrera 2018). Todo el proceso contó con la anuencia policial. En otro momento del trabajo de campo, la barra de Belgrano entró en una violenta interna entre facciones. Sectores de la policía intervinieron extremando los controles sobre la facción posteriormente derrotada y expulsada de la tribuna. Es que a la policía siempre le va a convenir un interlocutor de la barra claro, legítimo y consolidado para gestionar conjuntamente la seguridad en los estadios (Garriga Zucal, Murzi y Rosa 2020).

También hay peleas entre torcidas organizadas y policías. No obstante, fueron muchas menos las que registré en comparación con el caso argentino. Inclusive, percibí una retórica menos “antipolicial” en los cariocas que en los cordobeses. Muchos miembros de la

*Ira* compartían expresiones solidarias con las policías en su lucha contra los *bandidos*, una de las tantas categorías con las que los torcedores organizados buscan diferenciarse ante reiteradas operaciones de confusión en la opinión pública. Otro factor que influye para la baja intensidad de conflictos entre miembros de la *Ira Jovem* y las policías es la percepción que tienen los primeros sobre la GEPE (*Grupo Especial de Policiamento em Estádios*) que, posteriormente, será llamada BEPE (*Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios*). Se trata de una policía militar del estado de Río de Janeiro creada en 1991, reformada en 2002 y rebautizada en 2018 que opera exclusivamente en espectáculos futbolísticos (Souza Gomez y Oliveira Sousa 2021). Sus operativos están orientados por una política más dialoguista que represiva lo que lleva a mitigar la lógica confrontativa que, sin duda, para el caso argentino, es más extendida e intensa.

Una de las diferencias más notorias está en las dinámicas de las *peleas* internas, es decir, los enfrentamientos entre miembros del mismo colectivo o distintos grupos del mismo club. Estas son más comunes e intensas entre *Los Piratas* que entre sus pares brasileños. Por “comunes” me refiero a la frecuencia; por “intensas” a los medios empleados. Aunque profundizaré en lo segundo más adelante, cabe decir que los conflictos entre piratas muy fácilmente devienen en piñas, puntazos o tiros. Nunca supe, por ejemplo, de un tiroteo entre facciones o provincias de la *Ira Jovem*. Se pueden conjeturar varias hipótesis sobre el porqué de semejante diferencia. Un primer elemento está en ciertos códigos que rigen a unas y otras tribunas que se extienden para la gran mayoría de las barras argentinas y las torcidas organizadas brasileñas. Para el primer caso rige una máxima extendida y vigente: un club, una barra. Cualquier equipo argentino que cuente con dos o más barras dentro de sus estadios es motivo de burla, humillación o agravio por parte de sus rivales. La disidencia es ofensiva. En consecuencia, la competencia

deviene conflicto. Tensiones que, en muchas oportunidades, se dirimen violentamente.

En Brasil, por el contrario, la heterogeneidad de torcidas organizadas del mismo club que conviven dentro del estadio es la regla. Cuando realicé trabajo de campo en el Vasco Da Gama existían nueve grupos con distintos líderes, inscripciones territoriales, estéticas y composición social. Además de la *Ira Jovem*, estaban *Guerreiros do Almirante*, *Super Jovem Vasco*, *Rasta do Vasco*, *Força independente*, *Mancha negra*, *Torcida organizada do Vasco*, *Vasvigario* y algunos resabios de la punida *Força Jovem*. En el caso de Belgrano, había distintos grupos y barrios con importantes tensiones, pero todos amparados bajo un liderazgo unipersonal – el Loco Tito – y una misma identificación colectiva – *Los Piratas* –.

Hay autores que explican las peleas internas entre barras argentinas desde una mirada netamente economicista. Son investigaciones académicas y periodísticas que ven a las barras como “brazos armados” u “organizaciones criminales” (Sain y Rodríguez Games 2014, p. 236) Es cuyo rasgo principal es “la búsqueda de la ganancia económica como motor de acciones y enfrentamientos” (D’Angelo 2011, p. 55). Para tal enfoque, las barras, entendidas como “mafias”, se pelean por “negocios” (Grabia 2009, pp. 13-14) tales como el mercado de drogas ilegalizadas, carnets e ingresos al estadio, diversos servicios a dirigentes políticos, puestos de trabajos gestionados vía sindical, naranjitas o trapitos que cuidan automóviles, puestos de comida fuera y dentro de los estadios, etc. En otro lugar he criticado fuertemente las aporías y riesgos de tal enfoque (Cabrera 2021 y 2022). Sin embargo, no debe descartarse del todo cierta base material de la(s) violencia(s) y criminalidades. decir, entre *Los Piratas* y la *Ira Jovem* hay “economías subterráneas” (Bourgois 2010) que parecen disimiles en términos de dinámicas y cantidades. Ahora bien, de construir ese dato – impreciso, problemático y restringido – a establecerlo como causalidad de las peleas hay hiato que hoy no estoy en condiciones de afirmar.

Otra hipótesis posible está en los efectos de algunas políticas públicas. Concretamente en dos. Muchos autores venimos sosteniendo que la prohibición del público visitante durante todos los partidos oficiales del fútbol argentino – desde 2007 para el ascenso y desde 2013 para la primera división – intensificó la frecuencia e intensidad de las peleas internas, no solo entre barras sino también entre hinchas del mismo club (Branz y Otros 2020). Es que en la lógica del aguante (*ibidem*) la otredad con la cual disputar violentamente es tan estructural que cuando “el enemigo” dejó de estar al frente se lo encontró a los costados. En Brasil, por su parte, la prohibición del público visitante ha sido más intermitente, dispar y relativamente reciente.

En una misma línea preliminar y cautelosa, arriesgo otra hipótesis para explicar los porqués de una mayor conflictividad violenta al interior de *Los Piratas* en relación con la *Ira Jovem*. En Brasil, las torcidas organizadas son “organizações burocrático-legais” (Cabrera, Fadori Soares Palhares y Schwartz 2014), es decir, personas jurídicas con estatutos que, entre otras cuestiones, regulan las elecciones mediante las cuales sus miembros eligen periódicamente a sus líderes. Hay mecanismos formales que dirimen conflictos y reglamentan sucesiones. Son colectivos de derecho. Por el contrario, las barras son colectivos de hecho. No cuentan con ningún marco jurídico o instancia institucional que las reconozca salvo los cuerpos normativos que las criminalizan. Operan en una informalidad tan institucionalizada como reconocida. Tal vez en esta falta de marco regulatorio formal, podemos encontrar una de las tantas dimensiones explicativas para un hecho bastante evidente a la luz de mi trabajo de campo y el de varixs colegas. Me refiero a las constantes peleas internas para dirimir los liderazgos de cada barra. Nada asegura que la existencia de una ley jurídica desplace a la violencia como mecanismo regulador; pero lo que sí podemos afirmar es que, en Argentina, las peleas operan como una vía informal, recurrente y legítima para dirimir conflictos internos.

Para comprender y comparar cabalmente las dinámicas de las peleas protagonizadas por *Los Piratas* y *la Ira Jovem* también debemos detenernos en los lugares, momentos y medios empleados que en cada enfrentamiento se ponen en juego. Si partimos de una mirada diacrónica veremos una mutación espacio- temporal de las peleas que nos permite hablar de un corrimiento de la violencia relativamente similar entre uno y otro caso. Muchas de las peleas protagonizadas por estos grupos en los años setentas, ochentas, noventas y comienzos del siglo XXI ocurrían dentro de los estadios –o a sus alrededores– durante los días de partido: disputas en las tribunas, invasiones a los campos de juego, emboscadas a rivales que llegan o dejan un estadio, intercambio de proyectiles entre hinchadas o *picoteos* a ladrones. Nada de esto desaparece del todo. Sin embargo, a partir de los años dos mil empieza a percibirse una mayor “pacificación” de los estadios en relación a las peleas. Aclaro que esto no supone la supresión de otras violencias no trabajadas aquí como la homofobia, el racismo, agresiones misóginas, represión policial, amenazas a protagonistas deportivos, entre otras.

Hablo de una de una “pacificación” de las peleas dentro de los estadios que se explica, en parte, por un desplazamiento espacio-temporal de las mismas. En otros trabajos me refiero a tal proceso como una “privatización de la violencia”<sup>2</sup> (Cabrera 2021 y 2022), es decir, la mayoría de las peleas pasan del espacio público por antonomasia del fútbol –los estadios durante los días de partido– a ámbitos “privados” en relación al espectáculo deportivo: bares,

---

2. El concepto privatización de la violencia es utilizado en el sentido empleado por Elias (1993) y Spierenburg (1998). No como la transferencia del monopolio de la violencia física del Estado a sectores privados producto de una hipotética mercantilización, sino como el aumento de los umbrales de intolerancia a la violencia en la vida pública cotidiana, que en el caso del fútbol sería los estadios durante los días de partido.



bailes, barrios, fiestas, plazas, domicilios particulares, recitales, reuniones de amigos, partidos de fútbol amateurs, entre otros. La violencia no desaparece, se desliza “tras bastidores” (Elias 1993, p. 164).

Tal reflexión se desprende de tres fuentes metodológicas: un análisis espacio- temporal de las últimas muertes registradas en cada caso; los testimonios de los propios protagonistas que, en su gran mayoría coinciden que la cancha de hoy es más tranquila que la de antes; y los múltiples escenarios en los que observé peleas gracias a mi etnografía multisituada (Marcus 2018). Ahora bien, dos aclaraciones. Primero, remarcar que estoy omitiendo, por espacio, las especificidades de cada caso en pos de resaltar las similitudes. Segundo, los porqués de tal desplazamiento aún son objeto de conjeturas e ideas parciales. En el plano de lo hipotético podemos enumerar, en primer lugar, la progresiva hipertecnologización de los estadios que supone la proliferación de cámaras y “circuitos cerrados” al interior de los estadios que buscan individualizar, identificar y castigar a quien pelee. Además, hay avances tecnológicos aplicados que tienen como objeto la identificación digital de los hinchas mediante rastreo de prontuarios o pedidos de captura que, no sin fallas o burlas, impide el ingreso de aquellas personas con antecedentes.

En segundo lugar, hay otra línea a investigar en relación a los factores que dinamizaron la “privatización de la violencia” que vale para Argentina y debería indagarse en Brasil. En una encuesta realizada a 1186 socios y socias de Belgrano durante el 2017 preguntamos, entre tantos interrogantes, sobre la percepción de la “violencia” en el tiempo. El 86% de las y los encuestados afirmó que la “violencia” de “ahora” “disminuyó” en los estadios en relación con “antes”, el 15,8% respondió “esta igual” y el 2,6% dijo que “aumentó”. Y al interrogarlos sobre el “momento en el que disminuye la violencia” la respuesta más recurrente fue “desde que volvió la familia a la cancha” (32, 7%) (Cabrera y Plaza Schaefer 2021). La vuelta de la *familia* significa, en el contexto del fútbol,

una mayor presencia de niños, niñas, mujeres y adultos mayores en las tribunas. Un hecho que se confirma al analizar la evolución y composición de la masa societaria del club. Cabría indagar la particularidad del caso brasilero en relación a tal proceso.

En el caso de *Los Piratas*, la privatización de la violencia ha impactado directamente en los medios empleados durante las peleas. Las broncas tienen lugar en una pluralidad aleatoria de ámbitos “privados”, lejanos a cualquier operativo de seguridad y contra “enemigos” cada vez más cercanos y conocidos –recordemos el recrudecimiento de las peleas internas citadas más arriba–. La probabilidad de pelear es tan próxima como imprevisible, para prevenir hay que ir preparado, léase... armado. En consecuencia, hay un incremento exponencial de la portación de armas de fuego. En *Los Piratas* las peleas se resuelven cada vez más a los tiros. Este progresivo uso de los *ferros* como medio legítimo para dirimir conflictos, sumado a la “pacificación” de los estadios nombrada anteriormente deben leerse relacionamente para explicar uno de los mayores dilemas de la “violencia en el fútbol argentino”: la drástica disminución de las peleas al interior de las canchas argentinas pero el significativo aumento de víctimas fatales vinculadas a espectáculos futbolísticos. En pocas palabras: no podemos hablar de más o menos violencia en el fútbol argentino en los últimos años; sí podemos afirmar que hay un desplazamiento espacio-temporal de las peleas que corre en paralelo a un incremento en la letalidad de las mismas.

Curiosamente en el caso brasilero, tal “privatización” no supuso, o al menos no he podido observarlo en mi trabajo de campo y los antecedentes rastreados, como en Argentina, un drástico incremento de la letalidad. Esto se explica, en parte, por la reticencia normativa que rige en varias torcidas organizadas a usar armas de fuego. Y sobre todo en la *Ira Jovem* famosa por ser una torcida *de pista*, es decir, que reivindica as brigas corpo a corpo. Al mismo tiempo que mis interlocutores rechazaban a troca de tiros, ensalzaban a troca de pancada. Y aquí se abre un camino de interrogación fundamental ¿Por qué los celos al uso de las armas de fuego por parte de la *Ira Jovem*

y la aceptación en *Los Piratas*? Desde una perspectiva de género podemos afirmar que ambos grupos encuentran en las peleas una vía para afirmar una masculinidad adulta y heteronormativa. Pelearse es de machos, es decir, ni *minas*, ni *pendejos*, ni *putos*; o desde el caso brasilero: ni *mulheres*, *moleques*, *viadoso bichas*. No obstante, para los miembros de la *Ira Jovem* la fuerza física sin mediación de armas implica una prueba más fehaciente de la masculinidad grupalmente valorada.

Pero creo que hay más. Y aquí se mezclan las corporalidades con la composición etaria de cada grupo. En la *Ira Jovem* se positiviza axiológicamente los cuerpos luchadores, entrenados, fortificados, trabajados, gimnásticos. Casi todos sus miembros—y sobre todo a *diretoria*, es decir, el órgano colegiado que mandan—han hecho o practican deportes de combate como el muay thai, jiu-jitsu, boxeo, capoeira o MMA. Pedro, presidente de la torcida organizada, es luchador de boxeo; Dado, vicepresidente segundo, es *faixa preta* de jiu-jitsu. Esto podría explicarse, en parte, por la larga tradición brasilera con los deportes de combate, pero creo que también hay una explicación más funcional en términos grupales. La *Ira Jovem* es una torcida en el que la que franja etaria de sus miembros va de los 15 hasta los 45 aproximadamente. Es difícil ver a un miembro que supere las cinco décadas de vida. El cuerpo valorado, entonces, es el de una juventud tan dura y resistente como gimnástica y entrenada. Poco servirían estos cuerpos frente a la pólvora. En consecuencia, reivindicar las balas supondría negar las principales competencias corporales de los que mandan.

El enaltecimiento de las peleas cuerpo a cuerpo no solo tiene que ver con identificaciones de género o botines simbólicos como la acumulación de prestigio, respeto y honor. Quedarse allí supondría una perspectiva “sobreintelectualizada” y domesticada de la violencia. A contramano, creo que hay que adentrarse en el brumoso campo de las emociones y sensibilidades ligadas al pelear.<sup>3</sup> En Río

---

3. Aquí subyace una discusión más analítica en torno a la(s) violencia(s). En mi caso, lejos de pensarla como un “recurso”, “capital” o “moralidad”, me

de Janeiro me llamo poderosamente la atención algunos contextos de peleas muy ligados a la adrenalina, la diversión, la euforia y lo lúdico. Nombraré solo tres ejemplos: los bailes de *funk corredor*, el *batismo corredor* y as *brigas de bate bola* en el carnaval.<sup>4</sup> En estos eventos se rescatan las palpitaciones del peligro, la adrenalina de lo ilícito, la euforia de los golpes, la gratificación de la hazaña, el orgullo del par, el regocijo de la victoria, es decir, emocionalidades y sensibilidades que se explican menos por una “sociología de la correlación” y más por una “una sociología de la piel”<sup>14</sup> (Hayward y Young 2019, p. 19).

Finalmente, hay un último punto que podría explicar parcialmente la reticencia de la *Ira Jovem* a usar armas de fuego. Como lo vienen demostrando distintas investigaciones académicas e informes, grandes porcentajes de la ciudad de Rio de Janeiro están bajo control de grupos armados, sean estas *milicias* o *facções do tráfico* (Hirata y Couto 2022). Los principales territorios donde se concentran la mayoría de las actividades de la *Ira Jovem* están

---

interesa abordarla como “experiencia”, es decir, como “saber, vivencia y testimonio”. Para profundizar en tal debate ver (Cabrera, 2021).

4. *Corredor* significa “pasillo”. Los bailes de *funk corredor* son eventos nocturnos en los que el público asistente se divide entre *lado A* y *lado B* separados por un pasillo de dos metros de ancho custodiado por algunos guardias. Ambos lados se *pelean* con puños y patadas. Está prohibido cualquier uso de armas. El evento se musicaliza con *funk*. Por su parte el *batismo corredor* es un ritual de iniciación que todo miembro debe atravesar durante su primer viaje con la torcida. El bautizado debe caminar por el pasillo del ómnibus, ida y vuelta, mientras sus compañeros descargan fuertes golpes de puño y patadas sobre su cuerpo. Finalmente, los *bate bola* son personajes típicos del carnaval carioca periférico. Los jóvenes se *fantasiam* con ropa y maquillaje que emula ciertos payasos de presencia intimidatoria. En cada mano llevan un palo sobre el que cuelga una *bola* de plástico. En sus andadas por las calles de la ciudad, siempre en grupo, van golpeando esta *bola* de plástico para llamar la atención de los transeúntes. Es muy común que entre distintos grupos de *bate bolas* –que muchas veces son miembros de diferentes *torcidas organizadas*– se produzcan *peleas*.

bajo control armado. Son los casos de, por ejemplo, algunas partes del barrio *Iraja* – donde nace la torcida – y de la favela *Barreira do Vasco* – donde está el estadio del Vasco da Gama y la sede de la torcida –. Al ser áreas “dominadas” (*ibidem* 2022) por grupos que se arrogan el monopolio de la violencia física, ésta aparece fuertemente regulada. Está prohibido robar, matar, violar, hurtar y, obviamente, usar armas de fuego por parte de aquellas personas ajenas a los grupos armados. Esta restricción limita la posibilidad real de que un enfrentamiento de la torcida organizada termine a los tiros. Dicho todo esto, una aclaración importante: mis interlocutores brasileros han usado y usan armas. Ya lo dijo Malinowski (1991): los grupos sociales transgreden las normas en las creen. No obstante, en comparación con el caso de *Los Piratas*, el uso efectivo de armas como vía legítima para la resolución de conflictos es bastante menor.

*Los Piratas* son un colectivo con una franja generacional más amplia entre sus miembros. Hay una estratificación vertical basada –entre otros criterios– en la edad. Los *viejos* mandan sobre los *pibes* no sin impugnaciones, conflictos o rispideces. El máximo líder, el Loco Tito, tiene 63 años. Debajo de él esta la *primera línea* que se compone por los referentes de cada grupo que equivalen a diferentes barrios de Córdoba. Las edades aquí van desde los treinta hasta los cincuenta. Recién en la base del colectivo encontramos a personas que van desde los 15 hasta los 30 años. En este organigrama los conflictos generacionales devenidos en peleas son moneda corriente. Si todos ellos dependieran exclusivamente de la capacidad para pelear cuerpo a cuerpo, el Loco Tito no manejaría la barra hace más de treinta años. La *primera línea* tampoco mantendría sus poderes y beneficios sobre la mayoría de la juventud barrista. Claro que el poder de fuego no es el único atributo para legitimar la autoridad, pero sin duda se trata de una competencia fundamental. La omnipresencia de los tiros en *Los Piratas* no solo tiene que ver con donde se pelean sino también en cómo se organizan.

## *Comentarios finales*

He presentado resultados preliminares, dudas actuales y futuras líneas de investigación de una temática específica que se enmarca en una investigación más amplia. Me interesó comparar las dinámicas del *pelear* entre una barra argentina y una torcida organizada brasilera como parte de una pregunta más general sobre los procesos de formación social de estos colectivos desde una óptica comparativa. Ambos grupos pelean como se organizan y se organizan peleando. Son espacios en los que estar con unos significa, necesariamente, estar contra otros. Claro que no es la única experiencia estructurante, pero negar su importancia sería caer en la miopía analítica. Estos hinchas se hacen *peleando*. Como así también se hacen *alentando*, *viajando*, *comiendo*, *discutiendo*, etc. Distintas experiencias concretas que responden al mismo principio teórico: más que grupos, hay construcciones de grupos (Barth 1976).

Comparar “torcidas organizadas” brasileras y “barras bravas” argentinas puede contribuir a diseñar diagnósticos rigurosos, transferencias consistentes y políticas viables en materia de seguridad local, nacional y regional. Se busca fomentar estudios comparativos que rompan la tendencia nacio-céntrica constantemente reificada en el pensamiento social occidental (Elias 2008). De ahí que se pretenda construir un conocimiento científico que traspase nuestras fronteras – sin por eso borrarlas – inquiriendo en las continuidades y rupturas entre- naciones. Y más aún cuando los protagonistas son Argentina y Brasil, dos países que parecen condenadas a una relación de espejos marcada por fluidos intercambios.

## *Referencias*

ALABARCES, Pablo. *Historia mínima del fútbol en América Latina*. Turner publicaciones, Ciudad de México, 2018.

BARTH, Fredrik. “O guru e o iniciador: transações de conhecimento y modalgem da cultura no sudeste de Ásia e na Melanésia”.

- in: LASK, T. (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, pp. 141-166, 2000.
- BARTH, Fredrik. *Introducción a Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BOURGOIS, Philippe. *En busca de respeto: vendiendo crack en el Harlem*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2010.
- BRANZ, Juan; CABRERA, Nicolás; GARRIGA ZUCAL, José; MOREIRA, Verónica; MURZI, Diego; ROSA, Sebastián y SZLIFMAN, Javier. “Violencias en el fútbol argentino: claves para pensar su deconstrucción.” *Debates En Sociología*, (51), pp. 77-95, 2020. Recuperado en: <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.202002.005>.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo y SILVA, Melba Fernanda. “No tempo da Charanga.” *Esporte e Sociedade*, 2(4), 2007. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/epsoc>. Acesso: 10/2008.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Bernardo. *Clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação de torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: Pontificia Universidade do Rio de Janeiro, 2009.
- CABRERA, N.; BUARQUE DE HOLLANDA, B.; MAGAZINE, R. y RODRÍGUEZ AGUILAR, O. “Hinchadas y barras de fútbol en la América Latina contemporánea: Hacia un análisis transnacional y una comparación en escala continental”. *Cuestiones de Sociología*, Revista de estudios sociales, UNLP, 2018.
- CABRERA, Nicolás y PLAZASCHAEFER, Valeria. “Violencias, seguridad y dilemas metodológicos. Una mirada sociológica de la experiencia en el Club Atlético Belgrano de Córdoba,

- Argentina.” *Revista Runa*, 42, pp. 83-102, 1 enero-junio 2021. Recuperado en: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/runa/article/view/8512/8788>.
- CABRERA, Nicolás: “La violencia como experiencia (o el pelear en las barras argentinas).” *Cuestiones Criminales*, 4 (7/8), pp. 194-264, 2021.
- CABRERA, Nicolás. “Violencia, estigma y desplazamientos: la reconfiguración social y moral de Los Piratas en clave procesual” en Antipodas.” *Revista de Antropología y Arqueología*, n° 30, pp. 129-150, 2018. Disponible en: <https://dx.doi.org/10.7440/antipoda30.2018.07>.
- CABRERA, Nicolás. *Que la cuenten como quieran. Pelear, viajar y alentar en una barra del fútbol argentino*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2022.
- CABRERA, Nicolás; FADORI SOARES PALHARES, Marcelo y SCHWARTZ, Gisele María. “Apontamentos para um estudo comparativo entre torcidas organizadas e hinchadas.” *Revista Movimento, Escola de Educação Física* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil, vol. 20, n° esp. “Sociologia Pública do Esporte nas Américas”, pp. 163-176, 2014.
- D’ANGELO, Natalia: “La nueva conflictividad de las barras bravas en Argentina: una lectura a la luz de la teoría de redes.” *Revista de investigación social*, IIS, UNAM, Invierno 2011.
- DUNNING, Eric; MURPHY, Patrick y WILLIAMS, John. “La violencia de los espectadores en los partidos de fútbol: hacia una explicación sociológica”, in: ELIAS, N. y DUNNING, E. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- ELIAS, Norbert. *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ELIAS, Norbert. *Los Alemanes*. Trilce, Buenos Aires, 2008.



- FRYDENBERG, Julio. *Historia Social del Fútbol; del amateurismo a la profesionalización*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- GALVANI, Mariana y PALMA, Javier. “La hinchada de uniforme”, in: ALABARCES, P. *et al. Hinchadas*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- GARRIGA ZUCAL, José; MURZI, Diego y ROSA, Sebastián. “Barras, policías y dirigentes. Sobre el gobierno de la seguridad en el fútbol argentino.” *Debates En Sociología*, (51), pp. 39-54, 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.18800/debatesensociologia.202002.003>.
- GRABIA, Gustavo. *La Doce: La verdadera historia de la barra brava de Boca*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- HAYWARD, Keith. y YOUNG, Jock: “Algunas notas sobre la criminología cultural”, en *delito y sociedad*, 47, año 28, 1 semestre 2019, 9-23, 2019.
- HIRATA, D. y COUTO, Maria Isabel (2022): *Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) e Instituto Fogo Cruzado, Setembro, 2022.
- KATZ, Jack. *Seductions of Crime: Moral and Sensual Attractions in Doing Evil*. Nueva York: Basic Books, 1988.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Crimen y costumbre en la sociedad salvaje*. Ariel, Barcelona, 1991.
- MARCUS, George. “Etnografía Multisituada. Reacciones y potencialidades de un Ethos del método antropológico durante las primeras décadas de 2000.” *Etnografías Contemporáneas*, Octubre 4 (7), 2018.
- MURZI, Diego. *Fútbol, violencia y estado: una historia política de la seguridad deportiva en Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.
- REYNA, Franco. *Cuando éramos footballers. Una historia sociocultural del surgimiento y la difusión del fútbol*

- en Córdoba (1900-1920)*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”, 2011.
- SAÍN, Marcelo y RODRÍGUEZ GAMES, Nicolás. “Los actores y la seguridad en el fútbol. Una lectura desde Argentina”, in: CARRIÓN, F. y RODRIGUEZ, M. J. (coords.) *Luchas urbanas alrededor del fútbol*. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2014.
- SIMÕES, Irlan. *Clientes versus Rebeldes: novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017.
- SOUZAGOMES, Camila y OLIVEIRASOUSA, Raquel. “Violência em jogo: um panorama sobre o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios e sua relação com as torcidas cariocas.” *Rev. Sociologias Plurais*, vol. 7, nº 3, pp. 80-104, jul. 2021
- SPIERENBURG, Pieter. “Violencia, castigo, el cuerpo y el honor: una revaluación”, in: WEILER, V. (comp.) *Figuraciones en proceso*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 116-151, 1998.
- TAVARES PAES LOPES, Felipe. *Violencia no futebol. Ideologia na construção de um problema social*. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- TEIXEIRA, Rosana. *Os perigos da paixão. Visitando jovens torcidas cariocas*. São Paulo: Annablume, 2003.
- TEIXEIRA, Rosana. “Torcidas jovens cariocas: Símbolos e ritualização.” *Esporte e Sociedade*, 2, pp. 1-26, 2006. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/>. Acessado: 07/ 2008.
- TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados, 1996.

# ARQUIVO EM CONSTRUÇÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA NO ACERVO GAVIÕES DA FIEL TORCIDA

*Bernardo Buarque de Hollanda*

## *Introdução*

O presente capítulo é fruto de minha intervenção oral no IV Simpósio Internacional promovido pelo GEFuT entre os dias 12 e 14 de novembro de 2022, no campus da UFMG, no auditório da Escola de Educação Física. A participação na mesa 3, intitulada “O lugar das torcidas organizadas, coletivos e movimentos torcedores na proposição de ações sociais e de lazer”, permitiu-me, provocado pelo tema, apresentar oralmente o trabalho “Memória em construção: um olhar sobre o acervo de uma torcida organizada”. Para tanto, tive por base a retomada de uma pesquisa anterior que, em 2015, resultou na organização da coletânea *Os Gaviões da Fiel: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol*.

Esse livro, por sua vez, originou-se de incursões a campo na sede da agremiação torcedora em questão, que pude conhecer e frequentar entre 2012 e 2015, quando passei a residir na cidade de São Paulo. À época, fiz uma série de visitas ao espaço no bairro

Bom Retiro, no centro de São Paulo, onde também funciona a quadra da escola de samba homônima. Como é sabido, as principais torcidas organizadas da cidade de São Paulo estruturaram-se como agremiações carnavalescas desde os anos 1990, mas apenas a Gaviões manteve o mesmo registro jurídico unificado, para a torcida e para a escola, fato que faz da sede da maior torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista, e muito provavelmente a mais numerosa associação torcedora do país, o mesmo local para os ensaios carnavalescos.

Com efeito, essa relação com o carnaval, por si só, já seria um eixo temático a contemplar na proposta da mesa do GEFuT, em torno do lazer e das ações sociais em uma agremiação torcedora. E, nesse sentido, deve-se reconhecer que a relação do futebol com o carnaval em uma torcida organizada foi feita com maestria pelo antropólogo Roberto de Souza Junior (2022), em dissertação defendida em período recente, centrando-se durante a pesquisa de campo na mediação dos objetos de pertencimento do torcer e do sambar no referido agrupamento.

De minha parte, a experiência etnográfica de visita à sede da torcida corintiana relevou mais dados da sociabilidade assaz interessantes. Guiado por um informante, pude acompanhar um campeonato de futebol de salão interno, disputado entre as subseções, as regiões territoriais, as zonas geográficas e os inúmeros bairros e “quebradas” que se fazem representar no interior da entidade. A partida final dessa competição assistiu a uma quadra lotada, com milhares de presentes em um dia de meio de semana. A ambiência era a um só tempo ruidosa e estrepitosa, festiva e agonística. Enquanto a partida rolava, voavam sinalizadores de ponta a ponta da quadra, com a emulação da disputa decisiva, tal como feita no apoio ao time profissional do Corinthians nas arquibancadas de Itaquera.

Naquele microcosmo, presenciei momentos tensos de exaltação entre os membros da torcida, na assistência ao jogo cuja decisão foi terminada nos pênaltis. Do camarote, onde me encontrava, em posição privilegiada, um grupo de mulheres ao meu

lado repetia e ecoava com prazer e insistência o bordão do grupo organizado: “Futebol e porrada!”/“Futebol e porrada!”/“Futebol e porrada!” .

Depois daquela noite fria de inverno, estive também em outras ocasiões na sede. Em uma sexta-feira quente de final de 2014, celebrava-se o Dia da Consciência Negra – 20 de novembro – e um grupo de torcedores reunia-se em um espaço ao ar livre para comemorar a data com roda de samba e cerveja. Em outra ocasião, visitei a quadra em dia de comemoração do aniversário da torcida, data icônica no universo das torcidas, sempre lembrada e festejada pelos associados, na presença de torcidas aliadas. Frequentei também por mais de uma vez a tradicional Feijoada das manhãs de sábado, quando um clima familiar e comunitário se instaura na localidade.

Acompanhei ainda de fora da quadra a ambiência de um dia de ensaio técnico para o carnaval, quando as ruas adjacentes ficam apinhadas de gente, e os sócios se socializam em torno das tendas improvisadas pelos comerciantes da região, a conversar, a beber e a comer. Em todas essas idas, fui conduzido por um informante, vulgo Alemão da Zona Sul. Ele tinha entrada franqueada para os diversos territórios dos Gaviões e sem ele não teria acesso a tudo que testemunhei.

O informante acedia a lugares incomuns para um visitante. Isso valeu para o interior do barracão da escola de samba. Alemão adentrava comigo em lugares considerados “segretos”, em virtude dos preparativos e da proximidade para o desfile carnavalesco. Era madrugada e os montadores dos carros alegóricos trabalhavam nas dependências de um galpão, cuja fachada encimava: “proibida a entrada”. A propósito do “segredo” na torcida, tema sociológico tão bem trabalhado por um clássico da sociologia, Georg Simmel (1999, p. 221), o *gavião* que me recebia fez questão de me conduzir a um outro território vedado: a sala de Patrimônio.

Nela encontram-se as bandeiras e as faixas, guardadas a sete chaves, visto que é alvo da cobiça dos rivais, cuja apropriação é

codificada como a conquista de um “troféu” pelo inimigo. A moral torcedora entende tal perda incide no nível do orgulho para quem a furta e de humilhação para quem vê seu material ser subtraído. Postagens dos oponentes são logo exibidas nas redes sociais, para a comprovação do roubo e para a manifestação sensação de superioridade própria ante a torcida adversária.

Meu informante circulava à vontade e contou-me inclusive que morou na sede durante um período dos anos 1990. Isso aconteceu porque, depois de uma caravana para um jogo na Bahia, perdeu o emprego e resolveu passar a viver em função da torcida, prestando serviços no dia a dia. Estimativas informais dizem que quarenta pessoas trabalham como funcionários na agremiação, apenas para a torcida, sem contar os serviços profissionalizados do carnaval.

Graças à companhia de Alemão, eu circulava livremente e cumprimentava a muitos, enquanto ele me apresentava com certa satisfação pela alcunha de “o professor”. Levou-me também ao almoxarifado, onde se compram ingressos para os jogos e onde se vendem passagens de ônibus para as caravanas; estive na sala de reunião do conselho, que também serve de espaço para as palestras de admissão dos novos sócios; passei pelo setor social, com área de inclusão digital, onde um grupo de senhoras da velha-guarda estava à vontade e se divertia em sua roda de conversa.

Entrei ainda na loja de vendas de materiais, uma grife que mimetiza o comércio de produtos do clube, e por uma área em montagem, com a inscrição na porta: “Espaço Cultural”. Capturado de imediato pela chamada atrativa para meus interesses de pesquisa, vim a saber que se tratava de projeto embrionário, em um terreno situado nas adjacências da Rua Cristina Tomás, e capitaneado por uma liderança “intelectual” e privilegiada do grupo: Pulguinha.

Certo tempo depois das visitas etnográficas, já com o projeto de publicação do livro adiantado, voltei à sede para encontrar o presidente da entidade, conhecido pelo apelido de Diguinho, e assinar a concordância da entidade. O ambiente impressionou para quem, imbuído de um estereótipo de senso-comum sobre as

torcidas organizadas, não poderia imaginar a cena: deparei-me com uma ampla sala e confortável, com ar-condicionado e sofá, mesa e poltrona. O presidente contava com o auxílio de uma secretária para esclarecer as dúvidas burocráticas da assinatura do contrato do livro, cujos direitos autorais da marca “Gaviões da Fiel” passavam a ser cedidos pela entidade, com vistas à impressão do trabalho acadêmico. O contato com Diguinho foi possível através da mediação de Minduim, então presidente da ANATORG e referência no grêmio Gaviões da Fiel desde os anos 1990, seja como “pista” seja como “cabeça pensante”, responsável por aproximar a torcida de movimentos sociais como o MST.

A rememoração dessas passagens e desses acontecimentos foi acionada com o convite do GEFuT para integrar a mesa no Simpósio e para contribuir na presente coletânea. Faço tal remissão, um tanto delongada, para contextualizar o ponto de partida deste capítulo, em que retomo meu contato com a torcida, dessa vez para abordar o modo pelo qual é construída internamente a memória coletiva do grupo, em uma tradicional passagem oral e intergeracional da afirmação de mitos de origem e de narrativas compartilhadas no grupo.

O objetivo do presente texto é mostrar em que medida, nos últimos quatro anos, o investimento na história da torcida levou a que os projetos de construção de um “espaço cultural” e de transmissão de narrativas e oralidades informais sobre o grupo se desdobrassem em um processo de institucionalização da mesma memória, sob a forma de um “Acervo Gavião”. Trata-se da gestão do espaço físico de uma casa, hoje com dois andares e 63 metros quadrados, que serve de base para a reunião de diversos itens patrimoniais. É, sem dúvida, um caso pioneiro e inédito entre as torcidas, na medida em que, à sua maneira, patrimonializa e musealiza a cultura material e simbólica da agremiação. Tem-se assim o interesse na salvaguarda de um estoque de artefatos, que contribuem para cristalizar e emoldurar certa visão do passado de uma associação torcedora com mais meio século de existência.

Destarte, o capítulo estrutura-se em três partes. Na primeira, narro a comemoração do jubileu de ouro da torcida, completado em 2019, com o lançamento da pedra fundamental e do ato de inauguração da sala do Acervo, evento ocorrido na presença da diretoria que encampou o projeto e de nomes emblemáticos do passado da torcida.

Na sequência, a segunda seção explora de modo crítico como a visão nativa em torno da díade democracia-ditadura é vocalizada na tradição grupal, traindo, em certos aspectos, elementos históricos em favor de certa coesão unitária de seu discurso e de seu memorialismo, a fim de se apresentar como uma torcida que teria lutado, de modo genérico e ambíguo, contra a ditadura militar.

Por fim, a terceira e última parte relata a estruturação do Acervo Gaviões no último quadriênio. Este período coincide com as incertezas do governo Bolsonaro e da pandemia do Covid-19, cujo isolamento social fez com que a torcida mobilizasse suas ações solidárias, por meio de seu tradicional Departamento Social. Em meio às adversidades de um período crítico excepcional, configurou-se assim uma oportunidade para o Acervo se afirmar internamente e desenvolver uma série de campanhas capazes de potencializar iniciativas de comunicação pela via virtual, como *lives* no seu canal do Youtube.

Entre os exemplos, será abordada a realização de vários documentários históricos e contemporâneos, que exploram aspectos positivos para a construção da imagem pública da torcida, sempre afetada pela estigmatização e pela monotemática da violência no imaginário de senso-comum.

### *Torcida tem história? Notas sobre o jubileu de ouro dos Gaviões (1969-2019)*

No dia 01 de julho de 2019, uma segunda-feira, o grêmio Gaviões da Fiel, conhecida torcida organizada, completou cinquenta anos de fundação. Desde o início do primeiro semestre de 2019,



uma série de comemorações vinham sendo realizadas na quadra da agremiação, no bairro do Bom Retiro. Seu clímax aconteceu no mês de julho, quando o cinquentenário foi comemorado e várias atividades festivas se concentraram. Concursos culturais, debates, campeonatos de futsal e festas de celebração da data são algumas das atrações oferecidas pela diretoria aos milhares de associados.

Um dos aspectos que chama a atenção no calendário comemorativo dos cinquenta anos de existência é a criação de um espaço exclusivo à memória coletiva da agremiação. Trata-se do *Acervo Gaviões*, uma espécie de centro de memória que funciona nas dependências da quadra. Inaugurada em janeiro de 2019, a nova sala foi reformada e destinada especialmente a abrigar objetos, documentos e materiais audiovisuais de conservação da história do grupo. A construção do espaço foi iniciativa de componentes da nova geração de torcedores e contou com o apoio da atual direção para a sua materialização.

A sala foi erguida sob o espírito do mutirão, depois da comercialização de camisas na loja da torcida e do levantamento de fundos para a viabilização financeira da obra e das instalações. A inauguração aconteceu no princípio deste ano, numa manhã quente e ensolarada de sábado, mais precisamente a 19 de janeiro. O ato inaugural teve como programação uma mesa-redonda em torno do tema da “Democracia Corinthiana”. Entre os convidados estavam presentes o comentarista esportivo e ex-futebolista Walter Casa-Grande e o jornalista e professor Celso Unzelte, notório pesquisador da história do Corinthians.

Além do debate, um estande ocupou o centro da quadra, com a exposição de um conjunto de artefatos – panfletos, flâmulas, adesivos, revistas, jornais, livros, cartazes e boletins mimeográficos – trazidos pelos associados. Reunidos pelo Acervo e doados pelos membros da torcida, os materiais expostos dizem respeito tanto à história dos Gaviões quanto ao tema do evento, o período de vigência da chamada Democracia Corinthiana – como se sabe, a experiência de participação colegiada dos jogadores do clube,

capitaneados por Wladimir, Sócrates, Zenon, Casa-Grande e cia, nas decisões da diretoria e da vice-presidência de futebol do clube, então comandada pelo sociólogo Adílson Monteiro Alves –, no início dos anos 1980. O coroamento do evento do Acervo deu-se no início da tarde, em meio à presença de ex-presidentes, integrantes e lideranças da torcida, com direito a discursos na cerimônia de abertura da nova sala.

É um ledó engano considerar que o interesse pela memória do agrupamento deve-se apenas à efeméride, com a data “redonda” de 50 anos. O acionamento desta memória é constante na evocação grupal de uma origem, na fixação de um marco zero, ao longo de sua existência. Aliás, a atenção dispensada ao ano de fundação é uma característica cultivada por várias outras torcidas organizadas. É recorrente encontrar bandeiras, camisas e adesivos com as inscrições fundantes de 1969, 1970, 1972, 1983, entre outras remissões ao ato original de criação.

Esse traço é especialmente marcante nos Gaviões da Fiel, não apenas na reiteração de um ano em específico – o legendário e matricial ano de 1969 –, como na constituição narrativa de uma versão que dá sentido e coesão unitária ao passado da torcida, por mais díspar, diversa e mesmo incoerente que sua história seja. O *status* de precursora do movimento das torcidas organizadas na cidade de São Paulo atribui um peso ainda maior ao ano de fundação.

No decorrer dos anos 2010, experiências semelhantes ao Acervo Gaviões foram idealizadas e implementadas por outros integrantes da agremiação. Em especial, destaque-se a criação do Memorial da Torcida, promovida pelo seu Departamento Social, uma das subdivisões administrativas dos Gaviões, encarregado das ações sociais e filantrópicas.

Esse departamento utilizou um terreno e um prédio abandonado da Prefeitura, situado nas adjacências da sede, na Rua Cristina Tomás, e montou um espaço destinado a coletar imagens e materiais da torcida ao longo das décadas, tais como documentadas em periódicos esportivos, em impressos oficiais e em acervos

pessoais – recortes, fotos e cartas, notadamente. O Memorial existiu durante cerca de cinco anos, mas com a retomada da propriedade pela Prefeitura, o projeto foi temporariamente interrompido, voltando a ser reconsiderado com a proposta do Acervo, concebida em 2018.

Após a inauguração da sala, e ao longo de todo o primeiro semestre de 2019, o Acervo tem procurado ser não apenas uma referência para repositório e depósito de objetos, mas também tenciona ser criador de suas próprias fontes. Especial atenção tem sido dispensada aos arquivos de imagens, com a gravação filmada de entrevistas de lideranças, de ex-presidentes e de membros do núcleo fundador da torcida. Baluartes da agremiação, como Chico Malfitani, Julião, Roberto Daga e Paracatá, entre outros, já foram entrevistados pelos responsáveis do Acervo, adensando informações sobre momentos específicos reiterado na memória do grupo e do clube.

Graças à generosidade dos organizadores do Acervo, nas figuras de Fábio Lima e Lucas Toth, tivemos acesso a esse conjunto de depoimentos. Estes se somaram a entrevistas preexistentes do projeto de pesquisa “Territórios do Torcer”, entre 2014 e 2015, que colheram depoimentos de 6 lideranças da torcida em questão. Em face das entrevistas, que leitura pode ser feita dessa gama de testemunhos voltada a relatar a história da agremiação?

Ressalte-se de antemão que, sem a possibilidade de maior aprofundamento e elaboração, em função dos limites que a natureza do capítulo de uma coletânea permite, gostaria de sublinhar aqui, doravante e brevemente, o modo como se articula a díade ditadura-democracia na construção narrativa do grupo.

*Entre a democracia e a ditadura:  
os enquadramentos da memória coletiva*

Entre os pontos fortes da memória, encontra-se o mito de origem do grupo. Este ponto fulcral enseja a sua gênese, com uma

versão oficial e heroizante que salienta a luta simultânea contra duas ditaduras. Ao incorporar elementos, mesmo que diluídos ou inconscientes, da historiografia e da memória sobre a ditadura militar (1964-1985), tais como construídas na Nova República, os fundadores narram um nascimento heroico que superpõe o contexto ditatorial pós-AI-5 ao âmbito interno “ditatorial” da política clubística.

Lembre-se que, desde meados do século XX, o clube é tradicionalmente dominado por presidentes que se prolongam no poder, desde Alfredo Trindade (14 anos) até Wadih Helu (10 anos) e mesmo depois, com Vicente Matheus (18 anos). Configura-se, pois, aquilo que o cientista político Cláudio Couto (2017) chama com propriedade de “oligarquização” das associações desportivas, constitutiva de uma dualidade institucional que atravessa a maioria dos clubes, mas também as torcidas, que são, elas próprias, arremedos de organização clubística.

Para além do heroísmo nos discursos retrospectivos dos líderes dos Gaviões, há uma conjuntura concreta da vida do clube que desperta e leva à ação: a penúria de títulos – como se sabe, foram ao todo 23 anos de “fila” – e a conseqüente ironia e chacota recebida dos torcedores corinthianos ante os adversários. Neste contexto de “humilhação” para os rivais, era necessário da parte dos torcedores agir e pressionar por mudanças.

A ação conforma-se das arquibancadas, entre os frequentadores de um mesmo setor dos estádios, de maneira informal já em meados dos anos 1960, e vai-se materializar no final daquele decênio, com a constituição dos Gaviões da Fiel. Esta se opõe ao modelo das bandas musicais, contratadas pelos clubes até então – no Rio de Janeiro, conhecidas como charangas. Sem a tutela dos clubes, narra-se a mudança de postura, da passividade ao protagonismo.

A concretização do projeto de uma torcida autônoma passa pela formalização de uma marca, de um símbolo e de um registro oficial. O nome Gaviões tem inspiração, segundo depoimento do

fundador Chico Malfitani, em cuja casa deu-se o ato de criação do grêmio, nos Dragões Rubro-Negros, movimento insurgente de torcedores do Flamengo contra políticos do clube carioca, em ação no mesmo período no Rio de Janeiro, especialmente entre 1967 e 1968.

Já o livro de ata de fundação da torcida, ocorrida na residência da família de Malfitani, situada na Alameda Santos, no centro de São Paulo, é lavrada com a assinatura de doze jovens: Flavio Garcia La Selva, Alcides Jorge de Souza Piva (Joca), Cláudio Faria Romero (Vila Maria), Orlando Rosato (Rosinha), Carlos Marino Chagas (Manchinha), Igor Dondo, Francisco Malfitani (Chico), Carlos Augusto Saraiva (Linguíça), Artur Timerman, Brasil de Oliveira, Ivan de Oliveira e Benedito Amorim (Lampião).

O lema da torcida, apostado ao nome do grupo, é “Força Independente”, uma caracterização do posicionamento da agremiação frente à política interna do clube e que vai dar a marca de muitas torcidas, embora nem todas, que surgem de modo insurrecional nesse período. A ideia de uma “força fiscalizadora” traz em seu bojo um sentido crítico, a caracterizar uma instância de pressão sobre a vida clubística, constituída de fora para dentro, isto é, das arquibancadas para as dependências do clube.

A partir desse cenário inicial conflitivo e deflagrador, os integrantes dos Gaviões da Fiel entronizam uma gama de mitos fundadores acerca da origem histórica da torcida e, por extensão, da sua relação com o clube. Ao fazer do presidente do clube, Wadi Helu, deputado estadual pela ARENA, seu bode expiatório, símbolo ditatorial no clube e na sociedade – já que era um político pertencente ao partido do governo –, seu discurso originário incorpora, ao menos no nível imaginário e discursivo, o valor da luta pela democracia, arraigando-se ao modo pelo qual seus componentes contam até hoje sua própria história de lutas e sacrifícios.

De geração em geração, conta-se que o surgimento do grupo é iniciativa de abnegados corintianos que frequentavam as arquibancadas e que lutavam contra o despotismo reinante no

clube. O mito de origem acentua sempre a ditadura vigente no clube e no país, duas faces de uma mesma moeda. Segundo recordam, o presidente do Corinthians chegava a contratar capangas para intimidar os torcedores que lhe faziam oposição.

Tal luta é reificada e cristalizada na memória de maneira extensiva ao que ocorria na sociedade brasileira, como se o clube paulistano fosse um microcosmo da macro política da época. O fundador número 1 dos Gaviões da Fiel, Flávio La Selva, estudante da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, depois formado também em Filosofia, participara das passeatas estudantis em 1968, e atuava junto às Pastorais da Zona Leste de São Paulo. Em período recente, sua irmã, a advogada Wilma La Selva, dedicou-lhe uma biografia.

Além dela, Vitor Canale, em tese de doutorado original e primorosa sobre a história da ATOESP – Associação de Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo, de que Flávio foi mentor e artífice –, explora inúmeras facetas biográficas e projetos culturais que o torcedor tinha para os Gaviões, o que foi obstado por seu falecimento no final dos anos 1980. Eleito como o “cabeça pensante” do grupo, o articulador principal, Flávio simboliza para os líderes da agremiação o etos da resistência à ditadura militar nos anos 1960, 1970 e 1980.

Conforme sugerem os trabalhos acima, a figura multifacetada de Flávio de la Selva, que ainda carece de reflexões mais extensas, apresentava uma proposta de torcida militante e de caráter popular. A ideia de organizar os Gaviões da Fiel como entidade cultural, com cineclube, palestras e outros eventos, além daqueles norteados pelo futebol e o carnaval, eram meios de atrair mais torcedores e ofertar outras perspectivas de lazer à comunidade. (César, 1981)

A incorporação do discurso antiditatorial ao seio do grupo atravessa assim a retórica nativa e se estende até hoje na verve de suas lideranças, sendo assimilada, compartilhada e pulverizada entre os demais integrantes. O ideário cultivado internamente vocaliza-se nos lemas, nos símbolos, nos dísticos e nas inscrições

presentes em sua sede. A torcida se auto representa como uma “força independente”, “fiscalizadora” do clube. Cabe a ela salvaguardar seus lúdicos princípios, populares e democráticos, vigiando de maneira ostensiva o comportamento, via de regra suspeitos, de seus dirigentes.

A eleição à diretoria corintiana de 1971, primeiro pleito que contou com a participação institucional dos Gaviões da Fiel, quando se origina a dissidência da torcida Camisa 12, capitaneada por Cláudio Romero – o Vila Maria – foi sintomática das dificuldades envolvidas na atuação política dentro do clube.

O pleito antepôs a situação, presidida novamente por Wadih Helu, e a chapa de oposição Revolução Corintiana, encabeçada por Miguel Martinez e Vicente Matheus como vice-presidente. O apoio dos Gaviões da Fiel à Revolução Corintiana alicerçava-se ideologicamente em três promessas de campanha: o fim da reeleição à presidência do clube; o término do acúmulo de cargos políticos concomitantes à presidência corintiana; e uma reformulação do Departamento de Futebol. A aliança entre a torcida organizada e Vicente Matheus refletia, por um lado, a pouca diversidade de grupos e propostas políticas dentro do Corinthians; por outro, espelhava o aumento da influência dos Gaviões no cenário político.

A relação entre Matheus, que alijou Martinez da presidência em 1972, e Flávio de La Selva, o gavião nº 1, estendeu-se ao longo de toda a década. O fundador da torcida foi figura influente durante as presidências de Matheus e ocupou a diretoria do departamento de assuntos extramunicipais do clube em 1974, entre outros cargos.

A estratégia de atuação na política institucional do clube do Parque São Jorge atendia à proposta fiscalizadora dos Gaviões da Fiel, porém aprofundava seus dirigentes no sistema de relações políticas clientelistas do universo da diretoria corintiana. No entanto, a atuação da torcida dava-se em âmbito a um só tempo interno e externo ao clube, sob a realização da pressão cotidiana por resultados e mudanças.

A auréola democrática apregoada na memória coletiva do grupo consubstancia-se assim numa série de práticas e representações, capazes de manter-se mais ou menos coerentes ao longo do tempo. Dentre as que se perpetuaram, evoque-se a tradição de realização de reuniões para admissão dos novos associados, quando a história, a “ideologia” e o “procedimento” do torcer gavião são repassados oralmente e de maneira intergeracional, dos mais experientes aos mais novos. O rito atualiza-se a cada tarde de sábado, uma vez por mês, quando os encontros têm lugar em uma sala de reunião da quadra.

A retórica da “democracia”, tal como a entendem seus líderes, uma categoria nativa, portanto, repercute também na realização de eleições diretas regulares, a cada dois anos – desde 2018 passou a ser trienal –, para a presidência da torcida, sem direito à reeleição. Cabe aos associados também, hoje em número de mais de cem mil, que estejam em dia com a mensalidade, a escolha da lista de sessenta conselheiros, que se alternam em paralelo à existência de um conselho vitalício, constituído por fundadores e ex-presidentes. Como nos princípios estatutários do Corinthians, trata-se de serviço voluntário, efêmero – como dito, hoje o mandato tem duração de 3 anos – e sem remuneração.

Assim, em cinquenta anos de história da agremiação, mais de duas dezenas de nomes diferentes estiveram à testa da entidade. A representação, que hoje se dá por votação direta, já foi também indicação e atribuição do conselho deliberativo, constituído por membros eleitos e permanentes, que têm a incumbência, por sua vez, de votar no candidato à presidência e à vice-presidência da Gaviões, para um mandato com validade de dois anos.

Trata-se de um sistema de alternância de poder com duração e longevidade sem precedentes no universo dos torcedores brasileiros. Em particular, quando comparamos o modo tradicional de representatividade das lideranças e de ocupação da presidência em outras torcidas, mais suscetíveis à influência do carisma e à imposição física dos subgrupos mais estruturados à frente da entidade,



num jogo de influências entre as bases territoriais torcedores que não eliminam disputas corporais, coações e intimidações na busca por supremacia.

No entanto, nem todas as discordâncias e projetos encontraram espaço de coexistência dentro da torcida corintiana. As rupturas, dissidências ou “rachas”, acontecimentos internos recorrentes nas torcidas organizadas na luta por controle e poder, protagonizaram a criação da torcida Camisa 12, em 1971, conforme assinalado acima, e do Movimento Rua São Jorge (MRSJ), em 2008.

Enquanto a Camisa 12 solidificou-se como torcida organizada, instrumentalizada em seu princípio pela direção do clube, a proposta do MRSJ era ser um movimento de pressão pela retomada da ideologia fundante dos Gaviões, que na visão insurgente, era deixada em segundo plano pelo avanço da institucionalização do carnaval e da monetarização das relações entre sede e subsede, entre lideranças e suas bases. O MRSJ chegou a constituir sede própria e, após acordo, retornou à sede da torcida em 2012, com seus integrantes a compor as chapas vencedoras das eleições bianuais desde então.

Voltando à história, a narrativa da democracia prolonga-se dos anos 1960 à segunda metade da década de 1970. A “invasão corintiana” ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1976, foi capital nesse sentido, não só para os Gaviões como para o conjunto dos torcedores, no drama da sua luta por um título. O deslocamento em massa de milhares de torcedores do estado de São Paulo para a partida semifinal no Maracanã, estádio que se dividiu ao meio para acolher a torcida paulista, guarda a marca indelével de inúmeros relatos enaltecedores.

Segundo relata o então presidente Julião, na entrevista para o Acervo, e que me foi cedida gentilmente por um dos informantes, os Gaviões organizaram uma caravana com 113 ônibus. À época a torcida contava com pouco mais de 700 componentes, um número tímido nos dias de hoje, mas bastante expressivo para aquele período. O grupo tivera uma sala própria na rua Santa Ifigênia e,

graças à habilidade política de Flávio La Selva, recém-adquirira um amplo terreno para a sua sede, no Bom Retiro.

As viagens daquele ano fizeram a mística “Fiel”, alcunha genérica para a torcida do Corinthians, mover-se por milhares de quilômetros de estradas brasileiras para assistir às partidas finais do seu time. Sob a forma das caravanas, torcedores cruzaram o país de Recife (quartas-de-final) a Porto Alegre (final), passando pelo Rio de Janeiro (semifinal) para acompanhar os últimos jogos do Campeonato Brasileiro de 1976.

A esse episódio emblemático, eivado de narrativa sacrificial, somaram-se outros, de cunho político, na virada dos anos 1970 para 1980. Um dos que se enraizou na “mitologia” da torcida corintiana foi a faixa pela Anistia – Ampla, Geral e Irrestrita – desfraldada na área das arquibancadas ocupada pelos Gaviões da Fiel. O feito ocorreu em um Morumbi lotado, com mais de cem mil espectadores, no dia 11 de fevereiro de 1979, durante uma partida contra o Santos.

A ideia partira de dois jornalistas, Antônio Carlos Fon e Carlos McDowell. A iniciativa conta com o apoio de algumas referências internas aos Gaviões, dentre elas: Dentinho, então responsável pelo setor de bandeiras da torcida, e Chico Malfitani, fundador da torcida em 1969 e à época jornalista da *Folha de São Paulo* e da revista *Veja*.

A associação entre um time de futebol e a conjuntura democratizante por que passou o Brasil teve continuidade no início dos anos 1980. O processo interno de gestão do Corinthians culminou na experiência de autogestão da “Democracia Corintiana”. A forma de participação dos atletas no clube teve forte apelo nos meios de comunicação, com ressonâncias no imaginário da torcida corintiana.

Não obstante esse alinhamento *a posteriori*, o antropólogo José Paulo Florenzano mostra a profunda ambiguidade dos Gaviões da Fiel em relação à Democracia Corintiana, ora apoiando-a de maneira incondicional ora repudiando com veemência o movimento,

segundo o lema: “Democracia, sim; bagunça, não”. Este dado crítico à experiência da democracia proposta pelos atletas foi, no entanto, esquecido ou esmaecido na memória coletiva do grupo. O próprio fato de o Acervo Gaviões fazer do tema “Democracia Corinthiana” o mote do seu evento inaugural evidencia tal descompasso ou o objetivo retroativo de realçar uma coerência, por assim dizer, com a luta democrática na política interna do clube.

Por fim, *pari passu* à cronologia da história brasileira contemporânea, vale citar o movimento das *Diretas-Já*, no ano de 1984, quando alguns jogadores do time do Corinthians subiram aos palanques e discursaram nos comícios. No dia 25 de janeiro, determinados integrantes dos Gaviões da Fiel aderiram às manifestações ocorridas na Praça da Sé em prol das Diretas, quando cerca de trezentas mil pessoas compareceram ao evento. Compareceram com suas bandeiras, que se imisculíram àquelas dos partidos políticos de esquerda, reposicionados após a Anistia e a volta do pluripartidarismo no país.

Segundo Luís Carlos Caldarone, um dos diretores dos Gaviões, citado por José Paulo Florenzano: “Dentro do Corinthians sempre resistimos a ditadores, como os ex-presidentes Wadih Helu e Vicente Matheus, e sempre lutamos pela democracia no clube, defendendo o voto do sócio torcedor”.

Não cabe aqui prolongar os pormenores de um enredo que articulou a reabertura política do Brasil, o desenvolvimento do futebol profissional no país e a história de uma agremiação clubística. O importante é chamar a atenção para a construção narrativa de um clube, em paralelo à representação de uma de suas torcidas mais antigas e exemplares, que soube se transformar em uma organização popular autônoma, com vida própria, ainda que orbitando em torno do futebol.

Sem negar sua relevância, procuramos neste texto apenas evidenciar como tal passado é construído pelo seu núcleo original e transmitido coletivamente às gerações seguintes e ao conjunto de componentes da torcida. Por um lado, é mister reconhecer que esse

sentido atribuído à fundação e à história é bem-sucedido, cumprindo seu papel de “enquadramento da memória” e de soldadura grupal.

Nesse sentido, a criação de uma Velha Guarda dos Gaviões da Fiel, mimetismo da hierarquia etário-geracional do universo carnavalesco, ocorreu em meados da década de 1990. O setor atende à dupla função de repositório ideológico e de elo entre o passado e o presente da entidade.

Por outro lado, desde o restabelecimento da democracia no país, sobretudo a partir dos anos 1990, o crescimento quantitativo exponencial da torcida – de centenas de associados de uma cidade à casa dos milhares dispersos em todo o país – faz com que a transmissão do que chamam de “ideologia” dos Gaviões torne-se mais difícil de se concretizar e de adquirir um sentido unívoco. O controle do que significa ser um gavião dilui-se face a novos contingentes que se somam à torcida, timbrando seus próprios modos de conduta, em paralelo à voz oficial.

Não vamos nem entrar na problemática contemporânea da violência e da transgressão comportamental, com focos críticos radicalizados e multiplicados nas rixas mortais dos últimos vinte anos. Fiquemos no próprio discurso contra a “ditadura” na sociedade e vejamos como este tem dificuldade de se arraigar entre os mais novos. Trata-se do desafio de fazer chegar a mensagem da cúpula, e da sede da torcida, à massa que compõe a base de seus torcedores e que integra as periferias, por meio das suas subsedes.

Como exemplo, evoquemos o incidente da campanha à presidência da República de 2018, quando Digão, presidente dos Gaviões no triênio (2018-2021), posicionou-se, em nome dos princípios históricos da torcida, pelo “Ele Não”. Isto é, manifestou publicamente ao postar nas redes sociais seu repúdio ao candidato Jair Bolsonaro, pelo que representava de ameaça e regressão ditatorial no país. A postagem, no entanto, dividiu a torcida ao meio e acirrou os ânimos internos, sendo alvo de uma saraivada de críticas, uma vez que um número considerável de seus integrantes, como boa parte da sociedade, mostrava-se simpatizante do candidato

e aderira, por motivações múltiplas, à aventura e ao projeto do “bolsonarismo”.

Desde então, ante a ausência de consenso interno, o debate macrossocial sobre a política brasileira contemporânea não reapareceu nas vozes oficiais do grupo. Sem embargo, com relação à sua fundação e ao seu mito de origem, os relatos prestados ao Acervo Gaviões continuaram a endossar seu mito de origem em 2019, salientando a retórica da luta e da resistência de 1969 “contra todo o ditador que no Timão quiser mandar”.

### *Vicissitudes da pandemia: os Gaviões entre a ação e a preservação*

Antes completar o seu primeiro ano de existência, o projeto do Acervo Gaviões foi sobressaltado, como toda a sociedade, pelo fenômeno da pandemia do coronavírus (Covid-19), que implicou na necessidade do isolamento social (Mannheim 1973), processo iniciado em março de 2020. A torcida logo se mobilizou, em especial o seu Departamento Social, detentor de uma tradição em ações solidárias. As iniciativas de solidariedade já haviam se manifestado por ocasião de tragédias como os rompimentos de barragens ocorridos em Mariana (MG), no ano de 2015, e em Brumadinho (MG), em 2019. Uma das marcas dos Gaviões nesses momentos dramáticos, com desastres ambientais e humanos, é desencadear mobilizações e agir em favor das vítimas. Com efeito, ante eventos que abalam a opinião pública, arrecadam-se mantimentos, enviam-se membros nas ações de resgate ou levantam-se fundos para minorar os dolos e danos.

Eis um dos poucos momentos em que as torcidas ganham visibilidade positiva na mídia, ainda que a cobertura desta seja via de regra diminuta ou nula. No caso da pandemia, a iniciativa inicial veio com o oferecimento de sua quadra e sede social para a instalação de um hospital de campanha, medida anunciada igualmente pela

Torcida Jovem do Santos. Como se sabe, durante a maior parte do ano de 2020, houve a interrupção do calendário futebolístico e os estádios ficaram sem público. Nesse contexto, restou às torcidas adornar as arquibancadas com centenas de faixas e bandeiras, que simulavam por seu turno a presença do grupo para as câmeras de transmissão e para os telespectadores.

Tal vácuo na rotina futebolística fez com que os agrupamentos torcedores canalizassem suas ações sociais em dois vetores: campanhas de solidariedade, com a distribuição de marmitas e quentinhas aos moradores de rua e à população vulnerável, os mais afetados em termos socioeconômicos pela necessidade de impedir aglomerações nas ruas, de evitar a circulação e o contágio nos meios de transporte e de restringir ao mínimo as atividades presenciais de trabalho; outro vetor de ação foi o investimento da diretoria das torcidas em *lives* e a potencialização de seus eventos nas suas redes sociais e nas suas plataformas virtuais.

As torcidas paulistanas em geral, e os Gaviões em particular, comprometidos em seu dia a dia tanto no futebol quanto no carnaval, levaram essas ações ao extremo, com o protagonismo de seu Departamento Social, cuja arrecadação de donativos e alimentos em comunidades carentes da periferia paulistana ganhou destaque. Enquanto a Mancha Verde, principal rival, destinou sua solidariedade à aldeia indígena de Jaraguá, na região metropolitana de São Paulo, próximo a Osasco, os Gaviões atuaram mais fortemente nas regiões periféricas da cidade – zona sul e zona leste –, com a distribuição de marmitas.

As campanhas despertaram algum interesse da opinião pública, e aqui e ali na imprensa identificaram-se pautas positivas no registro e no reconhecimento de tal papel. Sabedora da contribuição para a sua imagem junto à sociedade, a torcida investiu na esfera da produção audiovisual. Um trio de documentaristas – uma jornalista, um diretor de cinema e uma fotógrafa – produziram o filme “Não é brincadeira” (2021), a cobrir as ações do Departamento Social, com imagens impactantes, desde a preparação dos torcedores na quadra até a entrega de comida nas favelas e a interação com os moradores.

O filme foi desenvolvido por uma produtora profissional e seus diretores foram contemplados com um edital internacional da *National Geographic* para a realização do documentário.<sup>1</sup>

O Acervo, por seu turno, assistiu nesse momento de confinamento, e de restrição da visita ao seu espaço, às obras para expansão de sua área física. Construiu-se o segundo andar da sala e ampliou-se sua capacidade de recebimento de objetos e demais materiais de guarda. Em paralelo ao mutirão para a ampliação do espaço, investiu-se da mesma forma na virtualização de suas atividades, com a criação de um canal próprio no Youtube, seguido hoje por mais de quarenta mil inscritos, e com o lançamento do projeto de um museu virtual. Graças à comunicação nas redes sociais, uma série de encontros foi realizada pelo grupo gestor desse espaço. Em certo sentido, aproveitou-se a excepcionalidade do momento para a afirmação e o protagonismo do Acervo no interior da torcida.

Em 2021, a conjuntura política interna da torcida estava novamente em jogo. O momento era de transição, com o fim do mandato da presidência de Digão e Alê de Osasco – diretoria que abraçou a ‘causa’ do Acervo –, e com a chegada da chapa eleita para o triênio 2021-2024, composta por Padinho e Jarrão. Enquanto a dinâmica política das eleições internas se processava, e os bastidores da torcida se agitavam, o Acervo procurou avançar na sua estruturação, com idas e vindas, em meio às dificuldades e crises que atravessa todo processo voluntário e coletivo, com seus altos e baixos na mobilização de voluntário e no direcionamento de seus objetivos.

A configuração do setor teve duas frentes nas suas atividades *online*. Primeiro, a proposição de um conjunto de projetos destinados aos associados para o avanço no registro e para a centralização da história do grupo, por meio da doação de objetos; o segundo, a gravação de *lives* com a presença de personagens emblemáticos do passado da agremiação, sejam personalidades públicas mais conhecidas ligadas aos Gaviões, sejam as mulheres associadas,

---

1. Acesso ao filme em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6q9vPRgn8Q>.

sejam os representantes territoriais da torcida, monitores e líderes das suas subseções.

A primeira frente destacou-se na promoção da campanha “Teu passado é uma bandeira”, com a proposta de reunir e catalogar os diferentes tipos de símbolos e cores da torcida nesse formato de apoio. Após seu lançamento, os organizadores do Acervo informaram a catalogação de mais de seiscentas bandeiras, de logos as mais variadas, localizadas ao longo de seus mais de cinquenta anos de existência. Outra iniciativa lançada no bojo da pandemia foi a criação do “Livro de Ouro” da torcida, com o objetivo de narrar e consignar seus principais feitos no decorrer do tempo.

A segunda frente de ações deu-se nas dependências do Acervo, com a filmagem de uma série de programas audiovisuais. Entre eles, tiveram destaque o programa “Papo de Gavião”, em que Pulguinha, conselheiro da torcida, e Donizete, ex-presidente, entre outros, entrevistam expoentes do grupo, como fundadores e baluartes da memória do grupo, em diversas gerações: Cobrador, Dentinho, Geleinha, os irmãos MM, Tio Alex e Viola. Houve também entrevistados que se tornaram referências na cena musical paulistana, como o compositor Rapin’Hood, ex-integrante dos Gaviões.

Além do filme *Não é brincadeira*, mais documentários foram produzidos. A série *Coisa boa é para sempre* homenageou a Tia Geni, torcedora-símbolo do grupo, e filmou *Gaviões por elas*, com relatos femininos e suas experiências e históricas no interior da torcida.

Nesse período pandêmico, o Acervo também passou a transmitir, por via remota, atos, cerimônias e eventos importantes da vida da torcida, a exemplo da inauguração de espaços internos na quadra, como o “Cantinho do Jogador e do Pixote”, tributo a torcedores icônicos, já falecidos, estilizados em desenhos dos personagens nesses lugares da quadra. O muralismo, ou a arte do grafite, ocupa de forma progressiva o entorno da sede do Bom Retiro, com as fachadas e os prédios das adjacências devidamente



grafitados nas cores branca-e-preta e com evocações a datas, a pessoas e a símbolos de seu imaginário, em especial a ave de rapina que dá nome à torcida.

A transmissão *online* do Acervo também se mobilizou para a cobertura do lançamento de outro espaço na Rua Cristina Tomás, denominado de “Cantinho da Caravana”. As caravanas, como se sabe, são estruturantes da coesão e da organização do grupo, em função do deslocamento geográfico para ir ao encontro dos jogos do Corinthians “fora de casa”. A propósito, os Gaviões possuem o registro fotográfico em seus arquivos do primeiro ônibus próprio adquirido para as viagens, apelidado de “Favela nº 1”. O canal do Youtube congrega ainda espaço para o lançamento de CDs e para uma antologia de cenas audiovisuais históricas do grêmio que circulam nos arquivos televisivos, nacionais e internacionais.

Assim, ainda que de modo mais descritivo que analítico, procurou-se nessa seção elencar o conjunto de atividades culturais desenvolvidos pelo Acervo nesse último biênio, em meio aos constrangimentos da suspensão integral ou parcial, das partidas de futebol e da presença da torcida nos estádios. A limitação das circunstâncias, em contrapartida, logrou potencializar e dar protagonismo a ações coletivas que, de outra forma, poderiam ter continuado no limbo.

### *Nas asas dos Gaviões: à guisa de conclusão*

Conforme dito acima, este capítulo foi motivado pela realização do IV Simpósio Internacional sobre Futebol, sob organização do GEFuT/UFMG, e procurou revisitar um tema de pesquisa caro a meus interesses de investigador nos últimos dez anos. Ele se debruça sobre uma agremiação torcedora em particular, que pode ser considerada paradigmática pelo seu grau de organização interno, na esteira de uma história institucional de

mais de cinco décadas de existência. Ante o desafio do convite feito em 2022, acerca da esfera do lazer e das ações sociais nas torcidas, retornei ao espaço etnográfico pesquisado entre 2012 e 2015, para atualizar e revisar questões do trabalho de campo, conquanto de modo mais pontual ou incidental.

Nesse ínterim, tal *aggiornamento* passou pela observação das mudanças e continuidades no interior da entidade nos últimos anos, por intermédio também do estabelecimento de novos contatos e da renovação dos informantes, como os supracitados. Observei assim a emergência de uma novidade na sua estrutura e no seu organograma, qual seja: a criação inusitada de um “Acervo”. Este espaço tem por finalidade, tal qual os grandes clubes de futebol o fazem em suas sedes sociais, a constituição de um centro de referência, híbrido de um memorial ou mesmo de um museu, que pode servir de visitação e de lazer à comunidade *gaviã* nos usos de suas dependências.

Procurei assim compreender o ineditismo da iniciativa encampada pela diretoria da torcida no final dos anos 2010. Feita a pesquisa exploratória, procurei nas páginas acima condensar e descrever alguns dos aspectos que me pareceram mais relevantes no levantamento *in loco*, na observação participante e mesmo no material disponível à distância, via redes sociais.

Destarte, de início no texto, proponho um olhar focado na comemoração da efeméride dos cinquenta anos de surgimento da torcida, celebrada em 2019, quando o espaço do Acervo é inaugurado e um evento comemorativo ocorre no pavilhão branco-e-preto. Na data, uma exposição de materiais da torcida é apresentada ao público e uma mesa-redonda é feita, com a presença de ex-jogadores, de jornalistas e de fundadores da torcida, sob o mote do “Ganhar ou perder, mas sempre com Democracia”.

Com essa pista indiciária, a saber, o significante “democracia” no jargão e imaginário do grupo, revelador por sua vez do período político dramático então vivenciado, incursionei na segunda e

principal parte do capítulo pela díade do mito de origem do grupo, isto é: a luta contra a ditadura. Esta foi lida na chave ambivalente do memorialismo hegemônico referente à ditadura militar, tal como analisada com perspicácia na historiografia política, em diferentes camadas, pelo historiador Marcos Napolitano (2015). Mas, no âmbito circunscrito da memória grupal gaviã, há uma ambivalência nativa na reconstrução interpretativa da oposição à chamada ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Essa, dotada de contornos épicos, superpõe o período ditatorial que supostamente os fundadores combatiam à vilanização de um “ditador” na presidência do Sport Club Corinthians Paulista. Tratava-se de Wadih Helu, em princípio o algoz, grande responsável pela escassez de títulos havia mais de uma década, catalizador do movimento opositor de arquibancada durante os anos 1960, que resultaria na fundação dos Gaviões em 1969.

A memória coletiva lança mão, pois, de uma espécie de *tour de force* narrativo para a legitimação de sua condição combatente ou, nas palavras de seu lema de fundação, de uma “força independente” em prol do Corinthians. Com efeito, o corinthianismo organizado passa a ser uma “força fiscalizadora”, capaz de manter o clube sob o zelo e sob a vigília “democrática”. Nela, a torcida salvaguarda e encarna a própria condição representante de ser o “povo” que ela invoca, trocando em miúdos, a razão de ser e aquele a quem o Corinthians deve sua idolatria.

O quadriênio de existência do Acervo coincidiu não só com o advento da pandemia como também com a conjuntura política do governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Em meio à montante do conservadorismo no Brasil e alhures, com a notória política negacionista de gestão leniente do coronavírus, a diretoria e diversos segmentos dos Gaviões, torcida organizada com mais de 120 mil associados, reencanaram na conjuntura presente todo um discurso aderente às histórias coletivas que povoam seu imaginário.

Prova disso foi o movimento “Somos Democracia”, desencadeador de uma vanguarda torcedora, que se fez presente nas manifestações de rua em 2020 e 2021, em contraponto e no enfrentamento às hostes bolsonaristas. A presença das torcidas só foi possível pelo vácuo de partidos políticos de esquerda, então inertes, desarticulados ou acuados, sem capacidade de reação ao negacionismo político-científico do governo de extrema direita. Reativou-se assim o potencial político das torcidas organizadas, o que contribuiu para plasmar certa memória “resistente” dos Gaviões.

Os “de preto” se somaram, pois, às torcidas antifascistas e aos coletivos torcedores durante aquelas novas jornadas. Membros e dirigentes dos Gaviões foram às ruas clamar por “democracia” e enfrentar os “verde-amarelos”, protagonizando mais uma página da sua história de resistência. Esta será, nas próximas décadas, contada com orgulho pelas futuras gerações gaviãs e constará, por que não, dos anais de Acervo histórico.

### *Referências*

CANALE, Vitor. *Um movimento em muitas cores: o circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 – uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2020.

CÉSAR, Benedito Tadeu. *Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo: ou, o duelo*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 1981.

COUTO, Cláudio. “Oligarquização em um grande clube de futebol: o caso do Sport Club Corinthians Paulista.” *Revista Organizações & Sociedade*, nº 24 (81). Salvador: UFBA, pp. 237-260, 2017.

- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro*. São Paulo: Educ, 2009.
- LA SELVA, Wanda. *O escudeiro de São Jorge: Flávio La Selva e a Gaviões da Fiel*. São Paulo: Observador Legal, 2020.
- LABRIOLA, Plínio e HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de (orgs.) *Os Gaviões da Fiel: ensaios e etnografias de uma torcida organizada de futebol*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- MANNHEIM, Karl. “Isolamento social”, in: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octávio (orgs.) *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- NAPOLITANO, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro.” *Revista Antíteses*, nº 8 (15). Londrina: Universidade Estadual de Londrina, pp. 9-44, 2015.
- SIMMEL, Georg. “O segredo.” *Revista de Ciências Sociais–Política & Trabalho*, nº 15. João Pessoa: UFPB, pp. 221-226, 1999.
- SOUZA JUNIOR, Roberto de Alencar Pereira de. *Torcidas organizadas entre futebol e carnaval: uma etnografia sobre a materialização do torcer e do sambar nos Gaviões da Fiel*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Carlos: UFSCar, 2022.



## O LUGAR DAS TORCIDAS ORGANIZADAS, COLETIVOS E MOVIMENTOS DE TORCEDORES NA PROPOSIÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE LAZER

*Patrícia da Silva Ferreira*

Participar do IV Simpósio Internacional - Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer – foi uma grandiosa experiência individual. E agora, participando desta publicação, tenho a chance de tornar a experiência mútua, coletiva, como eu gosto de ser. Viver em coletivo é o que me move. E tem algo mais significativo que o futebol e o torcer para representar essa palavra, e essa filosofia de vida, chamada COLETIVIDADE?

Domingo, 13 de dezembro, 9h e eu já ansiosa para ocupar a segunda mesa do evento, ao lado de grandes pessoas, Vieja e Bernardo. Quando chegou então, minha vez, me apresentei e disse: “é uma honra e um prazer estar nesse evento, não na condição de estudiosa dos temas do futebol, mas como torcedora estudada por todos vocês”. Mesmo que todos ali, ou quase todos, fossem torcedores e torcedoras, naquele contexto era sobre mim, sobre coletivos, sobre mulheres e suas dificuldades, sobre tantas outras questões que o futebol e o torcer podem estudar.

Dentre elas, o GEFuT me convidou para falar sobre minha experiência enquanto militante antifascista, antirracista, que quer destruir o patriarcado, isso mesmo, nem uma chance ao patriarcado; no contexto das ações sociais e de lazer.

Assim como fiz lá, resolvi iniciar aqui, contextualizando minha intervenção de duas formas: vou falar sobre mim e sobre o meu torcer, até chegar no momento do Coletivo, do qual tenho um orgulho imenso de fazer parte e poder falar sobre.

Eu me chamo Patrícia, nasci no glorioso ano de 1977, quando o Grêmio retomava um período de vitórias no Campeonato Gaúcho, depois de muitos anos de derrotas para nosso rival. Naquele 25 de setembro de 1977, meu pai e minha mãe me deixaram em casa com 17 dias de vida, sob os cuidados de minha avó para irem ao Olímpico. Lá eles presenciaram a desajeitada cambalhota de André Catimba, depois do gol que dava início à uma nova e linda história de vitórias do meu tricolor.

Minha mãe, a Sueli, sempre me contou que durante o jogo o leite derramava de seus seios e molhava sua camisa de lã tricolor, as mesmas que hoje usamos como réplicas. Certamente muitos a condenavam, porque né?, lugar de mulher com filho recém parido não era no estádio, mas para minha mãe, que certamente me passou esse amor no seu leite materno, nada a impediria de viver aquele momento com meu pai e com o seu time do coração.

E assim foi nossa vida. Enquanto eu era criança e acompanhava eles, meu passeio semanal era ir ao Olímpico, uma ou duas vezes na semana, dependendo do calendário. Cada um de nós quatro tinha sua almofada para sentarmos na social do velho Casarão. Nós esperávamos o pai, seu Mário, chegar da firma, ele era metalúrgico, já de banho tomado, pra tomarmos café e rumarmos para a Azenha, bairro do Monumental.

Depois, quando cresci um pouco e fiquei adolescente, passei a ir nos jogos com o meu mano, o Sandro, e junto de nossos amigos do bairro e da escola. Às vezes ainda com o pai e a mãe, mas sempre



preferindo ir na Geral com a galera do que ficar sentado na social. Minha veia torcedora já pulsava. Ver a avalanche era algo que me fazia querer correr pra lá...então ir com a “galera” era muito mais emocionante. Ah a avalanche, que saudade!!!

Depois de já adulta descobri que ir aos jogos sozinha era como ir ao cinema sozinha e que poderia sim fazer isso. Então caso eu não conseguisse companhia para o jogo, eu comprava meu ingresso e ninguém me segurava.

Só que aí o choque de realidade veio e eu descobri o quanto eu sentia medo de estar lá muitas vezes. Quantos gatilhos disparavam do nada, com lembranças do meu pai dizendo que eu deveria trocar determinada roupa pra ir ao jogo, aos 10 anos de idade, porque ele “não queria se incomodar”, e eu não entendia bem o porquê, até que um homem passou a mão na minha bunda, e meu pai brigou no estádio. Segundo o patriarcado, por minha culpa, pois afinal eu estava com uma bermuda justa, e num estádio de futebol. Repito, eu tinha 10 anos.

Mas, como tudo na minha vida caminhou para que eu não cedesse ao que a sociedade me impunha, eu enfrentei. Segui meu rumo de torcedora, lidando com os medos que temos em todos os lugares que lutamos por nossa vida, nossa integridade física e emocional, pelo direito de sermos quem quisermos ser. Por respeito.

E foi aí que comecei a me aproximar de meus amigos militantes de partido, de movimentos sociais, contemporâneos do movimento estudantil e provei o gostinho de como era bom estar ali, vivenciando e dividindo aquele amor, que chegava forte em todos nós já que nosso Grêmio lutava e dava sinais de reação à um período de perdas e tristezas para adentrar à um novo ciclo de vitórias e conquistas! O Imortal estava voltando.

Aos poucos, fomos nos juntando, aqui e ali, achando lugares compatíveis com nossas histórias, individuais e coletivas, de luta contra preconceitos, de defesa de nossas cores e de busca por nosso espaço. Estar na Geral, sozinha, porque era assim que eu me

sentia quando a torcida entoava seus cânticos racistas, misóginos e homofóbicos, não era mais compatível com a pessoa que me havia me tornado, lutando contra tudo aquilo também em outros espaços, ou, em todos os espaços que eu ocupava. Era preciso achar um novo ambiente, longe daquilo tudo para que eu ressignificasse a palavra torcer na minha vida.

Eu descobri, depois de muito me cobrar o que eu estava fazendo naquele lugar, que ali, naquelas quase 60 mil cadeiras, havia uma completa representação da sociedade, e que nada se diferenciava dos problemas que eu identificava na vida. Que aquilo ali era um estrato social do nosso Estado, e que a disputa poderia e deveria ser por dentro também.

Descobri que era difícil sim colocar meu short pra ir ao estádio, mas que não era muito diferente da dificuldade que eu tinha para ir na padaria do meu bairro com o mesmo short. Ou que a negativa em ser bem atendida pela ouvidoria de um clube de futebol e sua Arena, num caso de assédio e importunação sexual, que é lei, diga-se de passagem, é igual a que temos quando chegamos numa delegacia e só somos (mal) atendidas por homens, ridicularizadas, muitas vezes, resultando em mais e mais violência. Ou pior ainda, porque nada é mais danoso, cruel e desumano para mim do que isso: ver o racismo ecoando da boca de milhares de torcedores, e saber que nada vai acontecer. Que amanhã ninguém mais vai lembrar”.

Então, com a tomada de consciência, em algum momento, um sopro de empatia e sororidade despertou minha reação.

Naturalmente, naquele período, lembrando que estamos falando da época do Golpe-civil-midiático que o Governo Dilma sofreu em 2016 e do início da retirada de muitas conquistas, e da caminhada para a ascensão do fascismo, homens e mulheres progressistas e de esquerda se uniam de todas as formas.

E essa união nas arquibancadas foi uma válvula propulsora para que nós mulheres nos encontrássemos e nos unificássemos em coletivo feminista, mas em espaços mistos, com nossos companheiros

que caminham ao nosso lado, ao lado da luta dos negros e negras, dos refugiados e refugiadas, das pessoas LGBTQIA+, contra os crimes bárbaros como foi com Marielle e Anderson e tantas outras lutas.

Então, em 2018, se iniciava a formação do Coletivo Elis Vive, coletivo de mulheres gremistas e antifascistas, do qual, retomando nosso contexto nessa participação que são as ações sociais e de lazer, passo a fazer uma análise mais coletiva.

No contexto feminino, a prática do lazer está diretamente associada aos limites que a sociedade machista e patriarcal nos impõe. Ir ao estádio, sozinha ou acompanhada, é puramente lazer, e nem sempre, nós mulheres, temos coragem de enfrentar os obstáculos que se colocam à nossa frente desde o momento que resolvemos ir ao jogo, até a hora de chegar em casa. Muitas desistem. Muitas desistem depois de tentar. Outras nem tentam, afinal, crescemos ouvindo que estádio de futebol não é lugar de mulher.

Então, enquanto mulheres torcedoras, nada mais propositivo para nosso lazer que estar entre as nossas, torcedoras apaixonadas por nosso time que somos, nos reconhecemos num olhar, no nosso escudo e nas nossas cores. Mas nós mulheres vamos além, nos reconhecemos na empatia, na sororidade e na alegria de poder comemorar um gol e abraçar suas companheiras, sem assédio, sem mão na bunda, sem piadinha escrota, sem nada que nos afete. Somente a alegria de torcer entre mulheres e pessoas que nos respeitam.

E estarmos em coletivo, só de mulheres ou mistos, com nossas bandeiras de luta contra todo e qualquer tipo de preconceito, é o que nos possibilita cada vez mais vivenciarmos momentos de lazer no contexto do futebol e do torcer.

Associar o Grêmio e sua história à mulheres como Elis Regina, foi outro grande ponto de formação do nosso coletivo, inclusive com a utilização do nome de nossa pimentinha. E isso se repetiu com mulheres que enfrentam e enfrentaram o patriarcado,

como Elza Soares, Maria Rita, filha da nossa Rainha, Fernanda Lima que usou sua voz contra todo o tipo de preconceito que nós combatemos dentro das arquibancadas, e que nos inspirou a nos unificarmos e lutarmos. Daí nasceram várias mobilizações, shows, palestras, enfim, aí nasceu o Coletivo Elis Vive.

E no âmbito social, a nossa luta é imensa. Ela é diária, eu diria. Enquanto coletivo, dividimos entre nós as coisas que nos atingem, de forma muito individual e peculiar, e quando juntamos as impressões, medos, angústias, percebemos que nada ali é único ou exclusivo e que a sensação de que temos culpa, responsabilidade sobre o que nos acomete, não é uma sensação e sim uma realidade de todas nós.

Eu diria que essa é a primeira grande ação social que nós mulheres produzimos quando estamos juntas. O autocuidado, a proteção mútua, o colocar-se ao lado de lutas que “não são nossas”, mas que são sim!

Nós mulheres feministas gostamos muito de dizer que, mulheres são como água, e que crescem quando se encontram. E a experiência de participar da construção de um coletivo de torcedoras Gremistas antifascistas mostrou a realidade dessa afirmação.

A partir daí, dessa união em torno desse coletivo, para torcer e se sentir seguras, em nossa Arena, ou nos campos onde as Gurias Gremistas jogam, nossas ações passavam a ser nas ruas também, na luta contra reformas que retiravam direitos, contra cortes na educação, pela vida das mulheres, contra as atrocidades do governo fascista daquele que nem devemos mais mencionar o nome, e tantas outras manifestações públicas.

Também ocupamos diversos espaços na rede, podcasts, e até na grande mídia. Mas o principal foi a alegria de, junto das universidades, em especial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, darmos nossa contribuição em debates, programas de TV, seminários e tantos outros eventos que vivenciamos grandes trocas. Inclusive não posso deixar de citar e agradecer ao Gustavo Bandeira

e a Silvana Goelner, pessoas que entregam um trabalho fantástico para quem ama futebol para além das quatro linhas.

Mas também era necessário olhar para o entorno da Arena, para aquele bairro que acolheu nossa casa, nosso Clube. E justamente em casa, é como nos sentimos, quando estamos nas praças do bairro Humaitá ou das vilas Farrapos e Liberdade. A proximidade que se cria com as pessoas da vila, as crianças em especial nos exigem uma troca, uma interação, onde eles recebem de nós o que nos dão: carinho e muito gremismo. E claro, aquela ajuda necessária que nosso povo muitas vezes carece. Ou aquele apoio às mulheres vítimas de todo tipo de violência.

A cultura do patriarcado sempre fez com que nós mulheres fôssemos tratadas como meras acompanhantes de maridos e pais e não como torcedoras. É essa mesma cultura que faz com que mulheres jogadoras de futebol tenham salários inimaginavelmente menores do que os dos homens ou que seus campeonatos não tenham a mínima atenção de seus clubes.

Temos vivido novos tempos em relação a essas questões mais estruturais nos últimos anos, mas não superamos ainda a falta de respeito dentro dos estádios. Cada uma de nós tem o direito de usar a roupa que quiser ou ir sozinha à cancha sem que sejamos abordadas com assédio, piadas machistas ou atitudes violentas.

Ainda há muito o que lutar para que sejamos respeitadas de fato, dentro e fora de campo. Somos torcedoras, radialistas, comentaristas, jogadoras, bandeirinhas, juízas, treinadoras, preparadoras, gandulas e dirigentes que, juntas, devemos exigir a igualdade de direitos e o fim da cultura misógina que só coloca a mulher na posição de musa ou de mulher de torcedor ou jogador.

E é assim, em COLETIVO, que avançaremos. E agora passo a falar um pouco desse coletivo e de sua história.

Vocês devem estar se perguntando o que Elis tem a ver com o Grêmio. Elis era Corintiana? Ou era do tricolor carioca, o Fluminense? E esse debate nasceu ali na mesa quando eu

apresentava. Em todos os lugares que eu conto essa história, desde a criação do Elis Vive, é uma surpresa.

Elis era Gremista.

A seguir, transcrevo a matéria publicada na Revista do Grêmio – Ano XIII – nº42 - Edição Março/Abril de 1968. Os fatos e datas comprovam que, mesmo em trânsito constante, levava o amor pelo Grêmio aos quatro cantos do planeta:

*“Homenagem a Elis Regina*

*Em fevereiro de 1962, a Secretaria do Grêmio recebeu a visita muito alegre de uma jovem que, como boa gremista, desejava associar-se ao Clube de seu coração. Matriculada sob o nº 688, conforme atesta a ficha de inscrição aqui reproduzida, Elis Regina Carvalho Costa, estudante, brasileira, solteira, nascida em 17 de março de 1945, residente na rua Rio Pardo, n 21, no I.A.P.I, recebeu prontamente sua carteira de membro do quadro feminino de sócios.*

*De lá pra cá, Elis Regina fez carreira e hoje é artista consagrada no Novo e no Velho Mundo. Orgulho do Rio Grande do Sul, de modo especial da metrópole gaúcha que a viu nascer e crescer para a glória, sua brilhante e vertiginosa ascensão ao estrelato subtraiu-a à sua terra natal mas não a fez afastar-se dela por muito tempo.*

*No 28 de abril, contratada pela Fôlha da Tarde e pela Rádio Guaíba para comemorar as datas de sua fundação, Elis Regina apresentou-se ao público reprisando o “show” que a consagrou em Paris, em sua recente excursão ao Velho Mundo.*

*A presença da consagrada cantora ensejou ao Grêmio prestar-lhe significativa homenagem através de um artístico cartão de prata com expressiva mensagem do Clube, cuja entrega foi feita pelo Presidente Herminio Bittencourt e pelo Vice-Presidente de Relações Públicas Dr. Sergio Ilha Moreira, conforme mostra o flagrante fotográfico tomado na oportunidade. Na outra foto, Elis Regina exhibe, radiante, a*

*lembrança recebida do GRÊMIO que traduziu sua admiração pela querida conterrânea em nome da Direção e da coletividade gremista.”*

Elis viveu 36 anos e deixou um grande legado na luta pelas liberdades democráticas, das mulheres principalmente, e nesse tempo que vivemos sem ela, com certeza, cada uma de nós lembrou o quanto a luta teria sido mais forte com a presença arrebatadora de suas palavras e atitudes. Quantas de nós, mulheres, teríamos nos sentido mais acolhidas com a presença e a luta de Elis.

A busca por nossos direitos, do nosso lugar no mercado de trabalho, da nossa liberdade de ir e vir onde bem quisermos e da autonomia sobre nossos corpos são algumas das bandeiras que ficaram eternizadas nessa mulher que nos inspiraram.

Nós mulheres estamos morrendo a cada dia pelo mais variado tipo de violência. Psicológica, física e sexual. E quando achávamos que algum avanço se desenhava nas políticas de defesa das mulheres, a realidade nos trouxe um desgoverno, que justamente no período em que menos investiu, nos seus quatro anos, que o número de feminicídios atingiu marcas jamais alcançadas.

Por isso precisamos continuar dando voz para as ideias de Elis e seguirmos firmes na nossa defesa, dando a mão uma pra outra, construindo redes de proteção, formando consciência coletiva e vivendo na diversidade. Vamos continuar girando a roda para que um dia sejamos mesmo livres.

De forma bem concreta, o Coletivo surgiu através da reunião de mulheres gremistas, feministas, antifascistas, antirracistas, que lutam contra todos os tipos de preconceito, como a homofobia, transfobia, lesbofobia, bifobia, capacitismo, enfim, mulheres que ao longo da convivência no estádio e em outros coletivos com esse viés, para que juntas possamos discutir questões importantes no que diz respeito ao nosso direito de ser mulher torcedora, sem machismo, sem misoginia, o que é uma luta que todas nós fazemos na vida, e ali, no estádio, não poderia ser diferente.

Infelizmente, o período de pandemia nos afastou muito. Foram quase dois anos sem irmos aos jogos ou a eventos e manifestações. Algumas de nós até representou o Coletivo em algumas atividades, mas sempre todas nós tivemos muita preocupação com a nossa vida e responsabilidade coletiva, evitando aglomerações que viessem de demandas do coletivo ou do futebol. Conseguimos nesse período participar de muitos debates e lives, que foi a forma encontrada para seguirmos nesse período.

2022 foi o ano da retomada e mesmo com o Grêmio na Série B, muitas sem associação e com dificuldades financeiras, impostas pelo referido período, conseguimos reaglutinar muitas de nós retomando os jogos masculino e feminino, os debates, manifestações, a campanha eleitoral que expurgou os fascistas do planalto e elegeu deputados e deputadas que representam nossas lutas e dessa forma, reafirmando nossa pauta e nosso lugar de torcedora. E 2023 esperamos, seja o ano da virada, da esperança, e de muito mais luta.

E retomando a centralidade de nosso tema: ações sociais e de lazer, trago alguns pontos que conectam nesse emaranhado de sentimentos e construções;

### *Encontro de mulheres de arquibancada*

Em 2018 iniciamos nossa inserção nesse mundo coletivo ampliado, primeiro no Encontro Estadual de Mulheres de Arquibancada, onde torcedores de muitos times do RS participaram, para além de Grêmio e Inter, mostrando o potencial das organizações femininas aqui no Sul.

Depois, em 2019, através de nossa aproximação com o MFA - Movimento Feminino de Arquibancada, podemos ampliar ainda mais nossas relações, com outras torcedores de times de outros estados e construir ações conjuntas, dando voz, umas às outras, e



construindo o Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada, ocorrido em Porto Alegre, onde fomos as anfitriãs, integrando a comissão organizativa.

### *Torcidas Antifascistas Unidas – TAU/BR*

Outra vivência importante nas ações sociais e de luta, foi participar de uma ampla mobilização nacional junto às outras torcidas e coletivos antifascistas em 2018, quando a luta - DITADURA NUNCA MAIS – ganhou as arquibancadas e as ruas, puxadas por nossas organizações. Esse momento inclusive foi fundamental para que nos reconhecêssemos como coletivo para de forma uníssona com outros movimentos feministas nossa voz e nossas pautas ecoasse.

### *Presença constante nas mídias sociais*

Um dos momentos mais marcantes que tivemos em relação ao nosso “sucesso”, foi quando a Folha de São Paulo publicou uma matéria, com foto na esplanada da Arena e com o nosso trapo. Era um sábado, véspera do dia das mães, eu estava na casa de uma das meninas e percebi uma notificação no direct do Coletivo, no Instagram, já que cumpro essa tarefa, e para minha surpresa, era a Maria Rita, dizendo que estava emocionada em saber de nossa existência e que havia recebido a indicação da leitura da matéria num grupo de amigos pela Democracia. Ela me contou que mesmo sendo Corintiana não poderia deixar de saudar nosso movimento e que quando viesse à Porto Alegre gostaria de nos encontrar. A emoção nessa hora de fato havia tomado conta de mim. Finalizamos a conversa, comentando sobre o jogo que seria transmitido pela TV no dia seguinte: Corinthians e Grêmio. Então ela disse: “vou assistir esse jogo, uma homenagem pra ela e pra vocês”.

Meses depois, a promessa se cumpriu e quase uma dezena de nós estivemos no show dela, no Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre. No Camarim, ela vestiu nossa camiseta e registramos esse momento com muita emoção. Elis deveria estar feliz. Não é só futebol!

Mas para além desse momento divino que vivemos, estivemos em muitos programas de TV, rádio, jornal, internet, na maioria das vezes acompanhadas das gurias do Internacional, já que aqui no RS, tudo é Grenal.

Tenho a certeza que essas repercussões foram de grande contribuição para que muitas mulheres se sentissem encorajadas a buscar suas amigas, vestirem suas camisetas e irem em busca de sua paixão. Não só a Gremistas, mas mulheres que amam futebol.

### *A identidade visual, nossos conteúdos, os materiais e nosso trapos*

Um elemento importante para nossa construção foi a elaboração de uma identidade que traz de forma muito forte os dois temas centrais: o Grêmio e as mulheres. Ao utilizarmos a imagem de Elis, nas nossas cores, no símbolo do feminino, aproximamos nossa mensagem das mulheres gremistas que ali se reconheciam.

Fizemos camisetas, bottons, trapos e faixas com frases que demarcam nossas posições. Fizemos o MACHISTÔMETRO, material impresso que apresenta com riqueza de detalhes as situações de machismo e violência que vivenciamos nos estádios e a hora que devemos pedir ajuda.

Também estamos muito presentes nas principais redes sociais, sempre nos aproximando de nossas seguidoras trazendo conteúdos sobre e pautas da conjuntura social e do futebol.

## *Atividades culturais e de confraternização*

Assim como o show que citamos no episódio da Maria Rita, por diversas vezes estivemos juntas para homenagearmos grandes mulheres como Leci Brandão e Elza Soares. Com a Elza tivemos a oportunidade de acompanhar duas vindas. Na primeira, acompanhamos ela ser presenteada por uma bela camisa dada pela direção do Grêmio, com seu nome, além de acompanharmos a premiação dela como Dra. Honóris Causa da UFRGS, quando falou emocionada de Lupicínio Rodrigues, autor do Hino do Grêmio, e seu amor pelo Tricolor. Com o Salão de Atos da UFRGS lotado, ela gritou: “Dale Grêmio”. Será inesquecível pra nós. Esse dia, mas principalmente ela, Elza Soares, a mulher do fim do mundo. Na segunda oportunidade, outra vez no Araújo Viana, estivemos com ela no Camarim. Era 8 de março. Dia Internacional da Mulher. Mais um dos momentos que nosso coração explodia.

E como grande última confraternização antes da pandemia, nos reunimos, a convite do Sarau Manifesto e Poesia para nos fazermos presentes como convidadas, para apresentarmos nosso coletivo. Foi um lindo e significativo Sarau. Foi nossa despedida daquele mundo que ficou pra trás...recitamos a carta que Henfil escreveu a Elis após sua morte. Vocês conhecem essa carta?

## *Futebol Feminino – ELAS SIM*

Quando completamos um ano de existência, realizamos um evento intitulado: ELAS SIM – A realidade do futebol feminino no Brasil, quando recebemos nossa mestra Silvana Goellner que nos ensina sempre o futebol de mulheres, nossa zagueira Roberta, jogadora na época e nossa grade parceira Renata de Medeiros, na época repórter esportiva da Rádio Gaúcha.

Esse tema merece um debate e uma pressão constante nossa sobre o Clube, enquanto torcedoras, para que a modalidade seja respeitada e valorizada. Para que se tenha uma real profissionalização dos quadros técnicos, estrutura completa adequada para as atletas, salários e direitos dignos e um planejamento que não se desfaça a cada troca de treinador ou de gestão.

### *Arquibancada*

E por fim e mais importante nossa presença constante na arquibancada é o grande momento onde o lazer e o social se misturam e nos mantém lá, semanas a fio, seja na Arena com o time principal, seja no Vieirão com as Gurias Gremistas, como carinhosamente nos referimos ao nosso time feminino.

Em nossas vidas o ato do ir ao estádio está presente e nos guia. Seja dia de semana, seja um domingo lindo de sol, estamos lá, com nossa churrasqueira, nossa cantoria, nossa cerveja gelada e nosso amor pelo Tricolor.

E nós, mulheres gremistas, estaremos sempre com o Grêmio, onde o Grêmio estiver.

Carta escrita por Henfil para Elis, uma semana após sua morte.

*Elis,*

*Tudo bem. Nenhuma pista sobre tua morte. Tipo crime perfeito. Precisa ver. Os perplexos seguem as pegadas numa tal fama assassina que devora seus filhos. Os nascidos nos anos 40 já acham que tá passando um flautista, convocando a geração "da gente" (Ri! Ri! Ri!). Os legistas shibatam tuas vísceras à cata de comprimidos e tóxicos.*

*Tu despistou todo mundo.*

*Mas eu, eu encontrei a caixa-preta. E vou abrir:*

*Nós homens te matamos, mulher.  
Você dobrou tua voz e venceu. Dobrou teus negócios e venceu. Dobrou tua consciência política e venceu.  
Quis ser mulher livre e perdeu...  
Nós homens te exigimos alta, linda e gostosa. Nós homens te espancamos a murros e pontapés uma, duas, de dez vezes.  
Nós homens te obrigamos a lavar roupa e cozinhar pra nos sustentar. Nós homens te forçamos a se humilhar diante do teu povo, cantando de joelhos o hino nacional. Aí, nós homens, sem perguntar, te enterramos no cemitério dos mortos-vivos do Caboco. Mamadô. Nós homens te exibimos em churrascarias. Nós homens te vestimos de azul, vermelho, branco, roxo, amarelo, preto e cortamos teu cabelo curtim feito Joana d'Arc.  
E você só queria namorar nós homens.  
Mas nós homens não conseguimos namorar uma mulher livre.  
Perplexos, quarentões e médicos-legistas!  
Podem suspender as diligências.  
Tá na caixa-preta: fomos nós, homens.  
Henfil Sreet  
27.1.1982*

Elis Vive!



## QUEM PODE NÃO SE ORGANIZAR PARA TORCER? CONSIDERAÇÕES SOBRE TORCER, POLÍTICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

*Marina de Mattos Dantas*

Chegar quase ao final de um evento com a responsabilidade de falar sobre torcidas organizadas, movimentos e coletivos de torcedores em seus aspectos políticos é um desafio um tanto quanto interessante, ainda mais somado à responsabilidade de “jogar em casa”, compondo o grupo que também organizou esse momento.<sup>1</sup> E por compor o grupo, ainda que seja uma fala em primeira pessoa, ela é permeada pelas ações e produções do GEFuT, não representando uma unidade, mas uma linha que compõe esse coletivo de pesquisadores e pesquisadoras.

No que toca às singularidades possíveis do meu encontro com esse grupo, para produzir essas considerações na mesa *Torcidas organizadas, movimentos e coletivos de torcedores como agentes construtores do debate político social brasileiro*, elegi a produção de subjetividade como ponto de partida da conversa que se passa pelos entremeios dessa constituição grupal, embora essa produção subjetiva não tenha início e nem fim definitivos. Fiz o percurso

---

1. GEFuT – Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas.

que esse evento me ofereceu nas mesas que propiciaram conversas que agregavam perspectivas diversas sobre a temática principal na relação com as ações sociais e de lazer e com a academia e que, inevitavelmente, a todo instante traziam questões também, políticas, pois esse elemento é indissociável dos modos como vivemos, nos relacionamos e produzimos coletivos, coletividades. De modo que, ao chegar nessa quarta e penúltima mesa do evento, muito do que eu pretendia dizer, já havia sido contemplado nos momentos anteriores. Então me restou resgatar desses momentos anteriores, algumas linhas, para dar continuidade às multiplicidades de olhares sobre esse campo de estudo do torcer, das torcidas organizadas, dos torcedores e torcedoras, guiada pela seguinte questão: como constituímos modos de torcer na relação consigo e com os outros e como esses modos de torcer produzem mudanças?

Certamente, como sinalizei anteriormente, não é uma resposta totalizador essa questão que ofereço, mas elementos para pensarmos juntos nos modos como esses agrupamentos vivenciam a política e como essas vivências impactam na sociedade, incluindo os impactos que as diferenças entre esses modos de torcer coletivizados operam uns sobre os outros.

Dito isso, este texto não consiste numa reprodução fiel da fala do evento, mas uma continuidade das discussões convergidas naquele novembro de 2022, e um ensaio a partir de 13 anos de GEFuT. Pensando que em um grupo de pesquisa o processo desta se dá em continuidade, é importante, de tempos em tempos, produzir pausas e pensar sobre o que se tem feito. Afinal, ciência se faz no meio do caminho e no caminhar constante, com certa consistência, e não somente nos resultados finais de pesquisas sistematizadas com início, meio e fim, que criam um efeito de totalização, de universalidade sobre uma área ou um conjunto de conhecimentos.

A respeito da temática específica da mesa, é comum que as discussões sobre o pensamento político brasileiro se passe por referenciais acadêmicos. Na construção do saber cotidiano, a palavra *política* está fortemente associada a sua expressão institucional e



partidária. Sobre essa última, ao menos desde as eleições de 2018, o termo *polarização* vem sendo amplamente utilizado para situar posicionamentos políticos divergentes que emergem nos embates entre defesas de modos diferentes de se organizar, de viver e de estar no mundo.

Contudo, a polarização não é um fato. É uma forma de leitura dessa realidade política, que, para existir, simplifica meandros importantes das relações entre as pessoas, mesmo quando consideramos somente os aspectos institucionais destas. Os grandes conglomerados de comunicação, ao mesmo tempo que criticam a polarização política, fomentam essa polêmica, as rivalidades, o embate, uma vez que a produção de notícias e o modo como essas são veiculadas não são uma mera reprodução da realidade, mas mobilizam as linhas que a compõem.

Quando pensamos a polarização política a partir dos mapas de votação compostos pelos números de votos de cada zona eleitoral, bairro, cidade, estado, região, operamos um olhar muito afastado dessa realidade política, que, embora, nos permita algumas reflexões, pensamentos, não passa de um retrato em linhas estáveis de uma escolha momentânea motivada por elementos afetivos e racionais que, em muitos casos, possivelmente, nada se passe pela expectativa da resolução de problemas cotidianos enfrentados pelas pessoas. No meio acadêmico, há quem diga que essa polarização existe, há quem diga que não. Em suma, esse mapa simplificado não nos dá acesso a uma diversidade de problemáticas cotidianas que atravessam os corpos das pessoas.

Para ter acesso a isso, é preciso recorrer a outros tipos de mapas. Ou, minimamente, dar um zoom no azul e no vermelho<sup>2</sup> desses polos para perceber que mesmo nessas cores aparentemente tão bem definidas há nuances, matizes diferentes, múltiplas perspectivas políticas e regimes de produção de verdades. É preciso

---

2. Cores que corriqueiramente representam a direita e a esquerda.

prestar atenção a outros pontos, linhas, sinuosidades que o decalque do mapa não nos revela.

Partindo de estudos cognitivos sobre a atenção, Kastrupp (2007, 2009) especifica quatro momentos da atenção do cartógrafo, diferenciando a produção sistemática de dados da atenção a um campo estudado, conduzindo-se por ele por uma atenção mais móvel e flutuante do que cortando-o seletivamente: O *rastreo* não é uma busca sistemática de informações, mas se caracteriza pela varredura do campo estudado, sem procurar apreendê-lo, aceitando e lidando com sua mobilidade, variedade, localizando pistas e as “mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo” (Kastrup 2007, p. 18); O *toque* é o momento em que algo neste campo se destaca, ganha relevo no conjunto e desperta a atenção, torna-se notado. Não tem momento para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade; O *pouso* é um momento de “zoom”, de foco e formação de um território, no qual o campo de atenção se reconfigura; Por último, o *reconhecimento atento* é um momento de interseção entre a percepção e a memória, de destacar os contornos singulares do processo acompanhado.

De modo similar como a polarização político-partidária é pensada, é possível pensar também os estádios e o torcer. Quando olhamos de longe as arquibancadas, vemos um “quadro impressionista”, “*pixels*”, pontilhados do que chamamos e reconhecemos pelo o que nos é apresentado nos estádios ou pela televisão de torcidas. É preciso o exercício de ampliar o foco, dar um zoom, voltar a atenção e distanciar-se para pensar, para reconhecer nesses *pixels* a diversidades de modos de se organizar, compor e de viver como torcidas, torcedores/as, para além das generalizações que fazemos a partir de estereótipos.

É um movimento parecido com esse que faço neste capítulo ao trazer essas considerações sobre torcer, política e produção de subjetividade – o de aproximar-se a afastar-se de alguns momentos e acontecimentos.

Para começar e retomando o que foi dito no início, a subjetividade, como compreendida aqui, “não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (Guattari e Rolnik 1996, p. 31). Nesse sentido, ela é matéria prima de toda produção e não prescinde de uma concreitude dos corpos para ser produzida.

Caminhos divergentes, mesmo no campo da psicologia, tentam dar conta da noção de subjetividade. alguns deles entendendo a identidade como elemento central e articulador das experiências subjetivas, outros desviando-se do termo.<sup>3</sup> Embora não possua um sentido único, a identidade é aquilo que permite alguém afirmar que é algo, expressar uma percepção de pertencimento, de vínculos e, ao mesmo tempo, uma unicidade. Constituída no embate entre a igualdade e a diferença, expressa aquilo que se é entre continuidades e descontinuidades.

A noção de *devenir*, trabalhada por Deleuze e Guattari (2010), produziu ruídos nas estabilizações de certezas identitárias, colocando foco nas potencialidades de um vir a ser. Antes mesmo dos franceses, Frantz Fanon (2020)<sup>4</sup> falava sobre uma *zona de não ser*: “Há uma zona de não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, de onde pode brotar uma aparição autêntica. Na maior parte dos casos, o negro não goza da regalia de empreender essa descida ao verdadeiro inferno” (Fanon 2020, p. 22).

---

3. Refaço aqui um movimento de polarização sobre algo no qual, se ampliarmos o foco, notamos muitos matizes diferentes.

4. *Pele negra, máscara brancas*, obra inaugural de Fanon, foi publicada em 1952.

Para o autor, o *não ser* é a condição humana. Aquele que não é, é livre para ser o que quiser, pois não existe uma essência naturalizada que o define (FAUSTINO, 2015). Dessa forma, o homem branco é o padrão da humanidade, ou melhor, criou a humanidade a sua imagem e semelhança, racializando os demais em oposição a si mesmo, colocando-se em lugar de superioridade.

Nos corpos racializados (e também nos generificados) há uma fixação de lugares, uma identidade imposta da qual é difícil se desvencilhar e pela qual se passa a inscrição desses sujeitos no mundo pelo racismo, por essa violência fundante, a partir da qual o sujeito negro se apropria dessa identidade a subverte (Faustino 2015).

A *zona de não ser* é negada ao homem negro e a reivindicação para habitá-la emerge na recusa das características imputadas pelo racismo. Segundo adverte Faustino (Faustino 2015, p. 85), “O que interessa, portanto, não é provar que o negro é igual ao branco, mas libertar ambos dos complexos coloniais que os forjaram, libertando o branco de sua brancura e o negro de sua negrura, desfazendo, assim, o duplo narcisismo colonial” que originam, entre outros elementos, a centralidade branca e a periferia negra nessa humanidade.

De modo semelhante, as torcidas organizadas podem ser pensadas como uma das periferias do futebol. “[...] mais do que aspectos puramente ligados à distância do centro geográfico, as periferias são caracterizadas por processos de opressão para diversas vidas em territórios de existência rural, urbano, rurano ou do campo, da floresta e das águas” (Miranda e Félix-Silva 2022, p. 5). Embora integradas ao espetáculo, produzem movimentos de um “fora do seu centro”<sup>5</sup> afirmando as suas existências, resistindo ao que no futebol insiste em prescrever as suas condutas com base em um torcedor ideal que, dentre outros elementos, é formado por

---

5. Não posso deixar de mencionar que as organizadas não são pensadas por mim como homogêneas e nem como linhas de pura resistência a esse futebol normativo.

sua brancura forjada numa produção capitalística neoliberal que inscreve nos corpos torcedores o consumo e o individualismo como prioridade na relação de torcedores e torcedoras com o futebol e com o mundo.

Nessa noção de periferia, encontramos as representações sobre torcedores organizados como os enunciados na experiência de Esther:<sup>6</sup>

As pessoas, geralmente, me perguntam se sou de torcida. O pessoal olha e começa a conversar e falar, como o porteiro da empresa onde trabalho: que eu não tenho cara de ser de torcida organizada. Aí eu falei, por quê? Você acha que todo mundo de torcida usa droga e briga com os outros na rua? (Esther, 20 anos, 28/01/2022)

Torcedor organizado tem “cara” e, geralmente, não é de torcedora.

Levando-se em consideração o exposto até o momento, quem são os torcedores e torcedoras que podem não ser (identitário)? Quem é o torcedor ou torcedora que pode habitar tranquilamente uma *zona de não ser*, de potencialidades? Quem pode não se organizar coletivamente para assistir um jogo? Ir sozinha ao estádio sem ser incomodado, sem sofrer violências por seu modo de ser e estar no mundo? Quem é o torcedor que pode “separar” a política do futebol? Não são perguntas simples essas, e, como disse anteriormente, não se pretende aqui oferecer respostas fáceis para questões complexas, mas sim instigar-nos a pensar sobre esse assunto.

Ainda que eu possa estar recorrendo no erro de estar utilizando o Fanon de maneira pontual segundo os meus propósitos, penso que a problemática apontada pelo autor em relação ao homem negro possa ser utilizada para pensar os grupos de torcedores,

---

6. Presidente do Grêmio Recreativo Esportivo Social e Cultural Torcida Organizada China Azul, do Cruzeiro Esporte Clube.

sejam estas torcidas organizadas, coletivos ou movimentos, pois estes, apesar de suas particularidades, se formam também a partir de modos de existência invisibilizados na condução de um futebol branco, neoliberal, cisheteronormativo e patriarcal, que também vão atravessar as suas próprias dinâmicas como grupos de torcedores.

Sobretudo as torcidas organizadas são marcadas por estereótipos dos quais é difícil se desvencilhar. Esteriótipos estes que estão atrelados a violência, a condição periférica, e a própria condição do homem negro que também compõe as suas torcidas. Apesar disso, mesmo as organizadas tentam, algumas delas, em algumas situações, se desvencilhar da condição política que marca suas coletividades. Obviamente, não é somente entre torcedores organizados e os ditos *torcedores comuns*, que hierarquias baseadas em diferenças se estabelecem. Afinal, esses grupos possuem as suas diferenças, seus conflitos, e estão longe de ser uma massa homogênea tal qual as representações midiáticas sobre estes, via de regra, tentam imputar.

O lugar de neutralidade política, nesse sentido, ainda que por vezes evocado, é impossível. Para demonstrar algo dessa impossibilidade, resgatemos alguns acontecimentos envolvendo torcidas organizadas do Clube Atlético Mineiro<sup>7</sup> nos últimos seis anos com o objetivo de compreender algumas nuances de seus posicionamentos. Essa sequência de acontecimentos, embora não relacionados diretamente uns aos outros e relativamente distanciados no tempo de suas ocorrências, podem ser analisadores na compreensão de alguns movimentos que emergem nas ações de torcidas organizadas.

---

7. Por motivos geográficos, acadêmicos e clubísticos, os acontecimentos envolvendo o Clube Atlético Mineiro tornaram-se mais facilmente campo de minha atenção nesses últimos seis anos.

## *Unidos pelo Galo e não por posições políticas*

No ano de 2016, após o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e do vice-presidente Michel Temer ter assumido o governo do Brasil, torcedoras e torcedores do Clube Atlético Mineiro driblaram os seguranças do estádio Mineirão e entraram com camisas estampadas com letras que juntas escreviam *Fora Temer* e *Globo Golpista*, na partida da décima segunda rodada do Campeonato Brasileiro daquele ano, contra o Botafogo. Naquele e em outros jogos, a faixa *Lutar, lutar, lutar... Temer jamais se fazia presente* com frequência por aquela ocasião.

As ações ocorreram em meio a muitos protestos suscitados pelo processo de *impeachment*, também em outros momentos no futebol, e geraram repercussão em mídias alternativas e redes sociais digitais. A notícia desse acontecimento específico e de outros que o seguiram gerou um posicionamento de torcidas organizadas componentes da Associação de Torcidas Organizadas Unidos pelo Galo nas redes sociais:

O movimento UNIDOS PELO GALO vem esclarecer que não tem nenhuma relação com os protestos políticos que vem sendo realizados nos estádios nos últimos jogos do Clube.

Nas torcidas organizadas existem pessoas de todos os grupos políticos e por isso respeitamos as opiniões de todos. Porém, dentro dos estádios, entendemos que nosso papel é exclusivamente de apoiar o Galo!

Somos UNIDOS PELO GALO, não por posições políticas. (Associação de Torcidas Organizadas Unidos pelo Galo, 04 de julho de 2016. Destaques dos autores da nota)<sup>8</sup>

---

8. Para ver a postagem, acesse: <https://www.instagram.com/p/BHcokeMjb-DZ/>.

A mensagem acompanhava uma imagem que dizia “*Nem Dilma, nem Temer, nem Aécio e nem Globo. Dentro do estádio vamos apoiar o Galo. Somos Galo!*”, acompanhada do escudo do clube em tamanho maior que o símbolo das onze torcidas organizadas que assinavam os dizeres,<sup>9</sup> indicando que o pertencimento clubístico deveria se sobrepor aos pertencimentos e escolhas partidárias.<sup>10</sup>

Cerca de quatro meses antes, a mesma associação de torcidas organizadas do Atlético Mineiro publicou no *Instagram* apoio à marca patrocinadora fornecedora de materiais esportivos para o clube em um controverso desfile que apresentava poucas opções de roupas em modelagem que contemplavam as torcedoras, mas apresentava um conceito considerado demasiadamente sexualizado de corpos de mulheres brancas e negras. O apoio da Unidos pelo Galo foi suscitado pela reação de torcedoras do clube que repudiaram o desfile promovido pela marca de materiais esportivos junto ao Atlético.

Não é possível precisar se de modo mais ou menos consciente, mas a associação de torcidas que se posicionava na internet contra posicionamentos políticos (partidários) associados à imagem de suas torcidas, expressava os seus próprios vieses políticos que se constituíam nesses atos (e que sempre estiveram presentes no futebol).

### *Galoucura e Crise do Diesel*

Dois anos após os episódios anteriores, em 2018, mais um ano eleitoral, ainda durante o governo Temer, a Torcida Organizada Galoucura,<sup>11</sup> dessa vez em iniciativa solo, apoiou a greve de caminhoneiros que ficou conhecida como Crise do Diesel. Essa

---

9. Galoucura, Fúria Alvinegra, Dragões da FAO (Força Atleticana de Ocupação), TSG – Torcida Sempre Galo, Galo Metal, Força Jovem Atleticana, Grêmio Recreativo Social e Cultural Embaixadores do Galo, Camisa 13, Movimento 105 Minutos, Torcida Uniformizada do Atlético, Esquadrão Atleticano e Motogalo.

10. Uma expressão da política e que aqui se confunde com a política em seu sentido lato.

11. A maior e mais notória torcida do Atlético.



greve reverberava ainda as discussões que levaram ao impeachment de Dilma e vinha no embalo dos protestos contra a corrupção. A greve durou dez dias, entre os dias 21 e 30 de maio de 2018.

Em uma postagem na página da torcida no *Facebook*,<sup>12</sup> três dias após o início da paralisação, aparecia uma postagem de dois pulgões, símbolos da torcida, cada um com uma bandeira de Minas Gerais hasteada, atrás de três caminhões, abaixo dos seguintes dizeres: “*Sem os caminhões o Brasil para. Nós não roubamos a Petrobrás. Essa conta não é nossa!*”, grafada em letras maiúsculas. A imagem estava acompanhada do seguinte texto:

A greve dos motoristas representa um sentimento, que há muito tempo a população brasileira tem, o descontentamento com tanta coisa errada que acontece no nosso país, uma delas esse absurdo cobrado nos nossos combustíveis.

A torcida organizada Galoucura, apoia totalmente a greve nacional dos caminhoneiros. A população de bem, não pode PAGAR, e ter que ARCAR com uma CONTA, que não é dela.

‘SEM OS CAMINHÕES O BRASIL PARA, NÓS NÃO ROUBAMOS A PETROBRAS, ESSA CONTA NÃO É NOSSA’  
(Torcida Organizada Galoucura, 24 de maio de 2018. Destaques dos autores da nota)<sup>13</sup>

No dia seguinte, a Torcida Organizada Os Fanáticos, do então Clube Atlético Paranaense, também manifestou apoio à greve. Embora uma possa ter inspirado a outra, provavelmente as ações não estavam associadas, pois na ocasião a torcida do Atlético Paranaense era aliada à Máfia Azul, do Cruzeiro Esporte Clube.

Não sabemos as motivações das torcidas, mas, se anteriormente o posicionamento político de torcedores diversos

---

12. Rede social digital bastante utilizada na época.

13. Para ver a postagem, acesse: <https://pt-br.facebook.com/GaloucuraOficial/photos/a-greve-dos-motoristas-representa/1792472117475997/>.

incomodava a organizada, agora, embora sem assumir um partidarismo, a Galoucura se colocava publicamente diante de um problema político “não futebolístico” que, inclusive, poderia interferir nas rodadas seguintes do Campeonato Brasileiro de 2018, ainda em início.

### *Protestos antifascistas de 2020*

Mais dois anos se passaram, e chegamos em 2020, em meio à pandemia de Covid-19, cerca de dois meses depois de seu início,<sup>14</sup> quando a sensação de muitos era a de que a pandemia já durava uma eternidade e a má condução da situação pelo presidente Jair Bolsonaro, que, embora ignorando as questões sanitárias e sociais da pandemia, seguia reverenciado nas ruas por um pequeno contingente de manifestantes que aplaudiam a sua oposição ao *lockdown*<sup>15</sup> e outras medidas protetivas, fez muitas pessoas saírem de casa numa postura de enfrentamento àquela situação.

Em meio às discussões na internet sobre ir ou não ir às ruas, grupos de torcedores antifascistas em São Paulo deram o “pontapé inicial” aos atos aos quais se juntaram posteriormente outros movimentos sociais e sindicais. Em Minas, torcidas antifascistas (coletivos e organizadas) também se encontraram em manifestações. As organizadas mais tradicionais, no entanto, apesar das ações sociais constantes nas ruas, não interrompidas durante o período da pandemia, não participaram coletivamente das manifestações.

A Galoucura divulgou uma nota oficial dizendo não ter relação com os protestos pró ou contra o governo Bolsonaro e

---

14. A pandemia foi declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e as manifestações começaram em 31 de maio de 2020.

15. Medida de restrição de circulação adotada por vários estados brasileiros e também por outros países.

que os integrantes do grupo possuíam posicionamentos diversos. Diferentemente das situações anteriores, essa nota transmitia a preocupação da torcida de não ser cooptada por grupos político-partidários, defendendo valores que se passavam pela Constituição Federal de 1988 e pelo termo *humanidade*.<sup>16</sup>

Comentando essa postagem no Instagram, a Resistência Alvinegra, uma torcida organizada e antifascista do Atlético que protagonizou esta e outras manifestações contra o governo Bolsonaro, e também participou de ações sociais conjuntas com a Galoucura e outras torcidas que aconteciam intensamente durante aquele momento, ressaltava que os integrantes da Galoucura que quisessem participar das manifestações, deveriam fazer sem vestir a camisa da referida organizada.

### *Tropa do Fura Bloqueio*

Encerrando essa série de acontecimentos que nos ajudam a compor linhas de um mapa de posicionamentos políticos (que não começam e nem se encerram com esse texto), a Tropa do Fura Bloqueio, protagonizada pela mesma Galoucura<sup>17</sup> que apoiou as manifestações passadas dos caminhoneiros e que se recusou a participar dos protestos de 2020, chamou a atenção da opinião pública ao iniciar a abertura de estradas fechadas desde a divulgação do resultado das eleições.<sup>18</sup> O bloqueio das rodovias foi iniciado por

---

16. Para ver a postagem, acesse: <https://www.instagram.com/p/CA-fnXr-nOHU/?igshid=ZmRlMzRkMDU%3D>.

17. Lembrando o já dito anteriormente, embora uma mesma torcida, é preciso considerar sua heterogeneidade, bem como suas trocas de diretoria.

18. Os torcedores estavam a caminho da cidade de São Paulo para o jogo da 35ª rodada do Campeonato Brasileiro de 2022 e retiraram pneus em chamas de um dos bloqueios que impediam a passagem de outros veículos na Rodovia Fernão Dias.

caminhoneiros e, posteriormente, por outras pessoas que também se recusavam a aceitar a derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, ocorridas havia um pouco mais de dois dias. A ação repercutiu o país afora e outras torcidas organizadas e também as antifascistas (organizadas e coletivos) começaram a ir às ruas novamente com o propósito de desobstruir as estradas.

Chamava a atenção nos vídeos que circulavam pela internet nas redes sociais<sup>19</sup> que as torcidas estigmatizadas pelos grupos que organizam combates corporais e pelos momentos de briga apareciam nos jornais como grandes defensoras da democracia representativa. Enquanto isso, a diretoria da Galoucura preocupava-se em publicizar a mensagem de que a ação era motivada pelo desejo de ver o Galo jogar.

### *Quem pode não se organizar para torcer?*

Longe de pretender totalizar as intenções de torcidas ou cobrar delas coerências, essa série de acontecimentos analisadores condensam processos e nos fornecem pistas para desvelar práticas sobre como estas, tenham consciência ou não os seus integrantes e líderes, estão se posicionando o tempo todo sobre o futebol e a vida. E que esses posicionamentos, por vezes, são evocados, e não opcionais, como pode parecer ao narrarmos os acontecimentos. Sobretudo não são opcionais quando se está impedido ou impedida de habitar uma *zona de não ser*, de potencialidades, de possibilidades. Quando compulsoriamente se é negro, mulher ou qualquer existencia que desvie de alguma forma das normas, do convencionalizado “normal” no torcer.

Por mais que não se goste ou não se queira saber sobre futebol ou sobre as torcidas organizadas, o que é político também as perpassa e recebe as suas marcas. Da mesma forma, agrupamentos

---

19. Para ver o vídeo, acesse: [https://www.youtube.com/watch?v=tIL-pmkUMHx0&ab\\_channel=M%C3%ADdiaNINJA](https://www.youtube.com/watch?v=tIL-pmkUMHx0&ab_channel=M%C3%ADdiaNINJA).

com princípios diferentes das organizadas mais tradicionais, não passam incólumes às influências uns dos outros. Por mais que não absorvam totalmente as novas referências, é possível notar mudanças.

Pensando nisso, retomo outro trecho da entrevista com a Esther:

Nem eu e nem nenhuma integrante da China Azul podemos reclamar do Cabritinho<sup>20</sup> como uma pessoa machista, nem nada. Porque tudo que ele sempre pregou foi não barrar as pessoas pelo gênero. Um exemplo, é a mulher dele que é porra louca e ele não consegue barrar de ir aos jogos. Por isso, ele teve que entender que não adianta ele barrar as meninas de fora, sendo que a mulher dele vai bater de frente com ele. Obviamente, que ele tem 20 anos de caminhada e se você parar, pensar, o que acontecia antes era bem diferente de hoje. Quando a gente era da Máfia, mulher não podia ir para jogo contra o Vasco em São Januário porque é perigoso e mulher não ia. Ele tentou fazer isso aqui uma vez e não deu muito certo. A minha Mãe foi e disse que ia com ou sem a torcida. Então ele deu uma virada de chave e entendeu que as mulheres estão ganhando espaço, até mesmo a questão do encontro de mulheres [de arquibancada] foi fantástico para ele poder entender isso. Querendo ou não, as pessoas associam a mulher no estádio para poder conquistar homem. Gente, tem muito mais coisa para fazer do que ir no futebol para conquistar homem, a gente lá está querendo homem no nosso pé para encher o saco? Foi legal que a gente o fez mudar a cabeça e ele nos deu essa autoridade para poder fazer o que a gente queria. No início da presidência dele, nós tínhamos as ideias e passávamos para ele e ele pegava, absorvia e remoía as ideias. Ele sempre foi muito colaborativo, gostou da nossa presença para poder ajudar e fortalecer a torcida. Então, assim, a imagem do Cabritinho de uns tempos para trás

---

20. Cabritinho é o ex-presidente da torcida e pai de Esther.

é de confiança nos integrantes e, principalmente, nas meninas porque nós trabalhamos e ganhamos nosso espaço na torcida. E com isso, a gente consegue atrair outras meninas na torcida e permitir com que elas também tenham o espaço delas no futebol. (Esther, 20 anos, 28/01/2022).

Esse trecho da entrevista sintetiza uma longa caminhada de mudanças internas de uma torcida sob o olhar de Esther, presidente da Torcida Organizada China Azul. E também nos oferece pistas de que a produção de subjetividade não é capaz de manter-se refratária às mudanças históricas e sociais em curso.

Embora, em alguns momentos, torcedores organizados afirmem que novos tipos de agrupamentos de torcedores, como coletivos e outros movimentos, não têm importância ou suas ações não tenham um impacto real no torcer cotidiano, sobretudo dentro das torcidas organizadas mais tradicionais, é notório que os questionamentos e reivindicações desses novos movimentos e coletivos reverberam nos modos de organizar de torcidas, até mesmo das mais tradicionais.

Essa indissociação entre futebol e política só parece ser percebida pela opinião pública quando ela não é (politicamente) conveniente a quem a repara. Por aqueles e aquelas que não são convocados pela vida, de alguma forma, a se organizar em busca da efetivação de seus direitos (pois já tem acesso a estes).

Quem pode não ser torcedor organizado é aquele que tem as normas sociais jogando a seu favor. Ao mesmo tempo, as formas como se organizam e às suas demandas divergem e ressoam nas relações entre os próprios coletivos, torcidas organizadas e movimentos, e entre os sujeitos que habitam esses territórios existenciais, uma vez que torcedores diversos participam, por vezes, de mais de um desses grupos, frequentam estádios e bares, e se “esbarram” ainda que em caminhadas diferentes. A pergunta sobre como constituímos modos de torcer na relação consigo e com os outros e como esses modos de torcer produzem mudanças continua e sempre continuará em aberto. E novos modos de se organizar também emergem dessas relações.

## Referências

- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- ENTREVISTA com Esther dos Santos Pereira, 28 de janeiro de 2022. Concedida a Marina de Mattos Dantas. 1 arquivo. mp3 (60 min).
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. “*Por que Fanon? Por que agora?*”: *Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- KASTRUP, Virgínia. “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, in: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana (orgs.) *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- KASTRUP, Virgínia. “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo.” *Psicologia & Sociedade*, 19(1), pp. 15-22, jan/abr. 2007.
- MIRANDA, Deivison Warlla e FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir. “Subjetividades periféricas e descolonização da clínica.” *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 42, pp. 1-12, 2022





## ACÇÃO POLÍTICA E FUTEBOL: APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS ORGANIZATIVAS DOS TORCEDORES

*Irlan Simões Santos*

Esse ensaio traz as reflexões apresentadas na mesa de encerramento “Políticas públicas para o futebol – o lugar das Torcidas” do IV Simpósio Internacional – Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer, realizado pelo Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GeFuT), e é baseado em dados e leituras oriundas da pesquisa que resultou na tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Com o título *O Clube no século XXI e o fator “supporter”*: estudos sobre poder, negócio e comunidade no futebol-espetáculo, a tese se dedicou, dentre outras questões, a um esforço de observação comparativa das experiências organizativas de torcedores em diversos países, elaborando empreitadas teóricas e buscando estabelecer pontos de conexão e distinção entre essas organizações de acordo com os seus formatos, com as constituições históricas dos clubes aos quais estão vinculadas e com os elementos particulares observados na cultura torcedora de cada localidade.

O fator “supporter”, conceito elaborado ao longo da tese, busca destacar os elementos constitutivos desse torcedor ativo, que se engaja politicamente com pautas relacionadas aos seus clubes, aos seus estádios e ao futebol como um todo. Ainda que sem a pretensão de “tipificar” as formas do torcer, esse conceito serve como uma identificação do torcedor que se articula em organizações coletivas para dar maior visibilidade às suas pautas, para incitar a ação de outros torcedores, para interferir na agenda pública e para promover manifestações nos estádios, nas ruas e/ou através das redes.

Essa longa introdução tem o intuito de contextualizar como a tese defendida poucos meses antes do Simpósio, em julho de 2022, não apenas dialogava frontalmente com as temáticas destacadas para o evento e para a mesa de encerramento, mas como também tinham na própria entidade convidada para dividir a mesa – a Associação Nacional das Torcidas Organizadas (Anatorg) –, um exemplo concreto de organização social que compunha o amplo corpus do objeto da pesquisa. Representada na ocasião por Alex Minduín, a Anatorg constitui um tipo específico de organização de representação de torcedores – especialmente os “torcedores organizados brasileiros” –, que busca intervir e contribuir com as discussões pertinentes a temas caros ao segmento.

Apesar de tratar-se de um tipo particular dentro de um amplo conjunto de organizações existentes e possíveis de torcedores, é possível afirmar que a Anatorg está alinhada a um fenômeno generalizado de criação de organizações que compõem um potencial “movimento social” internacional. Aqui, não nos referimos apenas aos “torcedores organizados” e aos seus congêneres em outras localidades (*ultras* europeus ou *barras* latino-americanos), mas também a outras muitas formas organizativas de torcedores que não estão apenas vinculados aos tradicionais grupos promotores das festas nas arquibancadas (ainda que muitas vezes também estejam).

A particularidade dos torcedores organizados foi devidamente apresentada e discutida na fala de Alex Minduín, o que me permitiu dedicar a exposição à abordagem dos agrupamentos de torcedores de

um mesmo clube e suas respectivas pautas e suas eventuais conexões a nível nacional. Nesse sentido, destacam-se aquelas organizações que se dedicam a disputar, em um sentido mais amplo, sobre o que significam os seus clubes e quais os rumos devem seguir; ou que também buscam disputar as formas como os estádios se organizam, como se dão as políticas de acesso e de precificação dos ingressos, como se aplicam e se elaboram as normas de segurança e como essas impactam nas formas do torcer.

O enfoque ao tema “políticas públicas para o futebol”, que deu nome à mesa que resulta nesse artigo, foi dado especialmente à importância de se refletir sobre essas organizações em sentido mais profundo. Defende-se, ao exemplo do que é praticado em outros países, que é necessário dar atenção à potencialidade que essas experiências possuem no exercício da própria ideia de sociedade civil, pois são representativas de um segmento social volumoso e de grande relevância nos principais centros urbanos do país.

Movimentos de torcedores não devem ser vistos como uma questão menor dentro do universo do futebol de espetáculo, mas como uma forma expressiva de organização social que se dedica a pensar e reivindicar o futebol como patrimônio cultural, os estádios como espaços populares, os clubes como instituições históricas a serem preservadas e que, em alguma medida, são questionadoras das lógicas de expropriação do comum. É sob essa leitura que a noção de “política pública” pode ser pensada a partir de formas de incentivo, promoção, apoio e respaldo às legítimas organizações de torcedores e às suas reivindicações.

Desse modo, o artigo estará dividido em três partes. No primeiro momento, vai expor como essas organizações se dão em sentido histórico e como suas bandeiras se constituem de forma tão semelhante em realidades e tipos de clubes tão distintos. Em seguida, de forma mais direta, trabalhará com exemplos concretos de organizações de torcedores em alguns países, observando essas distinções e aproximações. Por fim, refletirá sobre a realidade brasileira e como essas organizações são necessárias e até urgentes

para a realidade dos clubes e dos estádios locais em um contexto de futebol globalizado e hipermercantilizado.

### *Razões para a ação torcedora*

São diversas as formas de organização política dos torcedores na atualidade, surgidas principalmente a partir da década de 1990, após a virada histórica que inaugura um processo de mercantilização mais agressivo do futebol: a transformação dos clubes em empresas com donos, a modernização dos estádios para adequação ao conceito de “arenas multiuso” e, por fim, a consequente “clientelização” do torcedor de futebol e suas implicações. De um modo geral, é possível dizer que essas organizações surgem como resultado das contradições decorrentes dessas ofensivas mercantilizantes, porque impactam nas formas como os torcedores se entendem dentro da realidade do futebol.

A parte mais visível dessas contradições, mais comum à realidade brasileira, está relacionada à “arenização”: a transformação da ordem dos estádios e a consequente imposição de um novo conceito de consumo esportivo. Enquanto por um lado busca impor novos padrões de comportamento ao torcedor – mais passivo, menos ruidoso, atomizado, prioritariamente acomodado em assentos em toda a praça esportiva –, o modelo também demanda a seleção de um público capaz de despender maiores recursos no consumo das diversas mercadorias oferecidas junto ao espetáculo esportivo. Controle e elitização do público são, portanto, as duas frentes de avanço dessa nova lógica, que vão, por outro lado, motivar a contestação de torcedores atingidos.

De certo modo, as formas de resistência a essas lógicas são mais simples, porque atuam sobre políticas concretas, na tentativa de contenção dos seus impactos ou pelas suas revogações. A reivindicação de ingressos mais baratos para preservar o direito

de acesso dos tradicionais públicos populares é comum a todas as realidades, mas mais visível nos países onde o futebol é mais desenvolvido e por isso atrai espectadores-turistas com maior frequência. Com relação às restrições ao comportamento dos torcedores, que impactam mais diretamente os grupos responsáveis pela realização das festas nas arquibancadas, tratam-se de contestações às políticas proibitivas a adereços como bandeiras e faixas e a instrumentos musicais, ao consumo de bebidas alcoólicas, aos mecanismos de vigilância e criminalização, à determinação ou alteração compulsória de setores para confinar os grupos festivos, dentre outras questões.

É de se imaginar, portanto, que as organizações criadas para contestar essas mudanças sejam aquelas equivalentes às “torcidas organizadas”, como ocorre aos coletivos ultras nos países europeus. Mas nem por isso a contestação a essas políticas se resume a essas formas organizativas dedicadas à promoção das festas, sendo abraçadas também por outros tipos de coletivos. Com relação a isso, também convém perceber como essas “pautas dos estádios” não estão desconectadas da demanda por maior participação nos clubes, as instâncias de decisão mais próximas aos torcedores – e que também são em si mesmas as principais promotoras dessas políticas sobre os estádios.

É por isso que, por outro lado, em um fenômeno de compreensão mais complexa, dentro do conjunto de razões motivadoras para a ação torcedora também está a mudança do formato jurídico dos clubes de associações civis sem fins lucrativos para empresas – principalmente em sociedades anônimas, com um ou poucos donos. Como cada país apresenta um processo histórico particular para essa questão, o que se observa é que as formas organizativas dos torcedores se apresentam de modos variados em cada localidade. Essa diversidade se mostrou como a questão mais desafiadora para a pesquisa supracitada.

Enquanto em determinadas localidades a noção de “associação civil” foi totalmente extinta da realidade dos clubes

de futebol profissional, por outro lado, essa figura jurídica, à qual torcedores comuns podem estar associados para desempenhar um direito político efetivo, seguiu coexistindo com uma organização empresarial que controla os ativos do futebol profissional do clube. Em outro sentido ainda mais complexo, há diferentes formas históricas de constituição dessas “associações civis”, o que implica na forma como essas funcionam/funcionavam politicamente, e que vai por sua vez explicar as razões da diferença profunda na relação torcedor-clube estabelecida por um torcedor de um clube do Brasil em comparação com um torcedor de um clube da Alemanha, por exemplo.

A própria capacidade de participação política dos torcedores – asseguradas pela lei que regula as associações civis ou pelo próprio estatuto social de uma associação civil em particular – determina os meios pelos quais os torcedores podem atuar e intervir e, conseqüentemente, a forma como as suas organizações coletivas se dão para garanti-la.

Em países como Inglaterra, Itália e Espanha, onde não existem associações civis – ou seja, o torcedor não pode ser um associado com direitos políticos –, essa atuação é completamente diferente da observada naqueles países onde ainda existem associações com poder de decisão nessas empresas, como ocorre na Alemanha e em Portugal, ou mesmo onde a figura de empresa ainda inexistente, como na Argentina. Ainda assim, há países onde a associação segue presente, mas sem grande poder de interferência nessa empresa em questão, como ocorre na França e no Chile. Por outro lado, também é necessário observar o modelo político de cada associação, porque há diferentes graus de acesso a esses direitos políticos, dado o processo histórico de formação dos clubes, sendo notável o caráter restritivo presente em associações do Brasil e dos Países Baixos, por exemplo.

Esse cenário altamente complexo motivou a elaboração de um quadro tipológico (Simões Santos 2022, p. 117) que, de certa forma, ilustra a exigência de que cada realidade seja analisada

em sua particularidade, sob o risco de incompreensão das razões pelas quais essas organizações de torcedores podem se constituir de formas tão diferentes.

Mas, embora essas diferenças sejam relevantes, o que se percebe é que mesmo nos clubes com os modelos mais impeditivos à participação direta dos torcedores, os movimentos de torcedores também se apresentam. Ainda que caiba sempre observar a diferença para uma estrutura com vias legítimas de voz e voto, como uma assembleia de sócios, as organizações de torcedores de clubes estabelecidos como empresas – portanto, com acionistas e/ou proprietários – se dá por vias de pressão “externa” e pela reivindicação de um direito histórico de propriedade sobre essa instituição histórica, sempre enunciada nas manifestações públicas desses grupos. No próximo item essas questões serão aprofundadas.

Com relação aos clubes brasileiros, o caráter restritivo das associações moldou uma cultura de participação política de proporções bem inferiores às vistas em países como Argentina, Alemanha, Portugal ou Espanha (até 1992).<sup>1</sup> Essa característica é facilmente compreendida quando observados os dados referentes ao número de associados<sup>2</sup> dos clubes e o volume de participação nas eleições. As principais agremiações brasileiras, que se gabam de possuir dezenas de milhões de torcedores, sempre possuíram quadros sociais diminutos, que realizam eleições com menos de 5

- 
1. Ano em que ampla maioria dos clubes espanhóis é obrigada a converter suas associações civis em *sociedades anónimas deportivas* (SADs). As exceções são Barcelona, Real Madrid, Athletic Bilbao e Osasuna. Todos seguem como associações civis até os dias atuais e realizam eleições junto aos sócios (com algumas diferenças pontuais).
  2. O futebol brasileiro criou uma categoria chamada “sócio-torcedor” que, a bem da verdade, não diz nada sobre uma associação de fato. Uma vez que não garantem direitos políticos dentro da associação, o dito “sócio-torcedor” não passa de um clube de vantagem na aquisição de ingressos ou produtos do clube. Não se deve confundir com os títulos de “sócio” que de fato possuem respaldo estatutário para participação nas assembleias gerais eleitorais, ordinárias ou extraordinárias.

mil votantes; já clubes portugueses e argentinos apresentam pleitos com mais 20 mil eleitores, mesmo com populações inferiores (Simões Santos 2022, pp. 77-86).

Para ilustrar com exemplos mais concretos as organizações políticas de torcedores, trataremos de alguns casos europeus. Será possível observar melhor como a formação histórica dos clubes, seus formatos jurídicos e as particularidades culturais locais determinam as formas como os torcedores tendem a se organizar para reivindicar pautas de seus interesses. Convém iniciar essa trajetória a partir da Inglaterra, como ocorre a praticamente toda discussão que cerca a história do futebol.

### *Formas organizativas*

Clubes ingleses passam a ser quase todos constituídos como empresas ainda no início do século XX, graças a uma necessidade de proteção daqueles envolvidos em suas administrações. No direito britânico o modelo comum de associação civil é considerado uma *unincorporated association*, isto é, uma associação que não é considerada uma pessoa jurídica distinta dos seus membros associados, algo diferente do que ocorre ao direito latino-germânico. Isso implica que a responsabilização financeira quantos aos empréstimos ou eventuais dívidas sempre recairia sobre os associados, comprometendo suas finanças pessoais. Para evitar esse tipo de prejuízo, os clubes adotaram, em sua maioria, o modelo de “sociedade limitada”, com cotistas (Motta 2020).

Essa particularidade fez com que toda a cultura torcedora inglesa forjada ao longo do século XX já convivesse com a ideia de clubes com “donos”, e sem a compreensão do que representa o modelo de “associação” em um clube de futebol, tão comum aos países do resto do continente. Isso faz com que as organizações torcedoras mais relevantes do futebol inglês até a década de 1980



fossem as “supporter associations” (associações de torcedores), ou uma versão renovada e mais combativa automeada “independent supporters associations” (associações independentes de torcedores). Essas organizações promoviam um espaço de interlocução entre torcedores e serviam de representação coletiva para o diálogo com o clube e seus gestores, geralmente empresários locais, o que gerou uma longa tradição de espaços de consulta e também de questionamentos.

A virada dos anos 1990, que testemunha a fundação da English Premier League, atraiu novos interessados na aquisição desses clubes, gerando uma fissura nessas antigas formas de relacionamento. O temor de que esse processo causasse o afastamento dos clubes de suas bases locais provocou o crescimento de um novo tipo de organização, as “supporters trusts”. As trustes têm uma longa e interessante história à parte que não caberia discorrer em detalhes nesse artigo, mas de forma resumida cabe observar como eram organizações que aglutinavam torcedores para levantar recursos para a aquisição de parte do capital das empresas que eram esses clubes, com o intuito não de participar de eventuais ganhos financeiros dessa atividade, mas para proteger e garantir a conexão desses clubes com suas comunidades.

A força desse movimento nacional de criação de trustes de torcedores em diversos clubes levou o governo trabalhista de Tony Blair (1997-2007) a criar uma entidade chamada Supporters Direct (Diretório dos Torcedores), com o objetivo de estimular, impulsionar e dar suporte à existência desse tipo de organização no Reino Unido. Apesar das dificuldades enfrentadas por esses agrupamentos em clubes de maior porte, dadas as proporções dos valores dessas empresas, esse modelo teve grande impacto em divisões inferiores, com histórias de sucesso e resgate de clubes em situação de falência.

Com o processo generalizado de entrada de novos proprietários norte-americanos, asiáticos e do leste europeu nos clubes europeus, a própria União Europeia passará a discutir a

importância de se projetar esse tipo de política pública para o resto do continente, em que pesassem as diferenças dificultadoras desse processo. Em 2006, através do esforço dos ministros dos esportes França, Alemanha, Itália, Espanha e Reino Unido, a União Europeia encomenda um estudo para traçar um diagnóstico e sugerir políticas para regular o futebol de clubes na região.

O “Independent European Sport Review 2006”, conhecido como “Arnaut Report”, tinha como foco a elaboração de bases para uma regulação conjunta do futebol europeu, visando a atacar os efeitos colaterais da “rápida e irreversível tendência de mercantilização do esporte” (Arnaut 2006). Dentre as suas muitas elaborações, o relatório sugeriu à UEFA a criação e o financiamento da Supporters Direct Europe (SD Europe), uma organização internacional dedicada a garantir maior participação dos torcedores na tomada de decisões dos seus clubes. A UEFA acolhe a sugestão e coloca a ideia em prática em 2009, quando da gestão de Michel Platini.

A SD Europe foi fundamental para a realização de diversos espaços de discussão, articulação, estudo e conexão entre os movimentos de torcedores europeus, o que também favoreceu a criação de outras entidades nacionais que congregavam agrupamentos de torcedores de diversos clubes. Uma das entidades mais significativas a contar com colaboração da SD Europe é a *Federación de Accionistas y Socios Del Fútbol Español* (FASFE), fundada em 2008, que reúne grupos de torcedores de clubes espanhóis, que já se organizavam através das chamadas “associações de pequenos acionistas”. Aqui, novamente cabe contextualizar a partir de uma realidade local – o que novamente evidencia os desafios do esforço comparativo feito ao longo da pesquisa.

Quando a Ley de Deportes de 1990 obriga que os clubes espanhóis, então constituídos como associações civis, fossem convertidos em *sociedades anónimas deportivas* (SAD, um tipo jurídico específico de sociedade anônima para clubes esportivos), o mecanismo escolhido se inspirou naquele promovido cerca de uma

década antes no futebol da Itália. Os associados do clube teriam a prioridade na compra de ações dessa nova empresa, que seria criada para gerar o capital necessário para o saneamento das dívidas com o estado espanhol. Como historicamente os clubes espanhóis possuíam muito mais associados e uma cultura política mais ativa do que a existente na Itália, o resultado desse processo foi que boa parte do capital dessas novas SADs foi pulverizado sob o controle de milhares de antigos sócios, agora acionistas minoritários.

Clubes espanhóis haviam passado por uma transformação considerável após o fim do regime ditatorial de Francisco Franco (1939-1975). No bojo da chamada Transição Democrática Espanhola (1975), com a morte do caudilho e a implantação do regime democrático, os clubes foram estimulados a reformar seus estatutos para garantir uma participação mais efetiva dos seus associados em assembleias, dentre as quais se dava o próprio processo eleitoral. Apesar desse processo de “democratização” dos clubes ter durado um breve período – do final da década de 1970 até a chegada das SADs, em 1992 – essa ideia de participação política deixou heranças culturais que perduram mesmo com mais de três décadas de clubes constituídos como empresas.

Ainda hoje, essas organizações de “pequenos acionistas” (ou “acionistas de base”, como se autoproclamam) seguem cumprindo um importante papel de aglutinação de torcedores que ainda detêm a propriedade de ações e buscam servir de representação do conjunto dos torcedores dentro dessas SADs. Muito disso se deve ao papel que a FASFE cumpriu de potencializar essas organizações, ao dar maior visibilidade às pautas dos torcedores e maior capacidade de articulação entre as diferentes realidades.

Há muitas outras interessantes experiências em diversos outros países, como ocorre com a *Unsere Kurve* (Nossa Curva),<sup>3</sup> da

---

3. O termo “curva” é utilizado em diversos países europeus para identificar os setores dos estádios localizados ao fundo dos gols, onde historicamente se posicionam os grupos que protagonizam as festas. A *Unsere Kurve*

Alemanha, fundada em 2005, que reúne as associações de torcedores locais. Esses grupos são formados por *mitglieder* (membros), os sócios dos clubes alemães, que diferente do que ocorre nos casos anteriores, possuem direitos políticos constituídos até hoje. A principal pauta dessas organizações é a luta pela permanência da chamada regra 50+1, que garante à associação original o controle da empresa que controla os ativos do futebol profissional da agremiação.

Essa regra foi elaborada em 1999, quando a federação alemã passou a autorizar que clubes estabelecessem o modelo de empresa, desde que não alienassem mais da metade do seu capital de voto. Isso quer dizer que mesmo que essas agremiações vendam parte do capital dessa empresa para um investidor externo (como ocorre à maioria dos clubes locais, em diferentes formatos), o poder de decisão segue com a associação original. Essa questão se torna a principal bandeira dos torcedores alemães por causa da forte tradição associativa e de participação política existente no país, que não concebe a perda do controle de seus clubes para pretensos proprietários.

Em paralelo à iniciativa da SD Europe, também existia uma segunda organização internacional de nome Football Supporters Europe (FSE), fundada em 2008 e igualmente inspirada em uma iniciativa inglesa, a Football Supporters Association (FSA). Com o tempo, o espaço de articulação da SD Europe e da FSE acabou convergindo por basicamente as mesmas pautas e organizações membras – que sempre foram muito além da bandeira de participação nos clubes –, o que motivou a discussão e deliberação pela fusão entre essas duas organizações, definida em julho de 2022. A partir de outubro do mesmo ano, passava a existir apenas a Football Supporters Europe, reunindo todas as entidades nacionais e agrupamentos então articulados nessas duas esferas.

## *Pensando a realidade brasileira*

A fusão da SD Europe, criada com apoio da UEFA e União Europeia, com a FSE, uma entidade da sociedade civil, é basicamente uma confirmação que a SD Europe cumpriu o seu objetivo de potencializar as organizações torcedoras pelo continente, de modo que conseguiram garantir autonomia e organicidade suficiente para seguirem existindo após mais de uma década. O que nos leva novamente a pensar a realidade brasileira, principalmente em um contexto de criação de sociedades anônimas do futebol (SAF) por clubes associativos com baixo nível de representação política dos seus torcedores.

Conhecer as experiências europeias é importante porque seus feitos e bandeiras antecipam algumas contradições que brevemente serão vivenciadas no futebol brasileiro, que começam a se acostumar com a ideia de “donos”: os grupos empresariais que compraram as SAFs e passaram a ter controle quase absoluto sobre os rumos do futebol desses clubes. É importante observar que as associações civis continuarão coexistindo com esses investidores dentro das novas empresas, porque a própria Lei das SAF (Lei n. 14.193/2021) prevê o poder de veto da associação original sobre alguns temas, mesmo quando a participação acionária desta é minoritária.

De igual modo, vários arranjos societários poderão existir no futuro, de acordo com o modelo adotado em cada ocasião, o que também vai determinar o poder de participação das associações no conselho de administração e no conselho fiscal dessas SAFs. Três perspectivas poderão existir em paralelo entre os principais clubes brasileiros: 1) a associação com uma pequena participação, mas com poder de veto, como ocorre nos clubes do Chile; 2) a associação com participação grande ou mesmo majoritária, como ocorre nos principais clubes de Portugal e na Espanha; 3) associações que não optarão pela criação de uma SAF, como ocorre na Argentina.

Em todos esses casos, ainda será importante a forma como essa associação civil funciona, e nesse sentido o futebol brasileiro tem um problema histórico de difícil resolução. São poucos os clubes brasileiros que conferem algum direito de participação efetivo aos seus torcedores enquanto associados – Internacional, Grêmio, Fluminense, Bahia, Vitória –, seja pelos valores cobrados para a aquisição desses títulos, seja pelos mais variados arranjos estatutários que tornam impeditivo o exercício político.

Em sua maioria, os principais clubes brasileiros possuem associações custosas e modelos políticos repletos de barreiras, como longo tempo de vínculo, conselhos deliberativos não proporcionais, conselhos especiais (beneméritos, natos, vitalícios etc.) e eleições com regras complexas e pouco democráticas. Pesa também a parca cultura política dos próprios clubes, que também é decorrente da baixa capacidade organizativa dos torcedores brasileiros em geral. Há muitas razões históricas, políticas, econômicas e culturais que explicam essa realidade, mas há principalmente uma baixa compreensão da parte dos torcedores e uma baixa tolerância da parte dos dirigentes e classe política quanto às potencialidades da participação política dos torcedores nos seus clubes de futebol (Simões Santos 2022, p. 325).

Parte da discussão proposta pela SD Europe consistia em valorizar a importância da participação torcedora na administração do clube como uma forma de garantir melhores práticas, maior vigilância sobre as decisões e maior fiscalização sobre as contas desses clubes. A década de 2000 já testemunhava uma grande quantidade de clubes com graves problemas financeiros; outros que teriam suas atividades encerradas por falência; outros sofrendo severas punições por má gestão e acúmulo de dívidas; e a preocupante entrada de grupos pouco confiáveis ou flagrantemente criminosos nessas empresas. Garantir a participação dos principais interessados no futuro do clube, seus torcedores, serviria então como uma via efetiva para estabelecer uma força interna de proteção. Algo que

poderia ser colocado dentro da equação quando passássemos a pensar a realidade dos clubes brasileiros.

Boa parte da ampla aceitação da Lei das SAF junto aos torcedores se dá exatamente porque, superficialmente, há pouca diferença prática de um clube controlado por um pequeno número de conselheiros, que se perpetuam no poder há décadas; ou de entregar o controle do clube para um grupo econômico externo, de preferência estrangeiro. Nesse segundo caso, há ao menos a expectativa (ainda que muitas vezes meramente ilusória) de que novas práticas serão trazidas, velhos vícios serão extirpados, que investimentos consistentes e planejados serão feitos e que haverá maior zelo e responsabilidade com as contas do clube e com os recursos mobilizados pelo conjunto dos torcedores.

Ocorre que a realidade é muito mais complexa e que em algum momento, novamente, a existência de um espaço garantido de participação e voz para os torcedores mais ativos se mostrará necessária. Essa é a razão pela qual parece fundamental pensar uma “política pública para o futebol”, desafio proposto na mesa de encerramento do Simpósio, que busque elaborar mecanismos de estímulo à organização dos torcedores dedicados a defender seus clubes.

No caso brasileiro, com a existência da figura da associação civil, esse processo está praticamente dado, mas precisa ser alvo de uma política mais ampla de estímulo, visibilidade e articulação entre os muitos grupos existentes que estão dispersos e focados em sua própria realidade local. A sugestão proposta era exatamente a de investigar a fundo a realidade brasileira, detectar as particularidades da nossa cultura torcedora e elaborar formas de aprimoramento dessas organizações para que possam ser potencializadas e que possam de fato contribuir para o processo de proteção dessas instituições históricas.

Em diversas ocasiões distintas, os grupos de poder estabelecidos dentro dos clubes trabalharam para impedir que clubes fossem reformados em suas instâncias políticas, pela ameaça

que representavam ao *status quo*. O caso mais decisivo está em uma página pouco conhecida da história do futebol brasileiro, ocorrida em 2002. Ao final daquele ano, já durante a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luis Inácio “Lula” da Silva, finalmente se reformava o Código Civil Brasileiro, datado de 1916. O Código Civil é um conjunto de leis que regula as organizações civis, desde as associações civis até as sociedades empresárias, e gerou alterações que, indiretamente, impactavam de forma crucial os clubes de futebol – e poderiam ter gerado efeitos positivos.

Ainda que não tivesse sido pensada por causa dos clubes de futebol, essa nova regulamentação obrigaria com que esses tivessem que se adequar. No Novo Código Civil de 2002 (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), as associações civis sem fins lucrativos (sindicatos, associações de moradores, conselhos de classe etc.) passariam a ser reguladas a partir de novas regras, dentre elas, uma que dava maior poder às assembleias gerais sobre os chamados “órgãos deliberativos”. De acordo com o artigo 59 da lei, caberia a esse órgão, que todo e qualquer sócio de uma associação civil tem o direito de participar, a competência privativa de eleger e destituir administradores, apreciar as contas e alterar o estatuto.

Isso quer dizer que, indiretamente, o Novo Código Civil estava obrigando os clubes de futebol a realizar eleições diretas junto aos sócios, através de assembleias gerais eleitorais, além de dar à assembleia geral a competência de aprovar ou reprová-las as contas de uma gestão. Recém-mobilizados para derrubar a obrigatoriedade de conversão dos clubes em empresas prevista na Lei Pelé (nº 9.615/1998), ao que consta, os dirigentes dos clubes não atentaram para os efeitos da lei que acabara de ser instituída. O curioso é que o artigo 59 já estava presente em um projeto de lei de 1975, que passou por diversas emendas (em 1975 e 1998) ao longo dos muitos adiamentos da votação da matéria.

Só depois de aprovado, e definido um prazo de dois anos para adequação dos estatutos das associações, os “cartolas” passaram a atuar politicamente pela revisão do artigo (Simões Santos 2022, p. 325). Parte da argumentação desse grupo de dirigentes de clubes era



de que o texto não se aplicava às “entidades de prática desportiva”, pois essas gozavam de autonomia conferida pela Constituição Federal – argumento muito semelhante ao utilizado para atacar a Lei Pelé. Se por um lado atuaram sob argumento jurídico, por outro atuaram no Congresso Nacional, através do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), ex-presidente da Portuguesa de Desportos, para retalhar o texto original.

Após uma série de extensões de prazo de adequação estatutárias, o texto da Código Civil vai finalmente ser alterado pela Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005. Esse novo texto devolvia aos “órgãos deliberativos” (conselho deliberativo) o poder de apreciação de contas; e excluía a soberania da assembleia de sócios na eleição dos administradores, igualmente permitindo que fosse feita de forma indireta, via “órgãos deliberativos”. Pouco tempo depois, o Superior Tribunal Federal daria ganho de causa à tese que defendia a autonomia das entidades de prática esportiva.

Esses dois processos enfrentaram praticamente nenhuma resistência, afinal, do outro lado inexistiam grupos organizados politicamente para garantir que os clubes de futebol fossem reformados por imposição da lei. Inexistiam partidos dedicados à pauta, tampouco grupos da sociedade civil – torcedores – disputando os sentidos desse debate.

### *Considerações finais*

Hoje não há muito espaço para impor uma reforma nos clubes de futebol, pois a lei e a jurisprudência já definiram os limites dessa atuação. Fora, é claro, a atuação política dos torcedores nas restritas e controladas instâncias internas dos clubes, que apresentam desafios muito mais complexos, principalmente considerando a falta de capacidade organizativa dos principais interessados na proteção dessas instituições. É o que reforça a importância de se pensar, novamente, como seria possível, principalmente em se tratando de

um governo de caráter progressista, elaborar uma política pública de longo prazo que tivesse o intuito de fomentar essas organizações torcedoras, ampliando o seu debate, financiando suas atividades e garantindo a visibilidade de suas pautas.

Existem muitos agrupamentos de torcedores e sócios dedicados a pensar o futebol brasileiro, a realidade dos clubes e também a forma como os estádios são planejados em seu acesso e em suas políticas de segurança. Ao longo da pesquisa, foi possível conhecer coletivos e movimentos desse tipo em clubes do norte ao sul do país, que carecem de maior articulação e suporte político e financeiro para ganhar maior notoriedade e poder de influência.

Essa foi a ideia parcial proposta na mesa de encerramento, muito inspirada nas experiências observadas nos diferentes contextos da realidade europeia, mas principalmente em uma compreensão de que clubes de futebol são instituições históricas que precisam ser preservadas por aqueles que mais zelam pela sua existência: os torcedores. Pôr em perspectiva essa possibilidade também é defender uma noção mais ampla de participação política democrática, de direito de apropriação legítimo por aqueles que produzem os clubes e a defesa de um patrimônio histórico que está sempre sob o ataque de interesses privados dos mais nefastos.

### *Referências*

ARNAUT, José Luis. “European Union Report: UK Presidency of the EC.” *Independent European Sports Review*, 2006.

MOTTA, Luciano. “O mito do clube-empresa.” *Sporto*, 2020

SANTOS, Irlan Simões da Cruz. *O Clube no século XXI e o fator “supporter”*: estudos sobre poder, negócio e comunidade no futebol-espetáculo. Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

## SOBRE OS AUTORES

**Bernardo Buarque de Hollanda** é filho de brasileiros exilados, nasceu na Costa Rica em 1974, mas cresceu no Rio de Janeiro, onde realizou sua graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais (UFRJ) e História (PUC-Rio). Fez estágios pós-doutorais na França, na Inglaterra e na Suíça. Em 2022/2023, é pesquisador convidado do Institute des hautes études en Amérique latine (IHEAL/Nouvelle Sorbonne), em Paris. Desde 2010, é professor e pesquisador da FGV CPDOC, em São Paulo. Suas áreas de interesse são intelectuais brasileiros, história literária e sociologia do esporte, com ênfase no fenômeno das torcidas organizadas de futebol.

**Felipe Tavares Paes Lopes** é docente da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-UNICAMP). Possui graduação em Comunicação Social (ESPM) e em Filosofia (USP), mestrado em Psicologia Social (PUC/SP) e doutorado na mesma área (USP) e em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Realizou estágio doutoral no Departamento de Meios, Comunicação e Cultura da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) e desenvolveu pesquisas de pós-doutorado na FEF-Unicamp, no CPDOC-FGV e no Departamento de Psicologia Social da UAB.

**Irlan Simões Santos** é doutor em Comunicação (PPGCom/Uerj) e jornalista. Autor do livro “A Produção do Clube: poder, negócio e comunidade no futebol” e organizador do livro “Clube Empresa: abordagens críticas globais às sociedades anônimas do futebol”.

**Marina de Mattos Dantas** é psicóloga (CRP 04/28.914) e professora na Universidade Federal do Piauí. Mestre em Psicologia Social pela UERJ e Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Realizou

pós-doutorado em Estudos do Lazer na UFMG. É pesquisadora no Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT/UFMG) desde 2009, no Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social do Esporte (GEPSE/UFMG) e no Grupo de Trabalho Esporte, Cultura e Sociedade do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), além de integrante da ABRAPESP (Associação Brasileira de Psicologia do Esporte).

**Nicolás Cabrera** é doutor em Ciências Antropológicas (UNC). Bacharel em Sociología (UNVM). Bolsista de pós-doutorado no Instituto de Antropología de Córdoba (IDACOR) – Universidade Nacional de Córdoba (UNC) – Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Tem publicado os livros “Que la cuenten como quieran: pelear, viajar y alentar en una barra del fútbol argentino” (Prometeo, 2021); “Uno hace lo que puede, ¿no? Visualidades en tiempos de pandemia (2021)”; “No me olvidés II: Historias de vida de inmigrantes (2011)”. Especializado em temáticas ligadas às violências, seguranças, crimes, esportes e antropologia visual. Também se dedica a estudos comparativos entre Argentina e Brasil.

**Patrícia da Silva Ferreira** é publicitária, sócia da Agência Veraz Comunicação, de Porto Alegre/RS, atua no mercado sindical, atendendo grandes sindicatos da educação, da justiça e do sistema financeiro, todos eles entidades de classe, de trabalhadores e trabalhadoras, em todo o Brasil, com o maior foco no RS. Também atua em conjunto com os movimentos sociais e feministas na luta por um país sem machismo, racismo e lgbtphobia.

**Verónica Moreira** es Licenciada en Ciencias Antropológicas por la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Magíster en Antropología Social por el IDES/IDAES-Universidad de San Martín, y Doctora en Ciencias Sociales por la Facultad de Ciencias Sociales de la UBA. Es investigadora independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Coordinadora del Grupo de Trabajo Deporte, Cultura y Sociedad del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Directora de la Diplomatura en Género y Deporte de la Facultad de Ciencias Sociales (UBA), y docente del seminario Cultura Popular y Cultura Masiva de la Carrera de Comunicación del mismo centro académico. Actualmente dirige proyectos de investigación vinculados a las relaciones entre género y deporte. Integrante del Seminario Permanente de Estudios Sociales del Deporte.

O futebol é um dos maiores patrimônios de nossa cultura coletiva, simbologia e representação que apontam para as raízes históricas e sociais da formação brasileira. E não somente brasileira, mas de múltiplos e variados países e idiomas, em nosso continente e em outros deste tão sacrificado planeta. Quase todos os países do mundo têm o futebol como paixão popular, esporte de massas e expressiva tradução de suas realidades e contradições. E aqueles que não têm no futebol essa forte significação, estão trabalhando, investindo para que essa conjuntura seja superada e que a sua inserção ao “mundo do futebol” seja mais veloz.

Em língua portuguesa e em espanhol, o livro é composto por vários capítulos de qualidade indiscutível, tanto nas formas de apresentação quanto nos conteúdos, bastante informativos, esclarecedores e ricos em possibilidades de novos desdobramentos, novos trabalhos e novas publicações. Seus autores e autoras são experientes na ocupação de pesquisar, socializar os resultados e reflexões em eventos nacionais e internacionais, bem como publicar obras como esta, que agora temos em mãos. (do Prefácio de *Mauricio Murad*)